

===== **ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS, REALIZADA EM VINTE E OITO DE FEVEREIRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO:** =====

===== Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e cinco, pelas 17 horas e 30 minutos, reuniu, em **Sessão Ordinária**, nas **Instalações da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis** - Av. D.^a Maria I, a Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis, sob a Presidência de **Bernardo Amaro Moreira Simões**, secretariado por **Manuel José Tavares Soares** - Primeiro Secretário e por - **Márcia Oliveira Gomes** - Segunda Secretária, com a seguinte Ordem de Trabalhos: =====

1 - Primeiro Período de Intervenção do Público; (intervenção, mediante inscrição prévia ou preenchimento do formulário disponível no site do Município - Assembleia Municipal, a enviar por via eletrónica para am.azemeis@cm-oaz.pt dirigido à Mesa da Assembleia.) =====

2 - Informações Gerais; =====

3 - Período de Antes da Ordem do Dia; =====

4 - Ordem do Dia; =====

5 - Segundo Período de Intervenção do Público (intervenção, mediante inscrição prévia ou preenchimento do formulário disponível no site do Município - Assembleia Municipal, a enviar por via eletrónica para am.azemeis@cm-oaz.pt dirigido à Mesa da Assembleia.) =====

===== **Pontos da Ordem do Dia:** =====

===== **Ponto um:** - Aprovação de Atas: ➤ **Ata nº 18** - Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 28-11-2024 (I/7192/2025); ➤ **Ata nº 19** - Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de 23-01-2025 (I/8384/2025); =====

===== **Ponto dois:** - Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade e situação financeira do Município (I/10385/2025) - **Apreciação;** =====

===== **Ponto três:** - Relatório anual de avaliação da atividade da CPCJ/OAZ relativa ao ano 2024 (I/9134/2025) - **Conhecimento/ Apreciação;** =====

===== **Ponto quatro:** - Plano Global de Gestão de Riscos Organizacionais - Relatório de Avaliação do ano 2023 | Avaliação Intercalar do ano 2024 (I/8605/2025) - **Conhecimento/ Apreciação;** =====

===== **Ponto cinco:** - 4ª Modificação Orçamental 2025 - 1ª Revisão Orçamental 2025 (I/6007/2025) - **Aprovação;** =====

===== **Ponto seis:** - *Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos - inclusão de novo projeto (I/10418/2025) - Aprovação;* =====

===== **Ponto sete:** - *Aquisição de Imóvel em Travanca para instalação dos Estaleiros Municipais (I/10570/2025) - Aprovação;* =====

===== **Ponto oito:** - *Desafetação do domínio público para o domínio privado do Município de uma parcela com uma área de aproximadamente 1.700 m2, sita na Avenida Ferreira de Castro, junto ao Hipermercado - Modelo Continente (I/7806/2025) - Autorização;*

===== **Ponto nove:** - *Remodelação da ETAR do Salgueiro - Necessidade de Reconhecimento de Relevante Interesse Público (RRIP) (I/10686/2025) - Aprovação;* =====

===== **Ponto dez:** - *Minuta de Contrato Interadministrativo Apoio Financeiro a celebrar com a União de Freguesias de Oliveira de Azeméis, Santiago de Riba-Ul, Ul, Macinhata da Seixa, e Madail - Obras Senhor da Campa (I/4336/2025) - Autorização;* =====

===== **Ponto onze:** - *Minuta do Contrato Interadministrativo de apoio financeiro a celebrar com a Freguesia de S. Roque - Obras no Polidesportivo de S. Roque (I/8092/2025) - Autorização;* =====

===== **Ponto doze:** - *Minuta do Contrato Interadministrativo de apoio financeiro a celebrar com a Freguesia de Loureiro - Obras no Cemitério de Loureiro (I/8061/2025) - Autorização;* =====

===== **Ponto treze:** - *Contrato Interadministrativo de Apoio Financeiro a celebrar com a União de Freguesias de Nogueira do Cravo e Pindelo - para a realização de Obras de requalificação das Margens do Rio Antuã - Passadiços (I/10582/2025) - Autorização;* =====

===== **Ponto catorze:** - *Pedidos de cedência, aprovação dos projetos, instalação de equipamentos nos terrenos cedidos - Centros Cívicos e de Lazer; Minuta dos Autos de Cedência de Utilização e de Aceitação, a celebrar com a Freguesia de Carregosa; Freguesia de Cesar; União de Freguesias Nogueira do Cravo e Pindelo e Freguesia de São Martinho da Gândara, respetivamente (I/10702/2025) - Autorização / Aprovação;* =====

===== **Ponto quinze:** - *Serviços de higiene e limpeza em Unidades Locais de Saúde, em eventos municipais (bolsa de horas) e de limpeza de vidros em edifícios municipais (Proc. 158/24 - PI/6932/2024) (I/7974/2025) - Autorização do compromisso plurianual, bem como a repartição de encargos em mais do que um ano económico;* =====

===== **Ponto dezasseis:** - *Aquisição de serviços de confeção e fornecimento de refeições, de fornecimento de fruta e de fornecimento de leite escolar aos alunos do concelho de Oliveira de Azeméis (Proc. 25/25 - PI/894/25) (I/10451/2025) - Autorização da assunção dos compromissos plurianuais, bem como a repartição de encargos em mais do que um ano económico;*=====

===== **Ponto dezassete:** - *Candidaturas ao Prémio Municipal de Cidadania - Conhecimento e Validação;*=====

===== **Verificou-se a presença dos seguintes Membros da Assembleia Municipal:** ==

===== **PARTIDO SOCIALISTA (PS):** *Bruno Armando Aragão Henriques, Maria Odete Martins Tavares Gomes Roma de Resende, Luís Filipe Moreira da Silva de Bastos Oliveira, João Pedro Santos Costa, Rui Jorge Duarte Rios Santos Rocha, Marisa Lopes de Sousa, Bruno Miguel da Silva Costa, Jéssica Filipa da Silva Pires, José Ramos da Silva, José António Domingues Marques Lourenço, Daniela Patrícia Oliveira da Silva, José Manuel Marques Ribeiro, Constança Correia de Melo, Óscar José Santos Teixeira, Vítor Manuel Cardoso Andrade, António Manuel Leite Marques da Silva, Ana Susana Pinto da Fonseca, Gaspar de Sá Almeida e Manuel Alberto Marques Dias Pereira.* =====

===== **PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA (PSD):** *Helga Alexandra Freire Correia, António Ilídio Martins Godinho, João Rebelo Martins, António Filipe Costa Valente Almeida Ferreira, Fernando Manuel Gomes Pais Ferreira, Maritza Gonçalves Valente, Carla Susana da Silva Reis, António João Cabral Paiva Ferreira dos Santos, Celestino Pereira Santos, José da Silva Queirós, Florbela Neves da Silva e José Rodrigues dos Santos.* =====

===== **PARTIDO POPULAR (CDS-PP):** *António Pinto Moreira.* =====

===== **CHEGA (CH):** *Rudolfo Lourenço Ventura Rodrigues.* =====

===== **INDEPENDENTE (INDP):** *Alcino da Silva Martins.* =====

===== **INDEPENDENTE POR CESAR (IC):** *Augusto Moreira da Silva.* =====

===== **JUNTOS PELA NOSSA UNIÃO (JPNU):** *Susana Clara Mortágua Gomes.* ==

===== *O Senhor Presidente da Mesa verificou a identidade e legitimidade dos seguintes membros: Jéssica Filipa da Silva Pires que marcou presença nesta Assembleia para substituir o seu colega de partido João Manuel Oliveira Castro, Ana Susana Pinto da Fonseca que marcou presença nesta Assembleia para substituir o Senhor Presidente de Junta da Freguesia*

de Cucujães - Simão da Costa Godinho, António Ilídio Martins Godinho que marcou presença nesta Assembleia para substituir o seu colega de partido Francisco José Gomes da Silva, Maritza Gonçalves Valente que marcou presença nesta Assembleia para substituir a sua colega de partido Diana Janete da Cunha Semblano e Celestino Pereira Santos que marcou presença nesta Assembleia para substituir a sua colega de partido Ana Rita Gomes Costa, em virtude de os mesmos terem solicitado a sua substituição. =====

===== Estiveram presentes, por parte do Executivo Municipal: =====

===== Presidente da Câmara: Joaquim Jorge Ferreira; Vereadores: Rui Jorge da Silva Luzes Cabral, Inês Dias Lamego, Hélder Martinho Valente Simões, Fernando Ricardo Gomes Oliveira Bastos, Rogério Miguel Marques Ribeiro, José Domingos Campos da Silva, Joana Sofia da Silva Ferreira e José Augusto Amaral dos Santos Godinho. =====

===== INFORMAÇÕES GERAIS =====

===== Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi dito: =====

===== Muito boa tarde. Obrigado pela vossa presença. Queria saudar os senhores membros da Assembleia Municipal, o público, os funcionários da autarquia, quem nos ouve lá em casa, o Senhor Presidente da Câmara e os senhores vereadores. Um reconhecimento muito especial ao Senhor Presidente da Direção dos Bombeiros Voluntários OAZ, dr. João Pinho, e, em seu nome, à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis, à sua Direção, ao seu Corpo Ativo a quem agradeço o convite e o acolhimento para a realização desta Assembleia Municipal. Estendo esta saudação aos Bombeiros Voluntários de Fajões, que também nos honram com a sua presença. A resposta a este convite, acolhido com muito emoção apreço e respeito, seja ainda um agradecimento e homenagem aos nossos Bombeiros que se revelaram uns heróis no combate aos incêndios que massacraram impiedosamente Oliveira de Azeméis e municípios vizinhos. A este respeito, faço questão de dar nota das imensas manifestações de solidariedade que nos chegaram (Assembleia Municipal) de muitas Assembleias Municipais do País, a quem agradecemos e fizemos chegar o reconhecimento da Assembleia Municipal de 23 de setembro, conforme consta da ata nº 17. «A Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis, interpretando o sentimento profundo da comunidade oliveirense, solidária com todos os municípios afetados pela catástrofe dos incêndios e ainda a dor das pessoas e famílias que arriscaram a vida e sofreram danos pessoais ou patrimoniais, aprovou um voto de reconhecimento e louvor aos bombeiros voluntários pelos preciosos serviços prestados no auxílio e socorro às populações. Um voto de solidariedade, empatia e conforto com os nossos quatro bombeiros, Joana, Rafael, João e Marco, feridos no socorro à população de Oliveira de Azeméis. Um voto de condolências e respeito pelos três bombeiros da Corporação de Vila Nova de Oliveirinha, Paulo, Susana e

Sónia, que sacrificaram as suas vidas no socorro às populações. Um voto de pesar e consternação e gratidão pelo falecimento do bombeiro João Silva, da Corporação de S. Mamede de Infesta, em serviço no nosso Município.» - Dadas as condições e circunstâncias de estarmos nesta instituição, nesta generosa Associação de Bombeiros, fiz questão de relembra esta ata, porque isto marcou-nos muito. Estas coisas vão diluindo, mas convém que a gente recorde e recorde para sempre os momentos difíceis pelo que passámos. Só não foram mais difíceis porque sabemos que temos duas Corporações de Bombeiros (Oliveira de Azeméis e Fajões) no nosso Município que nos protegem, que nos dão chão, que nos dão garantias de segurança. Posto isto, queria chamar o Senhor Presidente da Direção da Associação de Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis, para nos endereçar duas palavrinhas de acolhimento, a quem não me cansarei nunca de reconhecer o convite que foi feito e que prontamente acolhemos. É uma forma também de alguns de nós conhecerem esta casa, muitos de nós não conhecem esta casa. Quando nós optámos e decidimos fazer estas deslocações (descentralizar as Assembleias) foi também com o objetivo de conhecermos melhor o Concelho e as nossas Associações. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **João Pinho** - Presidente da Direção da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis. =====*

===== É com uma grande honra e satisfação que recebemos hoje a Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis no nosso Quartel. Em nome de todos os bombeiros, gostaria de dar as boas-vindas e expressar a nossa gratidão pelo apoio contínuo da comunidade oliveirense. Começo por cumprimentar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal e, na sua pessoa, cumprimentar todos os elementos que compõem esta Assembleia nas mais diversas forças políticas e independentes. Cumprimento também o Senhor Presidente do Município e, na sua pessoa, todos os vereadores. Um cumprimento aos Senhores/as Presidentes de Junta e, neles/nelas, todas as comunidades que representam. Um cumprimento ao Senhor Presidente da Assembleia desta Associação e à Senhora Presidente do Conselho Fiscal; ao Senhor Presidente dos Bombeiros Voluntários de Fajões, na sua pessoa, aproveito para cumprimentar todos os Órgãos Sociais das duas Associações do Concelho. E, obviamente, um cumprimento especial, aos Bombeiros aqui presentes, com algum destaque para o João, para a Joana e para o Marco que, de facto, em setembro, sentiram o calor do fogo. Queria também endereçar umas palavras a todo o público presente, que aqui vem manifestar o seu direito e também as suas mensagens, à comunicação social. Meus senhores e minhas senhoras: O cumprimento especial que foi dado aos Bombeiros, muito está relacionado com aquilo que nós gostaríamos de ver reconhecido. E gostaria de aproveitar a oportunidade para agradecer a todos os membros da Assembleia Municipal o louvor recentemente, e agora mesmo lido, atribuído aos bombeiros, em especial aos do nosso Concelho. Um gesto simbólico e carregado de importância e reconhecimento. Aproveito para solicitar uma atenção especial a todos, aos nossos bombeiros

voluntários e, principalmente a todos os voluntários, porque eles dedicam tempo pessoal e familiar sacrificando momentos pessoais irrecuperáveis, momentos que nunca podem voltar atrás, para garantir a segurança de todos nós. O apoio e reconhecimento da comunidade, seja através de benefícios sociais, alguns já existentes, ou através de outros instrumentos, são essenciais para a constante valorização do voluntariado nas associações dos bombeiros voluntários do concelho. Eu, não me vou alongar. A casa é vossa. Quero desejar-vos um bom trabalho e agradecer que tenham vindo ao Quartel dos Bombeiros. É muito importante para nós. Bom trabalho. =====

===== *A Assembleia aplaudiu.* =====

===== *Obrigado, Presidente João Pinho. Parabéns por todo o esforço que tem feito por esta comunidade nesta corporação de Bombeiros. Queria aproveitar o momento para fazer uma saudação à Drª Carla Rodrigues: A Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis com reconhecimento e júbilo saúda a Drª Carla Rodrigues, que conosco viveu, vivenciou e partilhou, pela sua nomeação para Secretária de Estado Adjunta e da Igualdade do XXIV Governo Constitucional, a quem desejamos os maiores sucessos neste novo projeto da sua vida de dedicação e serviço ao País. Acho que é o momento oportuno para reconhecermos todo o trabalho autárquico que a Carla Rodrigues fez conosco. Conosco, conviveu, teve algumas alegrias e também algumas tristezas. Foi chamada a novas funções. E este reconhecimento tinha que lhe ser dado. Aproveito para informar que foi substituída pelo arquiteto José Santos Godinho, a quem saúdo e agradeço a sua presença. Aproveito também para dar nota que, neste espaço, o membro da Assembleia Municipal - Alcino Martins, eleito pelo Bloco de Esquerda, passou à condição de deputado Independente. Vamos então dar início ao 1º Período de Intervenção do Público.* =====

== **1º PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (ARTIGO 23º DO REGIMENTO)** ==

===== *Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição dos munícipes José Costa, Ema Azevedo e Dionísio Marques.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor José Costa, residente em Nogueira do Cravo.* =====

===== *Boa noite a todos. É uma pergunta para o Senhor Presidente da Câmara: No caso das carrinhas, se amarrasse as pernas, como é que entrava para uma carrinha que não tem rampa nem plataforma elevatória? Se é para servir a população que precisa de apoio, acho que é uma lacuna que têm. Os passeios: A Alzira, do Largo dos 27 até à Avenida dos Descobrimentos, tem de vir sempre com a cadeira na via pública, porque os passeios não são em condições para a cadeira de rodas. O carro que eu conduzia está na garagem, porque partiu*

o braço da suspensão. Quando é que é arranjada a Rua Capitão Correia Martins, Largo da Igreja e Manuel Pereira Godinho, que é por onde eu tenho de passar? =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à Senhora **Ema Azevedo**, residente em Cesar. =====*

===== Boa tarde. Cumprimentar o Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia e restantes elementos da Mesa. Cumprimentar o Senhor Presidente da Câmara e os Senhores Vereadores, bem como os municípios presentes. Hoje venho a esta Assembleia levantar questões de grande pertinência para a nossa comunidade, questões estas que dizem respeito, não apenas à qualidade dos serviços públicos prestados, mas também ao compromisso da autarquia com o bem-estar e a segurança dos municípios. Em primeiro lugar, gostaria de abordar a situação das paragens de autocarro nas localidades de Fajões, Carregosa, Palmaz e Macinhata da Seixa. Como é do conhecimento geral, os abrigos destas paragens foram retirados já há algum tempo e até à data não foram repostos. Esta situação cria, claramente, um problema para os utentes dos transportes públicos que se veem obrigados a aguardar o autocarro sem qualquer proteção contra o vento, contra a chuva ou qualquer adversidade climática. Pergunto: - Porque razão estas infraestruturas ainda não foram repostas? Se houve algum problema administrativo ou orçamental? E se existe um plano redefinido para a sua reinstalação e, se sim, qual o prazo previsto para a conclusão desta reposição? Em segundo lugar, não posso deixar de questionar o estado da obra da Escola da Alumieira, em Loureiro. O que me preocupa, é a falta de transparência quanto ao andamento desta empreitada. Pergunto: - As obras estão em curso, estão paradas? Se estão paradas, quais os motivos para esta interrupção e são questões burocráticas, falta de financiamento, ou simplesmente uma má gestão dos recursos destinados a esta requalificação? Acredito que a comunidade escolar merece respostas claras e soluções concretas. Não podemos aceitar que mais um projeto essencial para a educação das nossas crianças fique pelo caminho sujeito a atrasos inexplicáveis e a adiamentos sucessivos. Deste modo, solicito um esclarecimento, por parte do Executivo Camarário, quanto a estes dois assuntos. Muito obrigado. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Dionísio Marques**, residente em Oliveira de Azeméis. =====*

===== Boa tarde a todos. É a primeira vez que me encontro numa situação destas. O assunto é respeitante à Rua Rodolfo Ferreira Araújo Albuquerque. Eu só venho fazer uma pergunta ao Senhor Presidente da Câmara e ao Senhor Vereador Hélder Simões que foi o executor da mudança nessa rua - Se já estão terminadas as obras na Rua Rodolfo Ferreira Araújo Albuquerque? Gostava de apresentar 4 fotos (entregues ao Senhor Presidente da Câmara) daquilo que está sem executar. Uma das ruas mais modernas de Oliveira de Azeméis. Gostava que a rua fosse terminada, porque há pessoas que já estão a fazer a utilização das

floreiras, quando devia ser a Câmara. Gostava que a rua fosse terminada, porque eu sou um dos mais afetados nessa rua. E agora, a Câmara Municipal, neste momento, está a aplicar multas às pessoas, portanto, por causa do problema do estacionamento, porque é uma rua moderna. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

===== Começo, naturalmente, por cumprimentar o Senhor Presidente da Assembleia, os Senhores secretários da Mesa, os caros colegas de Executivo. Permitam-me que cumprimente de forma particular e especial os colegas Ricardo Bastos e Santos Godinho, que hoje, pela primeira vez, estão nesta Assembleia Municipal. E desejar-lhe, naturalmente, votos do maior sucesso para o seu trabalho. Cumprimentar os senhores deputados municipais, senhores presidentes de junta de freguesia, aqui presentes, o público, a comunicação social, todos oliveirenses que nos acompanham a partir de suas casas e, naturalmente, também o cumprimento para os funcionários da autarquia que nos ajudam na boa execução e realização destes trabalhos. Dar também nota da nossa associação à manifestação de regozijo que foi aqui apresentada pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, em relação à nomeação da Dr.ª Carla Rodrigues, ex-membro deste executivo camarário, nomeada Secretária de Estado Adjunta e da Igualdade e, naturalmente, associamos também aos votos de maior sucesso e que esse sucesso contribua, naturalmente, para o desenvolvimento do nosso país. Saudar também os Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis e também os Bombeiros Voluntários de Fajões aqui presentes, estão aqui os Senhores Presidentes, está aqui também Senhor Presidente da Assembleia Geral dos Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis, a Senhora Presidente do Conselho Fiscal da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis. Estão aqui muitos membros da direção e, portanto, saudar todos os órgãos sociais destas duas corporações e, naturalmente, agradecer sobretudo, isso é que é relevante, através dos seus comandantes, o Comandante António Justino, todo o trabalho que é feito por estes operacionais, pela cadeia de comando na Proteção Civil Municipal. Um trabalho que já mereceu um louvor desta assembleia. Mas que tem que ser sobretudo um trabalho que é reconhecido diariamente pela importância que tem para toda a comunidade. E, portanto, associamo-nos, naturalmente, a todas as referências que aqui foram feitas pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e, particularmente àquelas que envolveram o João, a Joana e o Marco, bombeiros acidentados nos grandes incêndios que tivemos infelizmente no nosso concelho, no ano de 2024. Em relação às intervenções do público: Começaria pela intervenção do município, Sr. José Costa - As carrinhas de transporte flexível: As doze carrinhas não têm nenhum sistema elevatório. Vamos ter nas nove carrinhas, que estamos a aguardar para abril/maio, sistemas elevatórios. Essas carrinhas permitirão, quando for necessário, assegurar o transporte a essas pessoas que têm essa essa particularidade da mobilidade reduzida. Em relação aos passeios que referiu, que permite a ligação do largo da Feira dos 27

à Estrada Nacional através da Rua Descobrimentos: Efetivamente, os passeios são exíguos, porque a rua era exígua. O que era verdadeiramente perigoso era a rua não ter sequer passeios, portanto, esteve muitas décadas sem ter passeios e as pessoas caminhavam pela rua. Hoje tem passeios de ambos os lados da via. E aquilo que foi possível foi, a largura máxima de passeios respeitando uma largura mínima de via que está definida na lei. E, portanto, obviamente que percebemos e reconhecemos essa fragilidade, essa dificuldade. Mas a zona está completamente consolidada. E não era possível fazer muito diferente daquilo que foi feito. Preferimos ter passeios mesmo que sejam exíguos, passeios de um metro, do que não ter passeios rigorosamente nenhuns e ter as pessoas a circular pela estrada. Em relação às pavimentações que referiu, nomeadamente na rua Capitão Correia Martins e Manuel Pereira Godinho: é do conhecimento público que temos um grande procedimento, ou, se quiser, alguns procedimentos de pavimentações, que no seu conjunto, para além daquelas que são feitas por administração direta pelos serviços da Câmara Municipal, estamos a falar de mais de cento e cinquenta vias um pouco por todas as freguesias do concelho. Como compreende, os vencedores desses lotes, não entram em todas as freguesias que ganham de uma única vez, vão fazendo essas intervenções de acordo com o planeamento que foi pré-definido com os serviços da Câmara Municipal. E aquilo que nós esperamos é que, nesse caso concreto dessas ruas e das outras intervenções que são necessárias fazer na Freguesia de Nogueira do Cravo e também na Freguesia de Pindelo essas intervenções aconteçam durante o mês de março e também durante o mês de abril. Dizer-lhe também que, foram necessárias fazer algumas intervenções nestas vias, nomeadamente travessias, porque tivemos alguns constrangimentos, por exemplo, com a travessia da fonte que estava entupida, foi necessário fazer essa reabilitação para que agora fosse possível fazer a pavimentação. Em relação à intervenção de Ema Azevedo: Começando pela questão das paragens dos autocarros: Nós tínhamos quarenta abrigos de passageiros. Vamos ter oitenta. Duplicamos a quantidade de abrigos. Não tem nada a ver com questões de natureza financeira. Muito pelo contrário, trata-se de uma concessão. E, portanto, a concessionária é obrigada a fazer todo o investimento que é necessário. A Câmara ainda é compensada financeiramente pela concessão que atribuiu. Aquilo que nós estamos a fazer é também, através do cronograma de instalação que foi definido, proceder à substituição dos abrigos de passageiros. Já muitas freguesias tem os abrigos de passageiros instalados. Algumas das nossas freguesias, nomeadamente essas que referiu, ainda não tem os abrigos de passageiros instalados. Claro que isso cria constrangimentos aos utilizadores. Mas aquilo que nós esperamos é que a empresa, que foi uma empresa oliveirense que ganhou o concurso para a instalação, proceda o mais rapidamente que lhes for possível a instalação dos abrigos. Ficando o território com uma cobertura, em termos de abrigos de passageiros, muito superior àquela que detinha. Isso é que é particularmente relevante. Em relação à Escola da Alumieira: não há nenhuma questão de falta de transparência. Essa linguagem, aliás, tem que ser abandonada do discurso político, sobretudo quando não tem nenhuma substância objetiva. Aquilo que acontece, como sempre foi dito, de forma absolutamente clara e transparente, foi que tivemos problemas relacionados com o projeto. Foi necessário encontrar soluções técnicas

que permitissem a resolução dos problemas. Isso implica à orçamentação por parte do empreiteiro para dar resposta à solução que foi encontrada. Obriga à criação de trabalhos complementares. E obriga, naturalmente, ao avanço da obra. E nós esperamos que durante o mês de março a obra retome, porque falta muito pouco para concluir. Portanto, aquilo que nós esperamos é que muito rapidamente a obra também fique disponível para os alunos. Em relação a intervenção do Senhor. Dioniso Marques, na rua Rodolfo Albuquerque: Efetivamente, esta rua não reunia o mínimo de condições. Nós atendendo àquilo que estamos a fazer nas imediações desta rua, que é o parque urbano da cidade e também a perspectiva que nós temos de ligar pedonalmente a zona - do Gemini, como é mais conhecida - da Praça da Cidade ao nosso parque urbano, essa rua foi intervencionado e foi transformada numa rua, enfim, de perfil misto, mas com privilégio para o peão. E nessa perspectiva de termos privilégio para o peão, é evidente que aquilo que nós fizemos foi criar os lugares de estacionamento que era possível criar. Sendo certo que as moradias construídas têm garagens próprias e, portanto, as viaturas podem ser guardadas alocadas nessas garagens. Sabemos muito bem que hoje a realidade social é completamente diferente. Hoje, numa casa com quatro moradores, podemos ter quatro viaturas. E, portanto, sabemos que muitas vezes há essa dificuldade de estacionar as viaturas na via pública. Aquilo que nós não queremos é que efetivamente as viaturas estejam em cima dos passeios. E que aquilo que nós privilegiamos, aquilo que nós preferimos, é que os peões tenham condições de segurança para poderem circular na via pública. E, portanto, a rua tem efetivamente um antes um depois. Tem um conjunto de problemas, que são problemas que justificam o facto de a obra ainda não estar completamente concluído, embora esteja a ser utilizada já há muito tempo a estrada, que se prendem com a Lusitânia Gás, nomeadamente a subida de caixas de gás e algumas situações que precisam de ser resolvidas. E, portanto, essas situações são do nosso conhecimento. Estamos a procurar ultrapassá-las, no sentido de concluir as floreiras e de concluir essas questões relacionadas, julgo eu, com dois ramais de gás. Portanto, com isso fica a obra completamente concluída. Em termos substanciais, a obra encontra-se concluída, naquilo que diz respeito aos pavimentos e passeios. Falta efetivamente a regularização desses dois ramais de gás e as caldeiras, porque as caldeiras: Ou assumimos que ficam como estão as infraestruturas e ficam desniveladas, enterradas; ou então as infraestruturas serão niveladas para a altura da terra das caldeiras, para depois as operações de intervenção não serem complexas. É uma decisão que nós vamos ter que tomar a curtíssimo prazo, porque efetivamente a resposta dos operadores é uma resposta tremendamente morosa e nós não podemos, naturalmente, continuar à espera para encerrar, para terminar e para receber esta obra. =====

===== **PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA” (Art.º 21º DO REGIMENTO)** =====

===== O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** deu início ao período de “Antes da Ordem do Dia”. =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de Rui Rocha, João Rebelo, Daniela Silva, Fernando Pais, João Costa, Helga Correia e Bruno Aragão. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **Rui Rocha**, do PS. =====

===== Muito boa tarde. Sintam-se todos cumprimentados, na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Amaro Simões. Um cumprimento especial, na pessoa do Senhor Presidente, João Pinho, a esta grande instituição, a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis e a todos aqueles que dela fazem parte. Como muitas vezes dizemos, na minha área de atuação profissional, a construção civil, “As casas são construídas para que se viva nelas, não para serem olhadas.” De forma aproximada podemos olhar para os territórios, que devem ser devidamente planeados, infraestruturados, munidos de condições para que possamos, efetivamente, desenvolver as nossas atividades, quer profissionais quer pessoais, de forma fluida e segura, importando mais a existência de condições do que a beleza das suas formas. Ao longo dos últimos anos o nosso território tem vindo paulatinamente a desenvolver-se em variadas vertentes de ordem básica, fundamentais, que nos vão trazendo melhores condições, caso das redes de água e saneamento, caso do edificado de utilização educacional, cultural e desportiva, e também o caso dos serviços, nomeadamente de segurança. Neste conjunto de melhorias enquadra-se a Proteção Civil. Uma atividade, muitas vezes invisível, desenvolvida por todos e de responsabilidade partilhada, cuja essência se baseia na prevenção de riscos coletivos. Neste campo específico relevo, naturalmente, a inauguração (já amanhã) do Centro Municipal de Proteção Civil de Oliveira de Azeméis. Um edifício que permitirá certamente dar robustez a esta atividade tão abrangente. Mas para além dos meios materiais, importa também salientar o desenvolvimento funcional de toda esta “infraestrutura básica”. Importa manter e refinar as diversas ligações com entidades públicas e privadas, nomeadamente as Corporações de Bombeiros, a GNR, as Juntas de Freguesia, os Agrupamentos Escolares e as IPSS., este respeito e, independentemente do trabalho meritório de todas as entidades que concorrem no âmbito da proteção civil, importa salientar efetivamente todo o trabalho desenvolvido pelas corporações de bombeiros. Dizia, num seminário acerca desta temática, o comandante Rui Máximo, de uma corporação de bombeiros da zona centro sul, que: “os Bombeiros são aqueles de quem nos lembramos sempre...que estamos à rasca”. A atividade das corporações é imensa, com especial destaque para as missões de emergência pré-hospitalar e de combate a incêndios. Torna-se fundamental quer o apoio a as estas instituições, para que elas possam melhorar a sua resposta, quer o aproveitamento do seu conhecimento para capacitar a estrutura de Proteção Civil na implementação de medidas preventivas. Termino questionando, Senhor Presidente da Câmara Municipal, o que ainda nos falta para que esta infraestrutura do serviço de Proteção Civil funcione em pleno? =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **João Rebelo**, do PSD. =====

===== Muito boa tarde, Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, senhores vereadores, senhores deputados municipais. Na Assembleia Municipal que teve lugar a 23 de setembro de 2024, em Nogueira do Cravo, sobre a discussão da candidatura de Oliveira de Azeméis à Unesco, o Senhor Presidente de Câmara - e passo a citar- disse: “Se os senhores deputados municipais tiverem interesse, nós vamos mandar toda a informação que foi produzida e todo o trabalho que foi produzido pela empresa, para que percebam as múltiplas áreas em que trabalhou e as áreas extremamente importantes e relevantes. Depois, vão perceber o que é que essa empresa tem feito.” - Referimo-nos a dois contratos de 45.000,00€ mais IVA, cada um, com a empresa SemperCom e, até hoje, aliás, já passaram duas Assembleias Municipais, não nos foi chegada nenhuma informação sobre isso. E eu gostava de obter a informação que o Senhor Presidente prometeu que ia ser enviada. Porque a única coisa que nós sabemos, até agora, sobre a candidatura à Unesco, é que temos um acordo com a Universidade de Aveiro no valor de 85.000,00€ mais IVA, e, antes disso, temos dois contratos que o senhor diz que ia explicar como é que eles estavam e qual era o caderno de encargos, que nunca recebemos, com esta empresa SemperCom no valor de 45.000,00€ mais IVA, cada um. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à deputada **Daniela Silva**, do PS. =====

===== Sintam-se todos cumprimentados, na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Amaro Simões. O investimento cultural que tem sido realizado por este executivo, contribuiu significativamente para o crescimento do nosso concelho. Este compromisso com a cultura não só fortalece a identidade do nosso concelho, como também é fundamental para o seu desenvolvimento económico e social, tornando mais atrativo para quem visita, reside, e até para quem investe. A requalificação das infraestruturas, a oferta cultural e a disseminação dos eventos, são elementos fundamentais. Nos últimos meses, tivemos uma programação diversificada, eclética, e a preços acessíveis. Foram realizados diversos eventos com diversas expressões artísticas, desde a música, ao teatro, ao cinema e até mesmo o stand-up comedy. A aproximação da cultura à população é visível. Ontem e hoje, por exemplo, tivemos oportunidade de ver dois espetáculos teatrais dedicados a um grande dramaturgo português, Gil Vicente, mas mais pensado para o público escolar. No entanto, hoje, gostaria de realçar um evento em particular que advém de um programa de “Ação Capacita” que decorreu, no passado 8 de fevereiro, no antigo quartel dos Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis, em foi apresentado o projeto “nãoLugar.” Um projeto que envolveu uma média de 40 jovens, entre os 15 e os 18 anos, proporcionando já oportunidade de experimentar, explorar, e cruzar diferentes expressões artísticas como a música, a fotografia, as artes plásticas e o cinema.

Gostaria de destacar 3 pontos, que acredito que são essenciais para este projeto e que são exemplos de boas práticas culturais, aproximando a comunidade da cultura. Em primeiro lugar, a valorização da cultura como ferramenta de inclusão social, capacitando os jovens artisticamente e aproxima-nos de várias expressões artísticas. Em segundo lugar, a utilização de espaços não convencionais, levando a arte às pessoas, promovendo a interação e a proximidade de forma natural. E para finalizar, a disseminação da arte pelo concelho, tornando-a parte da vivência diária. O envolvimento da população, é um elemento deveras estratégico. Este tipo de programas, é um bom exemplo da simbiose entre a arte, a cultura, e a comunidade. Naturalmente, este projeto comunitário aproxima as pessoas de arte e da cultura. O quadro cultural em Oliveira de Azeméis está a ser construído aos poucos e poucos e, por essa mesma razão, é fundamental uma análise e uma reflexão contínua sobre a forma como está a ser construído e como será projetado no futuro. Nesta forma, deixo as seguintes questões ao executivo: Este projeto terá continuidade? E que balanço fazem neste momento do mesmo? E se, estão previstos mais projetos com as mesmas características, programas pensados para diferentes faixas etárias e aliando a inclusão social? =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **Fernando Pais**, do PSD. =====*

===== Cumprimentar Vossa Excelência, Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, respetivos secretários, Senhor Presidente Câmara, vereadores, colegas membros da Assembleia Municipal e demais pessoas aqui presente. Obviamente, com cumprimento especial à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis e também à de Fajões, aqui presente, são poucas as palavras que nós temos para reconhecer o trabalho de todos e de cada um que os bombeiros têm desenvolvido na defesa, na proteção dos nossos bens e das nossas pessoas. Portanto, um bem-haja para eles. Espero que a vontade de eles trabalharem e do que serem úteis à comunidade vigore sempre e que esteja sempre presente, aliás, como é apanágio dos bombeiros. Senhor Presidente, eu trago aqui dois temas, queria fazer uma reflexão com todos nós: Primeiro tema, já é um tema que já algum tempo nós temos vindo aqui a trazer e acho que é importante fazermos uma reflexão agora que estamos praticamente no último ano do mandato deste executivo, que é a Estalagem São Miguel. A Estalagem São Miguel, neste momento, continua a ter um aspeto que é altamente lesivo para quem nos visita e para os nossos próprios municípios. Eu abstenho-me de fazer as considerações sobre o que nós temos vindo a fazer. Só que, de facto, temos assistido no nos últimos tempos um silêncio quase ensurdecador, no que respeita alguma coisa que se possa fazer por este equipamento. Estamos a falar do equipamento, que é um atento equipamento ex-libris, que respeita o nosso passado histórico e que merece que este município, este e os que virão a seguir, olhe para aquele equipamento com um outro olhar, um olhar mais dinâmico. O que este município fez foi, duas coisas: Lançou duas hastas públicas, que ficaram desertas. E eu compreendo até porque ficaram desertas. Porque, de facto, o valor era, o valor e as condições,

apesar do valor e as condições serem amplamente benéficas para o município, tem que se reconhecer, por isso é que nós votamos a favor. O que é facto é que não houve nenhuma solução. Ou seja, nós, neste momento, temos zero solução. E esta situação já se está a perpetuar a mais de 20 anos. Quando nós vemos uma frente de obra, como nós temos na cidade de Oliveira de Azeméis, que por contas assim não rigorosas, já ultrapassa os 30 milhões de euros. E vemos, de facto, aquele edifício completamente ao abandono, completamente ao abandono. Portanto, é mais um apelo que eu faço. Eu não vou suscitar aqui as possíveis afetações daquele imóvel, mas, de facto, é um património que nós temos, é património icónico e está-se a degradar progressivamente. O outro aspeto que eu queria trazer aqui também, para reflexão de todos nós, é o destino dos Paços dos Paços do Concelho. O que é que acontece? Acontece que, no início deste ano, os Paços do Concelho, ou melhor, os serviços que estavam nos Paços de Concelho vão passar para a Casa Sequeira Monterroso e há que dar um destino aos Paços do Concelho. Eu lembro-me que este edifício, é um edifício já secular, que foi feito por ordem do Rei D. Miguel, através do imposto Real de carne e vinho. E que teve diversas afetações, nomeadamente, já funcionou lá um tribunal judicial e administrativo, a sala de sessões da Câmara, a Repartição da Fazenda e vários compartimentos onde se alojavam funcionários subalternos. Na cave, havia uma cadeia, a casa do carcereiro e a sala livre. Na sua estrutura interior, o edifício já passou por várias transformações. E o seu aspeto exterior tem um bonito Brasão, mandado edificar por Dom Miguel I, praticamente inalterado até aos dias de hoje. Como resultado desta mudança, o edifício atual dos Paços de Concelho ficará, obviamente, devoluto. Urgia que a Câmara Municipal precavesse a situação, no sentido de dotar esse edifício de um destino tão nobre como o próprio edifício. O que é que a Câmara Municipal fez? A Câmara Municipal, tentando preservar alguma identidade e alguma história, porque nestes edifícios tem que se preservar de facto a identidade e a história, o que é que fez? Foi pedir ajuda aos oliveirenses para que apresentem diversas sugestões sobre o que gostariam que o futuro reservasse para este emblemático e extraordinária edifício. Senhor Presidente, os oliveirenses contam com a Câmara Municipal para fornecer soluções. E embora eu acho que este “pedido de ajuda,” entre aspas, seja até meritório. A Câmara Municipal teve mais do que tempo para, de forma maturada, pensada e consciente, já ter alguma solução para este edifício. Há várias soluções. Pode ser um complexo museológico. Uma casa das associações, por que não? Mas o destino que tem que se dar a este edifício, tem que ser um destino, pelo menos, tão nobre como o histórico edifício em si. E o que nós vamos ver. Certamente, não vai acontecer, Senhor Presidente, certamente não vai acontecer. Eu que quis estabelecer este paralelismo com a Estalagem de São Miguel para evitar que esta situação se prolongue no tempo. Nós, PSD, temos alertado que as opções deste executivo não eram propriamente as nossas opções. Obviamente, não eram as nossas opções. Mas agora há uma coisa até que nos faz pensar todos: seria necessária uma frente de obra em Oliveira de Azeméis tão grande, quando nós não temos um destino concreto para os Paços de Concelho? É mais uma reflexão, que eu deixo aqui, para que este executivo, o próximo executivo que for eleito daqui a um ano, veja isto com mais atenção, porque, de facto, isto merece um especial cuidado. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **João Costa**, do PS. =====

===== Boa tarde a todos. Sintam-se todos cumprimentados, na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Amaro Simões. Neste período de antes da ordem do dia, o tema que trago é o da habitação. Inspirado por um estudo que saiu recentemente, no passado dia 14 de fevereiro, sobre a evolução entre o rendimento total disponível das famílias e o preço da habitação, comparativamente com o ano em que o estudo começou 2015. E, portanto, este estudo, basicamente, reflete, dentro do orçamento que as famílias têm disponível mensalmente, o esforço que têm que fazer com os custos de habitação. E, portanto, a média dos países da OCDE, neste rácio, desde 2015, houve um aumento de 17.5%; Um esforço que hoje as pessoas destes países pagam a mais face àquilo que pagavam em 2015. E aquilo que salta à vista neste estudo, e por isso é que trago esta intervenção aqui, é que Portugal destaca-se por ser o país que se encontra no topo dos países em análise com uma evolução de 58,8%, entre 2024 face a 2015 e, portanto, o maior incremento no peso do nosso rendimento disponível naquilo que gastamos em habitação. Estes dados, são factos e resultam também na saída cada vez mais tardia dos jovens da habitação dos seus pais. Uma das idades mais altas da Europa. Dado também a escalada dos preços de habitação no país, que resultam da crise de habitação que vivemos hoje em Portugal e na Europa. Dado estas circunstâncias, o Governo anterior decidiu: incluir a habitação do programa de Recuperação e Resiliência, em parceria com os municípios; robustecer o parque habitacional público, que em Portugal ronda os 2%, que são muito inferiores face à média europeia, cerca de 8%, onde países, nomeadamente, os países mais liberais, nomeadamente a Holanda, tem um parque habitacional cerca de 30%. E, portanto, também nesse programa de habitação implementar medidas de restrição ao alojamento local nos principais centros urbanos de Portugal, Porto e Lisboa. O fim dos Vistos Gold. E também novas regras para acelerar e para gerar celeridade nos processos de licenciamento e urbanismo. Em suma, procurava-se aumentar a oferta, pela via pública e também pela via privada com mais construção, mas também reduzir a procura com a redução da pressão de quem quer investir para poder ter acesso à residência, como é o caso dos Vistos Gold, mas também para quem quer criar negócio com alojamentos locais, porque, de facto, a percentagem nestes centros urbanos, no caso de Lisboa, ultrapasse os 30% da habitação disponível no centro urbano de Lisboa. Com a entrada do novo Governo, a medida do alojamento local foi revogada. E devido à urgência da execução do PRR foram retirados cerca de 400 milhões de financiamento para habitação. Para além disso, foram criados mecanismos importantes para estimular a emancipação jovem, nomeadamente a isenção de IMT e de Imposto do Selo, na aquisição da primeira habitação. Uma receita municipal, cujo Governo se comprometeu a regularizar com os municípios. E, portanto, a primeira questão para o Senhor Presidente é: se está previsto que essa receita perdida pelo município seja colmatada pelo Governo? E se essa verba financeira já foi paga pelo Governo? E quantos oliveirenses foram beneficiados com este apoio iniciado em agosto do ano anterior? E também uma nova medida

deste Governo, foi a implementação do financiamento a 100% para jovens, através do sistema garantia pública do Estado, para jovens com menos 35 anos. Em suma, um dos maiores estímulos à procura que tivemos, desde o início do século. E a redução dos estímulos à oferta, como é a redução do programa de habitação pública. E, acima de tudo, as restrições ao alojamento local, porque se esses empreendimentos estão dedicados ao alojamento local não estão dedicados a residência das famílias. Resultado: Menos habitação pública, face àquilo que estava inicialmente previsto neste programa mais habitação. Comprometimento financeiro do país para aquisição de imóveis desta geração que se quer emancipar e bem. E, resultado final, uma escalada galopante nos preços que coloca a próxima geração com ainda mais dificuldades em adquirir habitação. E o esforço que talvez será ainda maior de um próximo governo para voltar a financiar a geração a adquirir casa própria. Depois deste resumo sobre o que está a acontecer no país, importa falar sobre Oliveira de Azeméis e a forma como contribuímos para a resolução deste problema global, à nossa escala, a uma escala mais pequena. O município hoje possui um exíguo parque habitacional, cerca de cinquenta habitações próprias. Para a dimensão populacional que tem é, de facto, muito baixo face às metas que o próprio país hoje se propõe alcançar no final do Programa de Recuperação e Resiliência. No entanto, tem dado alguns passos significativos para a redução dos gastos dos oliveirenses com habitação. Aqueles gastos que falava há pouco que tinham aumentado incomparavelmente com os outros países da OCDE. Em primeiro lugar, com a redução da taxa de IMI para a taxa mínima legal e com um alargamento até ao valor máximo das deduções por dependente. Em segundo lugar, no apoio ao arrendamento. Um programa que apoia mais de 300 famílias oliveirenses e que no ano 2023 resultou, num investimento, num apoio de cerca de 200.000,00€. E, portanto, não sei se o Senhor Presidente já tem os dados sobre o ano anterior de qual é que foi a dimensão do apoio que existiu às famílias oliveirenses? E, também, se existiu um aumento de procura por este tipo de apoio que o município dá? Em terceiro lugar, o programa de apoio às melhorias habitacionais. Um programa criado por este executivo, cuja divulgação importa continuar a trabalhar e a promover para que possa ainda ser mais utilizado pelos oliveirenses. Em quinto lugar, a reabilitação dos fogos do município. E em sexto lugar, os projetos das residências universitárias na Escola Superior Aveiro Norte, como na Escola Superior de Saúde - sobre o qual aproveito para questionar o executivo sobre o ponto de situação das próprias residências universitárias? E, por último, a nossa Estratégia Local de Habitação. Aprovada em 2022, revista, entretanto, com um reforço de verbas que prevê apoiar mais de 100 famílias. E assim iniciar finalmente o caminho deste município de ter investimento público municipal na área da habitação, sobre qual destaque obra já adjudicada de 50 fogos habitacionais, um prédio construído pelo município. No entanto, existem mais investimentos previstos nesta Estratégia Local de Habitação. Investimentos estes que, não sabemos se estarão contemplados pelo financiamento do programa Primeiro Direito, que financiava a 100% estes investimentos. E, portanto, questiono o executivo, se já tem a confirmação do IHRU se irá financiar esta Estratégia Local de Habitação? Se sim, quais as obras é que têm esse financiamento garantido? E, em suma, tudo isto a somar com a implementação também, por

parte do município, da digitalização dos processos do urbanismo e licenciamento, sobre o qual pergunto também ao Senhor Presidente, que agora até tem essa tutela, como está o processo de implementação da digitalização? Quais as dificuldades sentidas? E qual o impacto na análise e na celeridade de decisão sobre os processos urbanísticos? Muito obrigado. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à deputada **Helga Correia**, do PSD. =====*

===== Cumprimentar todos os presentes, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente de Câmara, restante Vereação, e todos aqueles que nos acompanham nesta sala e aqueles que nos acompanham em casa. Três notas: A primeira, para me associar às palavras do Senhor Presidente da Assembleia Municipal e do Senhor Presidente da Câmara, relativamente à Senhora Secretária de Estado Adjunta da Igualdade. Dizer que é para nós, Grupo Municipal do PSD, e para todos - como já deu para ver aqui esta tarde - um orgulho ter uma oliveirense no Governo da Nação, alguém que tem provas dadas não só na Assembleia da República, provas dadas no Município, enquanto vereadora, e sempre se empenhou pelas causas públicas. Estamos certos que irá fazer um bom trabalho. Depois, também saudar o regresso do Senhor Vereador Ricardo Bastos. E uma palavra ao Senhor Vereador Santos Godinho, bem-vindo. Certamente irá representar a Dra. Carla Rodrigues muito bem nesta Assembleia Municipal e nas reuniões da Câmara. Uma saudação ao Senhor Presidente da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis e também à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Fajões. Dizer que, os bombeiros desempenham um papel fundamental naquilo que é o apoio às populações. Todos sabemos, e vocês costumam dizer: que os agradecimentos são palavras fundamentais, dão aquela força anímica para aquele que é o trabalho que todos têm que fazer. Uma palavra aos bombeiros, à direção, mas também às famílias, que muitas das vezes estão em casa naqueles períodos mais complicados em sofrimento. E aos bombeiros que ficaram feridos nos últimos incêndios, desejar que rapidamente se restabeleçam. E, uma vez que estamos nesta casa, Senhor Presidente, tem-se vindo a falar da questão da proposta de apresentação às direções das Associações Humanitárias dos Bombeiros, relativamente ao protocolo único. Eu acho que, estando aqui nesta casa, seria importante perceber qual é o ponto de situação: Quais são os desenvolvimentos, já foi apresentado? Se não foi, para quando é que temos realmente aqui o protocolo único com estas corporações? E, estando nós, daqui a alguns meses, novamente a festejar o Dia Municipal do Bombeiro, seria de todo oportuno perceber, Senhor Presidente, se vamos ou não rever o atual regulamento dos bombeiros ou se temos hipótese de refletir naquilo que são os apoios sociais a estes bombeiros? Porque, como disse, eles fazem um papel fundamental no apoio às populações mais vulneráveis. E acho que é importante nós aqui também termos um reconhecimento para com eles. E, por fim, estando nesta sala, neste salão nobre, e vendo as fotografias de dois beneméritos desta associação humanitária, saudar o município por aquela homenagem singela que aconteceu, no passado no domingo, num dia

importante para o Senhor Comendador António Rodrigues. Dizer que, muita das vezes, estas homenagens singelas são importantes e são importantes enquanto nós estamos cá como cidadãos, em vida. Saudar o Município por isso mesmo. Muito obrigada. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **Bruno Aragão**, do PS.=====*

===== Senhor Presidente da Assembleia, sintam-se todos cumprimentados, na sua pessoa. Naturalmente, hoje, não poderia deixar de destacar o esforço de descentralização que fazemos nestas assembleias, não se faz só sobre o território político, faz-se também sobre o território social, sobre aquilo que é a construção que nós entendemos da vida em comunidade. E, portanto, cumprimento de uma forma muito particular, o Dr. João Pinho, enquanto presidente desta Associação, também o Presidente da Corporação de Bombeiros de Fajões e o Senhor Comandante António Justino, porque representa a parte operacional de toda esta estrutura e, na verdade, aquela a quem nós apelamos sempre que sentimos essa necessidade. O voluntariado não se paga, mas reconhece-se, e sobretudo incentiva-se, seja com mecanismos municipais ou com mecanismos nacionais. E esse incentivo, essa forma de incentivo é uma das que nos deve merecer reflexão e, sobretudo consequência para que o voluntariado não faça perder a dimensão social e coletiva que este tipo de associações tem e que, na verdade, a resposta de Proteção Civil tem. E, por isso, muito obrigado também por nos receberem aqui. É, e foi, nestes últimos oito anos, também a forma como entendemos estas assembleias municipais. Permitam-me, também, naturalmente, enfim, dar uma palavra de incentivo, de esforço, de reconhecimento à Carla Rodrigues. Eu acho e sempre achei, cada vez mais, em política, nós discordamos das ideias, confrontamos ideias, discutimos posições, mas reconhecemos o envolvimento das pessoas seriamente na causa pública, sejam de partidos comprometidos com o processo democrático, tem sempre que nos merecer esse reconhecimento, sejam de que partidos for. Sempre que fazemos crítica a um adversário político, fulanizando ou pessoalizando essa crítica é, na verdade, uma crítica que fazemos a todos nós e, portanto, devemos inverter esse tipo de discurso. Espero mesmo que a Carla Rodrigues possa ser bem-sucedida no exercício das suas funções num Governo que sendo de outro partido que não o meu, é no exercício de funções do Governo de todos nós. E, por isso mesmo, permitam-me também uma reflexão sobre isto e sobre o nosso território. E penso que o doutor Fernando Pais gostará desta intervenção, porque acho que também lhe responde, de uma forma simpática, sobre o processo da Estalagem de São Miguel. E acredite que nós não combinamos esta intervenção. Eu acho sempre que a intervenção pública e a discussão política não gostam muito de perspetivas a longo prazo porque são, na verdade, mais complexas, são mais cansativas, são menos apelativas, são quase sempre mais longas na discussão e não respondem às vezes às urgências e às questões imediatas que cada um de nós sente e do apelo que muitas vezes as pessoas nos fazem. Mas há uma convicção que tenho há muito tempo, que é: antes de sermos ou queremos ser populares, temos mesmo que ser sérios. Insisto muito neste

princípio, como aquele que mais defende a causa pública e que mais nos protege de propostas fáceis. A construção dos territórios, das condições de sociedade, das estruturas coletivas como esta, é uma corrida de fundo, raramente é um sprint. Há por isso duas dimensões que são centrais, quando temos responsabilidades públicas. E permitam-me, hoje, também neste mandato que se aproxima do fim, que insista nas duas. A primeira, é o custo de oportunidade. Raramente se pensa no custo de oportunidade, quando falamos em política. Mas é numa linguagem simples a vantagem de fazer as coisas no tempo certo ou a consequência de não fazer as coisas no tempo certo. O ponto sete, desta Assembleia Municipal, sobre os estaleiros, será um exemplo claro deste ponto. A segunda dimensão, é sobre as condições de partida. Discute-se ou exige-se muitas vezes soluções, ignorando qual é o ponto de partida ou, se quiserem, numa linguagem simples, qual é o histórico. Não é uma existência no passado com muitas vezes dizem. São os fatores que explicam quase sempre como é que as coisas estão ou se quiserem numa frase cansada, o estado a que chegámos e como daqui saímos. Esta semana soubemos que o município pagou, recentemente, 102.000,00€, indemnizando o proprietário de uma parcela de terreno que havia sido ocupada na construção da Via do Nordeste, uma via que nunca ficou concluída, acrescentando-se. Passaram 20 anos. Repito, para que não seja entendido como lapso, passaram 20 anos. E a pergunta que devemos fazer, sem alaridos, é muito simples: Estamos a falar do passado ou este é um assunto presente? E também essa pergunta que eu me faço muitas vezes. É sobre uma obra inacabada há 20 anos. Ou é sobre um problema atual e que, por isso, temos que resolver hoje? Na verdade, é sobre condições de partida. O que esperamos do futuro, tem sempre condições de partida. Em 2017, quando o atual executivo assumiu funções, a dívida municipal era, sem grande respaldo ou conforto, cerca de 18.000.000,00€. Desde essa altura, portanto, nestes 8 anos, só para resolver problemas de licenciamento urbanístico da Via do Nordeste ou da Área de Acolhimento Loureiro, pagamos mais de 2,6 milhões de euros, nos quais estão estes 102.000,00€ que pagamos agora. Estamos a falar do passado ou isto é um assunto presente? O que pagamos agora um assunto passado ou é um assunto presente? 102.000,00€, como disse. Pagamos a última dívida de uma obra inacabada há 20 anos. E se pensarmos nos tais 2,6 milhões, nas indemnizações relativas a essas obras, o que têm em comum são as condições de partida: Obras inacabadas, com processos onerosos em cima. E bastará, por exemplo, pensar na Área de Acolhimento Ul/Loureiro no que eram os acessos, no que foram os acessos ou no estado em que estava o centro de negócios. As condições de partida são sempre um assunto presente e futuro, condicionam as escolhas e os custos de oportunidade das coisas. E a Estalagem de São Miguel é mesmo sobre condições de partida. Porque as condições de partida do edificado, não eram só a Estalagem de São Miguel, era a estalagem de São Miguel, eram as antigas finanças, era a Casa Sequeira Monterroso, era o antigo centro de saúde. - só para dar alguns exemplos - era o (CIV) Centro Interpretativo do Vidro, era a Casa das Heras, todos edifícios por requalificar. Todos. Esse era o ponto de partida. Hoje, presente, falta um: a Estalagem de São Miguel. E por outro bom motivo os Paços do Concelho. Porque, entretanto, requalificámos um dos edifícios anteriores. É o ponto de partida que nós nunca devemos esquecer. E permitam-

me, por isso, dar um exemplo também, para além deste que já seria suficiente, do que é que significa este ponto de partida: Utilizo exatamente a Área de Acolhimento Ul/Loureiro e a fortíssima necessidade que nós temos - Oliveira de Azeméis, concelho industrial - precisamente de espaço industrial e espaço industrial com qualidade. Porque as condições de partida, para lá daqueles processos que eu referi, são simples. Nós temos uma forte necessidade de requalificar as nossas zonas industriais, mas temos também uma forte necessidade de ter mais espaço industrial. São essas condições que condicionam as opções políticas e retornam exatamente ao princípio desta intervenção. Antes de sermos populares, temos mesmo que ser sérios. E o que é que isso significa politicamente? Ser sério é perceber o custo de oportunidade das opções que fazemos. É conseguir explicá-las no que é o ponto de partida das coisas. E por tudo isso a nossa opção foi clara, antes de novas zonas industriais, antes de novo espaço industrial, era prioritário resolver as condições de partida e requalificar o que tínhamos. Para nenhum território, nenhum investidor acreditará em novos investimentos ou terá vontade de fazer novos investimentos se a nossa principal montra forem as zonas industriais não requalificadas que nós temos. E por isso começamos com a zona industrial de Oliveira de Azeméis/Santiago de Riba-Ul, não só na requalificação da sua estrutura, da sua rede viária, mas numa coisa que parece impensável para a principal zona industrial que nós temos que é o seu acesso. Imaginar que tínhamos a EN1 por requalificar ou nunca requalificada, seja no seu traçado todo, seja no pormenor da curva do Zé da Curva, é uma coisa impensável quando pensamos que é o principal acesso à nossa principal zona industrial. Está feito. Está resolvido. Temos agora em requalificação as outras três: Nordeste, Ul/Loureiro e Nogueira do Cravo/Pindelo. Reparem: são as três que temos. O que é que sobra a partir desta condição de partida? Sobra, num concelho de profunda marca industrial, começarmos a pensar no que vem que é novos espaços industriais. Mas isto faz-se, garantindo que a nossa condição de partida é outra. E, portanto, Senhor Presidente, para uma condição de partida, que agora é nova, estando concluídas nos próximos meses a requalificação destas zonas, o que devemos pensar é: quais são os novos espaço industriais que precisamos? Onde é que serão? Onde é que se localizam? Se é só a expansão da Área de Acolhimento Ul/Loureiro? Se vamos ter mesmo a área da zona industrial Costa Má/São Roque? (O ex-presidente da Junta de São Roque, está ali a olhar para mim, lembrar-se-á bem desta discussão durante várias assembleias.) Ou se vamos ter, por exemplo, no final da A32, uma zona industrial? Se vale a pena discutir isso ou se não vale a pena discutir? E assim termino, Senhor Presidente. É essa a discussão. É esse o debate que pedimos também agora nesta fase. Porque há uma coisa: seja nesta área, seja no edificado, seja no parque escolar ou num conjunto de outras áreas, ignorar o ponto de partida, perceber as opções que se fizeram a partir daí, é sempre um erro quando se quer colocar a discussão política no ponto em que ele realmente importa. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta às intervenções anteriores. =====*

===== Começando pela intervenção do senhor deputado municipal Rui Rocha, o que é que nos falta para que a estrutura de Proteção Civil funciona em pleno? Neste momento, nada. E por isso é que ela vai ser inaugurada. E, portanto, nós temos condições para continuar a fazer o caminho que vimos fazendo, no sentido de termos um Serviço Municipal de Proteção Civil, robusto, preparado, para dar resposta aos múltiplos riscos que nós temos no nosso território. Nós somos um território muito extenso, com uma grande mancha florestal. Temos também uma atividade industrial intensa, apesar de não termos grande perigosidade associada a essa atividade industrial. Mas temos efetivamente uma rede viária muito extensa e também muito complexa. Temos um conjunto de características, sejam elas características naturais, sejam elas que aquelas que resultam da atividade de intervenção humana, que tornam o nosso território um território propenso ao risco. E, portanto, a criar um conjunto de condições. Em primeiro lugar, naturalmente, procurando que os nossos agentes de proteção civil estejam devidamente apetrechados e devidamente preparados nas múltiplas dimensões para assegurar as respostas de proteção e socorro que a população precisa. E, portanto, a Câmara Municipal está também a atuar nessa dimensão da proteção, não só de socorro, não só do safety, mas também no security. E para nós a nomeação do Coordenador Operacional Municipal, o recrutamento que fizemos de um técnico superior no domínio da Proteção Civil, as instalações que preparamos para acolher o Serviço Municipal de Proteção Civil, o gabinete médico veterinário, o gabinete técnico florestal, que tem também respostas importantes no domínio da Proteção Civil, é um caminho que se está a fazer no domínio mais da prevenção e da pró-ação do que propriamente da reação. E, portanto, esse caminho vamos continuar a fazê-lo no futuro. Temos também, neste momento, já, um conjunto de respostas que não existiam no passado, nomeadamente ao nível daquilo que é a preparação de planos de evento, de planos de segurança para edifícios, dos simulacros que fazemos, ainda muito recentemente fizemos um com a colaboração desta corporação na Santa Casa da Misericórdia Oliveira de Azeméis, que visa testar a operacionalidade dos planos de emergência que existem em cada uma destas instituições. Temos realizado muitas campanhas junto da nossa comunidade escolar. Vamos continuar a fazê-lo. Este próprio equipamento, que vai ser inaugurado amanhã, tem também uma resposta de natureza mais didática, mais pedagógica, orientada para formação, para a sensibilização, no domínio da proteção civil, no domínio da cidadania, da proteção do meio ambiente. É um trabalho que nós vamos ter que continuar a fazer no futuro, no sentido de que toda a estrutura que nós temos seja uma estrutura adequada às respostas que a população necessita. Portanto, esse é um trabalho que nós vimos fazendo ao longo dos anos. Estamos também a trabalhar com os senhores presidentes da Junta de freguesia, as unidades locais de Proteção Civil. Já tivemos oportunidade de reunir com os senhores presidentes de junta de freguesia. Disponibilizamos os formulários. Agora vamos procurar implementar um conjunto de soluções. É evidente que, agentes de proteção civil somos todos nós. E, portanto, há aqui um trabalho também muito forte de consciencialização e responsabilização coletiva para que adotemos comportamentos responsáveis e nos envolvemos também nas tarefas de Proteção Civil Municipal, para que todos estejamos mais seguros. Em relação à intervenção do senhor

deputado João Rebelo Martins, sobre a candidatura a Património Imaterial da UNESCO: Eu gostaria de sublinhar a importância de nós conseguirmos preservar esta marca identitária, que eu diria que: é quase única no nosso concelho. E eu lembro-me bem da intervenção que fez nessa assembleia, quando referiu: inclusive, começou por justificar a sua intervenção e o seu pedido esclarecimentos, dizendo que não estava cá. Apesar de estar cá desde 2021. E nós em 23/01/2023 já termos fornecido toda essa informação aos senhores vereadores da oposição. Mas disse nessa intervenção que, em 2018, a Câmara Municipal tinha feito um ajuste direto. Não sei se recorda? Não é verdade. Fez uma consulta prévia. Disse também, que do primeiro procedimento para o segundo - e o segundo foi efetivamente um ajuste direto, porque havia questões de natureza material para continuar a dar, digamos, sequência ao trabalho desenvolvido - que apenas tinha mudado uma linha, uma linha, no procedimento contratual. Mudaram muitas linhas no procedimento contratual. E, portanto, o procedimento contratual seguinte tem muitas dimensões que vai ter oportunidade de ver com a informação que lhe vai ser disponibilizada. Essa informação já foi disponibilizada aos senhores vereadores. Mas vou pedir de novo aos serviços para que lhe façam chegar todo o procedimento, todo o trabalho que foi feito, nesse domínio. Aquilo que eu gostaria que acontecesse, efetivamente era que: nós tivéssemos uma candidatura robusta, uma candidatura que permitisse que o património, este património, esta arte e tradição videira, esta marca identitária que nós temos no concelho, não se perca e se preserve para o futuro. Em relação à intervenção da Daniela Silva, sobre o Programa Capacita: Eu, depois daria a palavra a senhora vereadora para se quiser, dar algumas informações sobre o programa, que é efetivamente um programa dirigido a um público muito jovem. É um programa muito interessante que permite, como disse a senhora deputada, cruzar várias expressões artísticas. É um programa que, à semelhança de muitos outros programas estão a acontecer neste momento nosso concelho dirigidos e segmentados para públicos específicos, produz efetivamente um grande impacto. Questiona, se o projeto terá continuidade? Só referir, a senhora vereadora com certeza vai fazê-lo, que isto é um conjunto programas que nós estamos a desenvolver. São cerca de 2,5 milhões de euros que estão a ser investidos em programas de apoio a diferentes comunidades, às comunidades desfavorecidas também. E a grande questão que se coloca, é exatamente esta: nós percebermos até que ponto estruturas e as respostas sociais, a Câmara Municipal, tem capacidade para procurar que, pelo menos estas respostas que estão a ser implementadas, algumas delas a ser testadas... Nós tivemos ontem ou anteontem uma reunião precisamente de avaliação sobre isto. E tivemos ontem uma reunião na Associação de Municípios das Terras de Santa Maria, de avaliação também do PAOITI, desta unidade técnica local do sul. E tivemos oportunidade de falar sobre um conjunto de projetos, que hoje alguns estão a ser testados, alguns são projetos maturados que faria todo o sentido que continuassem e que se preservassem no futuro. Porque efetivamente os problemas, continuam a manter-se, perduram para além da capacidade de financiamento que alocamos ao cumprimento de um dado programa. Essa é a grande questão. Essa é realmente uma grande pergunta a que todos temos que procurar resposta. Isto, naturalmente, passa por uma definição de prioridades. Passa também, naturalmente, eu repito,

isto muitas vezes, por uma gestão rigorosa dos recursos que temos disponíveis, no sentido de procurarmos que os programas que tem um impacto muito expressivo, muito significativo na vida das pessoas e se tudo na vida das pessoas que apresentam fragilidades, possam perdurar no tempo e possam continuar a produzir efeitos no futuro. Dizer também que, esta candidatura, em termos globais é uma candidatura de aprovada de 5,2 milhões de euros, do município de Oliveira de Azeméis. Tem uma componente de natureza imaterial, onde se inserem este tipo de programas, mas também tem uma componente infraestrutural, onde nós estamos a fazer um conjunto de intervenções também dirigidas à comunidade e dirigidas a diferentes segmentos da comunidade onde vamos procurar também assegurar respostas transformadoras. Em relação à intervenção do senhor deputado Pais Ferreira, sobre a Estalagem São Miguel: Efetivamente, é uma preocupação que nós temos. Estamos inteiramente de acordo. Se tivéssemos tido uma solução Aliás, já tivemos oportunidade de discutir com os partidos as soluções preconizadas. Como compreende, as soluções, são diversas, são múltiplas. Não estou aqui a discutir o mérito de cada uma delas. Aquele equipamento pode dar muitas respostas. Nós sempre defendemos, de forma muito clara, a resposta que nós consideramos que é primordial e que devia ser, digamos, essa resposta continuaria ou que deveria continuar a ser assegurada no futuro. Não ter sido possível. Não nos limitamos a fazer as duas hastas. Isso é uma análise extremamente redutora e imprecisa. Nós, efetivamente, temos feito um conjunto enorme de iniciativas. Muitas delas de natureza diplomática, como é evidente. Já tivemos muitos investidores a visitar o equipamento. Já tentamos, por todos os meios, sensibilizá-los para o potencial do território, para o potencial da região. Mas, é evidente que, quando estamos a falar.... Ainda ontem ou hoje ouvi na comunicação social, que íamos ter 200 novos hotéis no Porto e em Lisboa. Estamos a falar de 54 hotéis em Lisboa e de 122 no Porto. Percebemos bem que esses territórios continuam a exercer uma enorme atratividade para os investimentos de natureza turística e é muito mais difícil para nós esgrimirmos argumentos contra estes territórios que têm esse potencial. Nós temos algumas ideias sobre o que fazer na Estalagem. Mas, é evidente, como disse, a Estalagem está profundamente degradada. Não é há 20 anos, é há 27 anos que está profundamente degradada. Essa estalagem ou é refuncionalizada e cumpre outra missão ou, então para fazermos um investimento na fileira do turismo, necessariamente terá que ser feito pelo investidor, não pode ser feito, por razões que já foram sobejamente explicadas, pela Câmara Municipal porque cada cadeia de hotéis tem especificidades muito próprias, quer assegurar determinado tipo de serviços e, portanto, nós não podemos estar a substituir-nos àquilo que é o interesse desses investidores. Vamos continuar a fazer esse trabalho. Tivemos uma reunião da Comissão Executiva do Turismo do Porto e Norte de Portugal, este mês, no nosso concelho. Tivemos oportunidade de lhes pedir mais uma vez a ajuda. Porque, obviamente, eles têm uma rede de contactos alargada, no sentido de procurarem encontrar investidores para a reabilitação daquele espaço e daquele equipamento. Em relação à preocupação manifestada com os Paços do Concelho e com a Casa Bento Carqueja: É evidente que o processo de auscultação dos oliveirenses, foi no sentido de percebermos se aquilo que são as propostas que os oliveirenses tem para apresentar em

relação ao futuro daquele equipamento estão alinhadas com a visão que nós temos para aquilo que aquele equipamento deve continuar a ser no futuro. E nós achamos que aquele equipamento deve continuar a preservar a memória e identidade do nosso concelho. E pode fazê-lo, enfim, de múltiplas formas. Nós temos um programa funcional já desenhado e estamos neste momento a ultimar uma candidatura de 1,2 milhões de euros para o equipamento. Portanto, o equipamento, não vai ficar abandonado, não vai ficar sujeito a degradação. Vamos refuncionalizá-lo rapidamente. Mas não é só esse equipamento. A Casa Bento Carqueja, como sabe, também será um problema semelhante. Porque todos recursos humanos, todos serviços que se encontram neste momento instalados na Casa Bento Carqueja muito brevemente sairão também para o Fórum Municipal. Portanto, também esse edifício, que é um edifício muito importante, terá que ter uma nova vida, terá que ter uma nova função. Dar também aqui uma nota, em relação àquilo que disse sobre nós não termos destino para os Paços do Concelho. E queria agradecer o reconhecimento que fez, a expressão é sua: “porque é que, numa frente de obra tão grande, nós não olhamos para o destino dos Paços do Concelho.” Temos efetivamente uma frente de obra, enorme, gigantesca, sem paralelo no nosso concelho e os Paços do Concelho estão incluídos também nas perspetivas futuras de investimento. Aliás, deixe-me que lhe diga, a Casa Bento Carqueja já está incluída no projeto de requalificação da Praça Maior, que, esperamos nós, nos seja entregue no dia 21 de março para ser apresentada a candidatura que termina no final do mês de março de 2025. Em relação à intervenção do deputado municipal João Costa, o assunto forte foi a habitação, IMT jovem, a receita. Como sabe, há o compromisso do Governo de ressarcir os municípios pela perda de receita de IMT jovem. Esse ressarcimento não foi feito. Também não lhe consigo dizer, não tenho esses dados, não consigo sequer destrinçar na informação que nos é enviada pela Autoridade Tributária. Portanto, mas essa receita tem que ser quantificado. E, naturalmente, o Estado estará disponível, porque senão a medida, não é uma medida de tutela nacional, passa a ser um benefício de natureza municipal. E, portanto, nós não temos quantificados os jovens que foram beneficiados, através dessa medida. Em relação a um conjunto de preocupações manifestadas relativas à nossa estratégia local de habitação: Como sabem, a estratégia local de habitação nasceu numa perspetiva de construção de 26000 fogos, passou para 59.000 fogos. O Governo comprometeu-se a que todas as candidaturas que fossem entregues até 31 de março fossem financiadas a 100%. A Câmara Municipal fez o que lhe competia, apresentou a sua candidatura até 31 de março. Neste momento, as coisas viraram e, portanto, foram hierarquizadas as candidaturas, independentemente até do seu mérito. Mas o que é o que nós esperamos, é que - e é isso que está previsto: é que, as candidaturas concluídas até junho de 2026, sejam apoiadas em 100%; até dezembro de 2026, tenham 85%; depois períodos de seis em seis meses, vão tendo taxas de participação diferentes. Nós vamos continuar a trabalhar para termos uma taxa de participação máxima. Neste momento, como sabem, os nossos 50 fogos de habitação a custos controlados a empreitada já arrancou. Esperamos que a empreitada decorra com a normalidade desejada, para que nós possamos fazer parte deste leque de municípios que têm participação integral nas obras. Se assim não for, pois, o município tem saúde financeira

para suportar 30 ou 40% do esforço que for necessário. Aquilo que é importante é assegurar uma resposta no domínio da habitação que, como sabem, é um direito constitucional que nós naturalmente queremos continuar a preservar. O trabalho tem sido feito. Recordam-se dos blocos B4 e B5 que nós requalificámos no princípio do mandato anterior. Estamos neste momento a requalificar os outros 40 blocos, dos 52 que temos nesse Bairro de Lações, já estão em obra, portanto, estão a serem intervencionados. Conforme eu disse também, tudo aquilo que complementa a nossa estratégia local de habitação está tudo em curso, porque também arrancou a empreitada de construção dos cinquenta fogos de custo controlado. Em relação à questão que colocou sobre as residências universitárias: foi lançado, na semana passada, o procedimento concursal. Sabem que é uma parceria que nós temos com as escolas superiores que nós temos, com a Universidade de Aveiro e a Escola Superior de Saúde. A Universidade de Aveiro concluiu uma primeira fase do projeto. E, portanto, nós lançamos - 20 camas, a semana passada - a empreitada de 20 camas. Estamos a falar de meio milhão de euros, para essa empreitada. E a questão que se prende com a residência universitária da Escola Superior de Saúde, que até era um processo que estaria mais maduro, muito mais até aprofundado que o processo das residências universitárias na Quinta do Comandante, foi sujeito a uma profunda revisão e a informação que nós temos neste momento é que ainda está a ser revisto. E, portanto, não sei dizer quando é que essa obra... ele estava pronto. Mas, entretanto, há questões aqui de natureza interna que dizem respeito, naturalmente, à Cruz Vermelha Portuguesa, que levaram a uma readequação daquilo que ia ser feito. Em relação à digitalização das obras particulares: Esse processo, que foi feito, é um processo absolutamente estratégico para a prestação de serviços de qualidade aos municípios e, sobretudo para procurarmos que a administração pública local e, neste caso concreto, a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis seja amiga do investimento, esteja alinhada com investimento, com as preocupações e com as necessidades das pessoas. Aquilo que nós temos são sistemas absolutamente arcaicos onde analisávamos os processos em papel, à mão. Lembro-me bem da forma como nós acondicionávamos até aos próprios processos de obras particulares, era uma coisa absolutamente dantesca. Hoje temos os processos devidamente acondicionados. Estão a ser transferidos do pavilhão Cipriano Martins para o Fórum Municipal, onde ficarão definitivamente acomodados, guardados. Agora, não tínhamos dúvidas que a digitalização dos serviços públicos é absolutamente essencial. Porque nós temos que compatibilizar os tempos de resposta que são dados pela administração pública, seja ela central, seja ela local, com aquilo que são as necessidades dos tempos de resposta que os investidores precisam e que as pessoas precisam. E há um completo desajuste. Nós somos elementos perturbadores dos processos naturais de investimento. E, portanto, queremos inverter essa situação. Em relação à intervenção da senhora deputada Helga Correia, o regulamento de apoio aos Bombeiros Voluntários: o protocolo está quantificado. Fizemos esse trabalho. Procuramos condensar, num único documento, aquilo que era passível de ser condensado. Eu julgo que, inclusive já foi pedido às direções o agendamento de uma reunião, para nós analisarmos os termos desse trabalho que foi feito. Porque, obviamente, esse trabalho, é um trabalho muito importante, sem dúvida. Mas, mais

importante ainda são os inputs/contributos que vão ser dados pelas nossas corporações, no sentido de nós procurarmos acomodar aquilo que é a nossa capacidade e a nossa disponibilidade a aquilo que são os quadros de necessidades, que são muitas, das nossas corporações. Esse esforço, é um esforço que tem que ser feito, é um esforço imperativo e, portanto, nós estamos a procurar fazê-lo. Em relação ao Dia Municipal do Bombeiro e dos apoios sociais aos bombeiros: Esses apoios, nunca existiram, passaram existir. A nossa disponibilidade é muito simples, sobre essa matéria: nós estamos disponíveis para receber as propostas que nos façam chegar. E, obviamente que, essas propostas tendo enquadramento legal, não há nenhuma dúvida, repito, não há nenhuma dúvida sobre a necessidade de nós as estendermos aos nossos bombeiros, porque essa é uma das formas de reconhecermos o seu trabalho, de reconhecermos a importância que eles têm para nós. Portanto, façam-nos chegar essas propostas. Não estou a obviamente a dirigir apenas e só a comunidade que aqui está. portanto, aos senhores deputados municipais, ao público presente, às direções e ao corpo de comando das corporações, mas também aos próprios oliveirenses que, naturalmente, havendo enquadramento legal para o fazermos, faremos seguramente esse esforço, porque esse esforço é um esforço que faz todo o sentido e que é altamente reprodutivo, porque os bombeiros têm que se tem que se sentir acarinhados para poderem vestir esta camisola, que é uma camisola tremendamente difícil, tremendamente complexa, tremendamente penosa e que o digam os três bombeiros que tiveram ferimentos graves no último nos últimos incêndios que tivemos em Oliveira de Azeméis. Em relação à intervenção do senhor deputado Bruno Aragão, sobre as questões dos processos judiciais: Não tenho rigorosamente nada a dizer, sobre isso. A nossa preocupação é continuar a afirmar a Câmara Municipal como entidade de bem, reduzir ao máximo a litigância com terceiros e procurar criar e gerar confiança, não só na população oliveirense, mas também nas muitas entidades com quem nós nos relacionamos. A nossa preocupação é apenas essa. Em relação à perspectiva que nós temos sobre a zonas industriais: Nós sempre dissemos, que em primeiro lugar aquilo que se iria fazer era criar condições de dignidade, qualidade, nas zonas indústria existentes. As nossas zonas industriais, conforme foi dito muitas vezes, não eram zonas industriais que resultassem de uma criação prévia de infraestruturas. Quase sempre foram as infraestruturas que surgiram depois do aglomerado de unidades industriais, com exceção, reconhecamos, para a Área de Acolhimento Empresarial UI/Loureiro, apesar de algumas fragilidades por todos conhecidos conhecidas que essa área de acolhimento ainda tem. Mas, agora, ultrapassada essa questão da requalificação dos nossos espaços industriais, estamos a falar da zona industrial do Nordeste, Nogueira/Pindelo e também Área Acolhimento Empresarial UI/Loureiro, temos que olhar para a expansão do nosso espaço de acolhimento empresarial, numa perspectiva de disponibilização pública de espaço. Porque temos ainda muito espaço, mas está nas mãos de privados e, portanto, está sujeita às regras de mercado. Nós queremos criar espaço de acolhimento empresarial a custos muito mais competitivos. Neste momento, existem várias possibilidades, uma delas, naturalmente, essa é absolutamente óbvia, é a expansão da Área de Acolhimento Empresarial UI/Loureiro para sul, através do famigerado acesso, que ainda não tivemos capacidade para

implementar. Depois, eventualmente, olharmos em conjunto para o potencial que o término A32 no nosso concelho nos trouxe e, portanto, olhar para aquele nó e perceber até que ponto ele pode potenciar uma nova zona industrial de grande importância, de grande relevância, não só para o município de Oliveira de Azeméis, mas também para a região. E depois também, olhar para a consolidação de alguns espaços de acolhimento que nós temos, este - por exemplo, em Ul. O que se pretende construir na zona industrial Costa Má/São Roque, uma coisa que tenho quase um quarto de século. E também olhar para novos espaços industriais, por exemplo, em Macieira de Sarnes, onde podemos ter ali um conjunto de unidades industriais, obviamente, não com a dimensão de uma área de acolhimento empresarial de última geração, mas espaços que possam criar algum emprego em freguesias que apresentam algumas fragilidades. A estratégia está a ser delineada no nosso plano diretor municipal. Estamos a olhar para as zonas industriais existentes e a consolidá-las. E estamos também a propor, no âmbito da revisão do Plano Diretor Municipal, novas áreas de acolhimento empresarial. Só para perceberem o esforço financeiro que isto significa: nós estamos a cadastrar, neste momento, cerca de três milhões de metros quadrados, mil parcelas de terreno. Estamos a falar de um esforço que pode andar, só em termos de pagamento pelos terrenos, seja porque via for, entre 25 a 30 milhões de euros. Portanto, por aí percebem a dimensão e a expressão do que estamos a falar. Digamos que o caminho terá que ser feito de forma faseada. E é isso que nós vamos fazer. Mas, neste momento, o espaço de acolhimento empresarial no concelho não é uma tragédia, não é uma fatalidade. Não é verdade que nós tenhamos empresas a sair do nosso concelho por falta de espaço industrial. Aconteceu isso muito no passado. Eu posso referir aqui com facilidade uma série de empresas que saíram do nosso concelho, algumas delas até com um espaço de acolhimento comprado e que acabaram por ir para concelhos vizinhos porque o investimento no espaço nunca chegou a acontecer. O que é importante é que: nós, efetivamente, tenhamos espaço industrial público porque, naturalmente, teremos preços muito mais competitivos. E aí estou inteiramente de acordo que esse caminho tem que ser feito mais urgentemente o mais rapidamente que nos foi possível. Procurei, da forma mais rápido possível, dar resposta. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à Senhora Vereadora **Inês Lamego**, para prestar mais esclarecimentos. =====*

===== Muito boa tarde a todos e a todas. Em complemento àquilo que foi dito pelo Senhor Presidente: Efetivamente, este projeto do “Não Lugar” insere-se numa ação candidatada no âmbito das comunidades desfavorecidas. Existe um outro projeto, que é o “Quatro Estações”, que visa também, ainda que numa população num segmento diferente, os seniores, fazer um trabalho também semelhante de capacitação pela arte com reforço daquilo que é o trabalho que é feito pelos clubes seniores, que acreditamos que são estruturas de proximidade muito relevantes e que podem permitir a essa população aumentar os seus níveis de estimulação cognitiva, de convívio com pares. E, portanto, são duas ações que estão de facto

a serem financiadas. E cuja continuidade, eu diria que, neste momento, não é possível assegurar, nem garantir, desde logo, porque em cada momento temos que avaliar aquilo que são os constrangimentos e as disponibilidades. Mas também porque importa avaliar o impacto no final de cada ação e perceber realmente se elas, ainda que tenham sempre interesse, são das mais relevantes para dar seguimento. Portanto, era só isto que eu queria acrescentar. Entretanto, eu tenho aqui os números, do apoio ao arrendamento, que podia partilhar, na sequência da questão do deputado João Costa: Efetivamente, em 2023, apoiámos 380 famílias com cerca de 200.000,00€. Em 2024, o número de famílias abrangidas diminuiu para 319, assim como o valor do apoio 133.509,09€. E isto tem uma explicação, que é a seguinte: Foi o ano em que o Governo começou a atribuir um apoio à renda também, ainda que, depois por força de esclarecimento que veio a ser feito pelo Governo, pudesse ser acumulado; - O nosso entendimento é que seria de guardar essa disponibilidade de alguém que já recebiam um apoio para outras pessoas que poderiam não ter enquadramento, porque todos os financiamentos e toda a dotação orçamental é sempre finita. E, portanto, nós só mantivemos o apoio naquilo que fosse o remanescente de apoio. Imaginamos: o Governo apoiava em 100,00€; o apoio que a Câmara tinha determinado era de 130,00€; a Câmara continua a apoiar com 30,00€. Se o apoio do Governo era 100,00€; e a Câmara, antes de acordo, com seu regulamento e as suas regras, apoiava com 70,00€; a Câmara cessou o apoio. Daí esta explicação. Era até desconhecido impacto que teria este apoio e estas medidas, que eram de alguma forma cumulativas em termos de apoio do Governo e do Regulamento de Apoio ao Arrendamento que o município já tinha. A expectativa, é que este ano esse valor volte a aumentar. O que temos percebido, é que existem famílias a quem está a ser cortado esse apoio ao arrendamento com uma explicação que desconhecemos. Não percebemos ainda o que é que está na base na corte de esse apoio. E como, por outro lado, o nosso apoio ao arrendamento estava indexado a uma renda máxima que, por sua vez, estava indexado a uma portaria que, agora, de acordo com aquele que foi definido pelo Governo, deixou de ter um limite máximo de renda, nós vamos acompanhar, naturalmente, essa limitação de uma renda máxima que pode ser elegível para apoio. E, portanto, com estas duas informações que estão a acontecer, provavelmente, o valor do apoio ao arrendamento vai continuar a aumentar, sendo que é, fruto do nosso reduzido parque habitacional público, uma das medidas de facto que tem maior procura por parte dos municípios. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao deputado **João Rebelo**, do PSD. =====*

===== Senhor Presidente da Câmara Municipal, com todo o respeito que o Senhor me merece e o seu cargo também me merece, eu fiz um pedido. Aliás, não foi um pedido, foi um reforçar a sua promessa na reunião do dia 23 de setembro, em que disse que nos ia enviar toda a informação. Por isso, se a passou ao Executivo Municipal, aos Senhores Vereadores do Executivo Municipal, deste lado temos a Assembleia Municipal que não pertence ao Executivo.

São dois cargos, são dois órgãos diferentes. Até no processo eleitoral somos eleitos em listas diferentes. Já agora, o Senhor Presidente falou sobre o contrato e, o Senhor Presidente é um homem de transparência, de facto o segundo contrato com SemperCom foi por um ajuste direto, foi por ajuste direto ao abrigo da alínea 24 do Código de Contratos Públicos. Ou seja: não existe concorrência por motivos técnicos, para o que a SemperCom faz. Nós o que temos, no portal base.gov, é nada. Ou seja, não está lá o caderno de encargos, não estão especificações técnicas. E foi isso que o Senhor disse que ia entregar. É isso que queremos saber. Por isso, já que referiu a parte de eu me ter enganado a dizer que eram dois ajustes diretos, não, de facto, não são dois ajustes diretos, é só um. Obrigado. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao deputado **Fernando Pais**, do PSD. =====*

===== Na intervenção do Bruno Aragão, isso foi evidente. Eu queria que, de facto, o Senhor Presidente esclarecesse: Estes 102.000,00€, que aparecem na imprensa como o pagamento a um proprietário que se viu expropriado - Eu penso que se trata, corrijam-me se estiver errado, de uma decisão judicial que só agora surgiu decorrente de um processo de expropriação? A outra pergunta queria fazer e essa não sei: Era, se os 2,6 milhões de euros tem a ver com a fixação do montante referente ao valor expropriativo dos bens ou tem a ver com uma outra coisa, nomeadamente licenciamentos, que já ouvi aqui falar, licenciamentos, licenças, etc..., relativamente a isso? Queria que o Senhor Presidente fosse absolutamente claro, nesse sentido. Uma outra questão: de facto, para nós, senhor deputado Bruno Aragão, o ponto de partida é 2017. E era em 2017 que o senhor devia começar a sua reflexão. Muito obrigado. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar mais esclarecimentos. ==*

===== Senhor deputado João Rebelo Martins, eu vou-lhe fazer chegar essa informação, já o tinha dito. No meu tempo em que estávamos nessas funções, nós comunicámos, portanto, e conseguimos ter essa informação. O senhor já aceitou que, afinal, não foram dois ajustes diretos... Agora, vou-lhe só ler, para perceber o que distingue um concurso do outro: O primeiro tinha criação do plano estratégico Comunicação City Marketing e transformação digital de diagnóstico, definição de objetivos estratégicos, tendo em conta a missão e visão do município; Clarificação de instrumentos de comunicação, previsão de recursos e meios, planeamento e medidas de controlo; Elaboração do dossier de candidatura dos métodos tradicionais de trabalho do vidro a Património Mundial da UNESCO, acompanhamento a prestar ao grupo de trabalho a criar pela Câmara Municipal; participação em reuniões técnicas necessárias para elaborar o dossier e a coordenação dos documentos. Está na consulta prévia que foi aos candidatos, com certeza. Em relação ao ajuste direto, sim, por

critérios materiais e devidamente fundamentados em parecer jurídico. Aliás, como sabe, é uma prática sobejamente utilizada, sempre que há necessidade de assegurar a continuidade dos serviços sejam eles de que natureza for. Para além daquilo que já referi: tem que acompanhar a implementação do Plano Estratégico de Comunicação; prestar assessoria na comunicação municipal; desenvolver plano de comunicação e marketing da Casa Museu Ferreira de Castro; prestar apoio na conclusão da agenda estratégica 2035; implementar o plano de transformação digital; elaborar estudo integrado sobre a marca de Oliveira de Azeméis, tendo em conta, enquanto os eixos estratégicos do município. Depois vou-lhe fazer chegar. Vou pedir, mais uma vez, aos serviços para lhe fazerem chegar os dossiers referentes ao trabalho que foi feito até agora. Em relação à intervenção do senhor deputado Fernando Pais: Isto não tem nada a ver com expropriações, como é evidente. Porque se fossem expropriações as pessoas recebiam o valor indemnizatório correspondente. Isto tem a ver com ocupações ilegais de terrenos que deram origem a processos judiciais que vinte anos depois tiveram desfecho. De onde é que vem a este montante? Vem, sobretudo de vias estruturantes da cidade. Vem, sobretudo da Via do Nordeste. Vem, sobretudo da Área de Acolhimento Empresarial de Ul/Loureiro. E, portanto, é daí que vem o dinheiro, vem de ocupação indevida de terrenos e de não termos as pessoas a serem ressarcidas por essa ocupação. Os 102.000,00€? Com certeza. Infelizmente, o proprietário faleceu, entretanto, nestes vinte anos que esteve à espera. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Fajões - **Óscar Teixeira**. =====*

===== Cumprimentar o Senhor Presidente da Assembleia, Amaro Simões, a Mesa, o Senhor Presidente da Câmara Municipal e o Executivo, senhores deputados, senhores presidentes de Junta; um cumprimento especial aos nossos anfitriões, ao Presidente João Pinho e, na sua pessoa, às direções e órgãos sociais das Associações de Bombeiros Voluntários do nosso Concelho, ao Comandante Antonio Justino e, na sua pessoa, o corpo de bombeiros do nosso Concelho; comunicação social, caros oliveirenses. Senhor Presidente da Assembleia: A Junta de Freguesia de Fajões propõe um voto de pesar, pelo falecimento do engenheiro José Bastos de Pinho. O engenheiro José Bastos de Pinho, natural da Freguesia de Fajões, nasceu a 18 de maio de 1953, tendo vindo a falecer no dia 15 de fevereiro de 2025, com 71 anos. Licenciado em engenharia mecânica no Instituto Superior de Engenharia do Porto, foi ao longo de toda a sua vida empresário industrial, mas também empreendedor, tendo criado diversas respostas habitacionais na nossa Freguesia, nestes últimos anos. Ilustre fajonense. Sócio de diversas coletividades na sua terra. Foi também Presidente da Assembleia de Freguesia de Fajões, entre os anos de 2003 e 2009. O engenheiro José Bastos de Pinho, foi benemérito da Junta de Freguesia de Fajões na construção da nova casa mortuária. Quem com ele teve a oportunidade de privar e de trabalhar, destaca-se como um homem de bem, amigo dos seus amigos, sobretudo reconhecido como um homem de causas, admirado e respeitado por todos. Pelo seu percurso e exemplo de vida, propõe-se à Assembleia Municipal que delibere aprovar

o presente voto de pesar pelo seu falecimento e manifestar à sua família enlutada as mais sentidas condolências, nomeadamente à sua esposa professora Clementina Oliveira de Almeida Pinho e seus filhos Manuel José de Almeida Bastos de Pinho e Luis Carlos Almeida Bastos de Pinho.=====

===== *Pelo Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** foi dito:* =====

===== *Todos os votos de louvor, congratulação e de pesar, normalmente são apresentados pelo Grupo de Trabalho da Assembleia. Entretanto, este chegou depois de o Grupo de Trabalhos ter reunido e, portanto, não foi possível ser apresentado pelo Grupo, daí ser apresentado pelo Presidente da Junta de Freguesia de Fajões.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à admissão e votação o voto de pesar apresentado, sendo o mesmo admitido e aprovado por unanimidade.* =====

===== *Fez-se um minuto de silêncio.* =====

===== **PERÍODO DA ORDEM DO DIA (ART.º 22º DO REGIMENTO)** =====

===== **Ponto um:** - *Aprovação de Atas: - Ata nº 18 - Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 28-11-2024 (I/7192/2025); - Ata nº 19 - Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de 23-01-2025 (I/8384/2025);* =====

===== *Presente para aprovação as Atas: nº 18 - Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 28-11-2024; nº 19 - Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de 23-01-2025.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de Fernando Pais.*=====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao deputado **Fernando Pais**, do PSD.* =====

===== *Eu pedia aos serviços para efetuar a correção de um lapso que eu detetei na Ata nº 19, página 14, , onde se lê: “... a bem da regularidade formal disto, (...). Não consta da proposta os 22.525.000,00€.”; deve ler-se: “ ... a bem da regularidade formal disto, (...). Não consta da proposta os 2.525.000,00€.”*=====

===== *Os serviços anotaram e procederam à respetiva correção.* =====

=====
Colocada à votação a ata n.º 18 - Sessão Ordinária da Assembleia Municipal realizada em 28-11-2024, foi aprovada, por unanimidade, não tendo participado na análise e votação deste ponto os Membros da Assembleia que não estiveram presentes na Sessão a que ela respeita, por força do n.º 3, art.º 34º do Código do Procedimento Administrativo. =====

=====
Colocada à votação a ata n.º 19 - Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal realizada em 23-01-2025, foi aprovada, por unanimidade, não tendo participado na análise e votação deste ponto os Membros da Assembleia que não estiveram presentes na Sessão a que ela respeita, por força do n.º 3, art.º 34º do Código do Procedimento Administrativo. =====

=====
Ponto dois: - Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade e situação financeira do Município - Apreciação; =====

=====
Pela Câmara Municipal, foi apresentado um “dossier” exaustivo dando a conhecer todas as atividades realizadas pela Câmara Municipal, assim como a situação financeira do Município. =====

=====
O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

=====
Isto é o cumprimento de uma obrigação legal. Estamos a disponibilizar-vos informação de índole financeira a 19 de fevereiro de 2025, é uma obrigação fazê-lo, em relação aquilo que é a execução do PPI, da receita, da despesa. Portanto, se houver alguma dúvida, como sempre, estamos aqui para esclarecer. =====

=====
Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

=====
A Assembleia Municipal apreciou e tomou conhecimento. =====

=====
Ponto três: - Relatório anual de avaliação da atividade da CPCJ/OAZ relativa ao ano 2024 (I/9134/2025) - Conhecimento/ Apreciação; =====

=====
Presente o Relatório Anual de avaliação da atividade da CPCJ/OAZ - Relativo ao ano de 2024, submete-se o mesmo para apreciação e conhecimento da Assembleia Municipal. =====

=====
O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

===== *É para conhecerem o relatório e conhecerem o trabalho meritório que é feito pelos senhores comissários e pelas senhoras comissárias na nossa Comissão de Proteção de Crianças e Jovens. Como sabem, esta instituição presta um trabalho da máxima relevância na segurança e na proteção de crianças e jovens em risco. Deixar aqui uma mensagem de agradecimento e de reconhecimento público pelo trabalho que é feito nesta instituição por todas as pessoas que lá colaboram de forma absolutamente voluntária, percebendo que o seu trabalho tem na vida destas pessoas que correm riscos e que através do trabalho destas pessoas veem diminuídos e, nalguns casos, mesmo erradicados esses riscos.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de Bruno Costa.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **Bruno Costa**, do PS.*=====

===== *Senhor Presidente, a todos aqui presentes, a quem nos vê lá em casa, permitam-me hoje em especial, cumprimentar, na pessoa do Senhor Presidente, os Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis. Sintam neste cumprimento o nosso profundo respeito, reconhecimento e carinho, que temos pelas corporações do nosso Concelho, Oliveira de Azeméis e de Fajões. vejam nela, não a lembrança - com diz o Rui Jorge - apenas de quem está em dificuldades na necessidade, mas na lembrança do vosso valor feito, não só de profissionalismo, como de voluntarismo, que nele permite que vejam cada função como uma verdadeira missão. Muito obrigado. A apreciação do relatório apresentado permite uma breve caracterização da realidade concelhia na qual a CPCJ de OAZ desenvolveu o seu trabalho no decorrer de 2024. Foram, no total, acompanhados 347 processos, sendo que cerca de metade (169) transitaram de 2023. Desses 347, 200 foram encerrados. Portanto os processos transitados para este ano encontram-se em linha com os do ano passado. A frieza destes números não traduz a dimensão do investimento emocional e tempo necessários para resolver cada processo, que corresponde a uma história, diferentes problemáticas e à complexidade e sensibilidade das relações humanas envolvidas. A esmagadora maioria dos processos teve resolução junto das famílias, o que traduz a preocupação em preservar o superior interesse da criança no seu local de pertença, no seu lar, em detrimento da institucionalização. Não é fácil promover equilíbrio e construção junto de famílias em crise. Como cidadão nomeado por esta assembleia, pontualmente ativo na comissão alargada, mas sempre nela testemunha, faço relato do envolvimento da comissão restrita, de cada comissário na gestão de cada situação. Sem conhecer histórias em pormenor, presenciei a angústia e o esforço que cada comissário tem no tratamento de cada situação. A esmagadora maioria das problemáticas explanadas em todas as faixas etárias relaciona-se com violência doméstica, com grande parte da identificação das situações a ser feita pelas forças da autoridade e escola. Evidências da importância destes dois pilares na sociedade. Os números referem que 20% dos casos trabalhados correspondem a emigrantes. Este número, por si só, não permite afirmar se este é ou não expressivo, porque*

teria de ser entendido à luz da taxa de emigração no nosso concelho. Contudo, sendo a emigração um contexto de deslocação, seria interessante perceber se este se traduz por aumento de crianças e jovens em risco, o que seria um indicador social importante para avaliar a integração dos emigrantes no nosso concelho. Sendo a filosofia de uma CPCJ fazer-se representar por comissários oriundos dos vários quadrantes da sociedade, simbolizando o envolvimento de toda a comunidade na defesa dos jovens e crianças, penso que será oportuno refletir sobre a profissionalização das CPCJ, com quadro de pessoal e centro de custos próprios, porque a atual dinâmica acresce à preocupação inerente à missão, a inquietação que cada comissário terá com o seu local de trabalho, de onde é oriundo, por saber que a sua ausência é sentida. Deixem-me sinalizar ainda o Encontro CPCJ de Oliveira de Azeméis como comemoração dos 30 Anos que decorreu em Setembro do ano passado. E deixar uma palavra de gratidão à Professora Helena Lestre, que, por força do imperativo legal da limitação de mandatos, deixará o cargo de presidente da CPCJ. Obrigado por nos agregar e por nos conduzir ao longo destes anos.=====

===== A Assembleia Municipal apreciou e tomou conhecimento. =====

===== **Ponto quatro: - Plano Global de Gestão de Riscos Organizacionais - Relatório de Avaliação do ano 2023 | Avaliação Intercalar do ano 2024 (I/8605/2025) - Conhecimento/Apreciação;** =====

===== Presente o relatório de avaliação anual do Plano Global de Gestão de Riscos Organizacionais (PGGRO) do Município de Oliveira de Azeméis (MOA), referente ao ano 2023 | avaliação intercalar referente ao ano 2024, para apreciação e conhecimento da Assembleia Municipal. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

===== É o cumprimento de uma obrigação legal. Estamos a disponibilizar o relatório de avaliação do ano de 2023 do nosso Plano Global de Gestão de Riscos Organizacionais. Julgo que também estaremos a concluir o de 2024, que faremos chegar oportunamente à Assembleia Municipal. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos. =====

===== A Assembleia Municipal apreciou e tomou conhecimento. =====

===== **Ponto cinco: - 4ª Modificação Orçamental 2025 - 1ª Revisão Orçamental 2025 (I/6007/2025) - Aprovação;** =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “De acordo com o estipulado no Artigo 145.º da Lei 45-A/2024, de 31 de Dezembro, sob a epígrafe “Integração do Saldo de Execução Orçamental”, após aprovação do mapa «Demonstração do desempenho orçamental», pode ser incorporado, por recurso a uma revisão orçamental, antes da aprovação dos documentos de prestação de contas, o saldo da gerência da execução orçamental. O saldo da gerência pode ser utilizado para ocorrer ao aumento global da despesa orçada no ano seguinte, resultando daí uma revisão orçamental (pontos 8.3.1.3 e 8.3.1.4 do POCAL). Pelo exposto, submete-se à apreciação do Órgão Executivo a revisão orçamental em anexo e a apresentação à Assembleia Municipal para a sua aprovação.”* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Estamos a proceder à primeira revisão orçamental para incorporar o saldo de gerência, para podermos honrar os compromissos que temos assumidos e podermos continuar a desenvolver a atividade camarária.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de Fernando Pais.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **Fernando Pais**, do PSD.* =====

===== *Só para dar a indicação de iremos votar contra. Como votamos contra o orçamento, temos por princípio a coerência nos votos, portanto, este não seria o nosso orçamento, apesar de ser uma questão puramente técnica com a qual nós não temos que concordar ou não concordar. Politicamente não era a nossa visão para o Município e, portanto, votamos contra, em coerência com o já anteriormente votado.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta à intervenção anterior.* =====

===== *Apenas dizer que não é uma questão técnica. É uma questão objetiva. Se nós não incorporáramos este saldo de gerência deixamos de poder cumprir e honrar as nossas obrigações, sejam elas de que natureza for, desde o pagamento de despesas correntes ao pagamento de despesas de capital. Não conseguimos pagar os salários. Não conseguimos pagar aos fornecedores. Não conseguimos lançar obras, porque não temos cabimentação possível. Portanto, não é uma questão técnica. É uma questão objetiva. Se não tivermos a possibilidade de incorporar este saldo, estamos com limitações seríssimas na nossa atividade.* =

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número cinco à votação tendo sido deliberado, por maioria, aprovar a proposta apresentada, com a seguinte votação: **A favor, 25 votos:** vinte e um (21) votos do PS, um (1) voto do CDS/PP, um (1) voto do CH, um (1) voto do Presidente de Junta da Freguesia de Cesar, um (1) voto da Presidente de Junta da União de Freguesias de Pinheiro da Bemposta, Palmaz e Travanca; **Contra:** dez (10) votos do PSD; **Abstencões:** um (1) voto do Independente. =====

===== **Ponto seis: - Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos - inclusão de novo projeto (I/10418/2025) - Aprovação;**=====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - a inscrição de novas rubricas da despesa, resultantes da diminuição ou anulação de outras dotações, leva à necessidade da elaboração, apreciação e aprovação de uma alteração orçamental modificativa/revisão; - as alteração orçamentais modificativas/revisões do Plano Plurianual de Investimentos têm lugar sempre que se torne necessário incluir e/ou anular projetos nele considerados; - compete à Assembleia Municipal, em matéria regulamentar e de organização e funcionamento, sob proposta da Câmara, aprovar as alteração orçamentais modificativas/revisões ao Orçamento e às Opções do Plano; - previsivelmente, durante o ano 2025, vai ter início novo projeto de investimento que não foi previsto no Orçamento e PPI 2025 o Projeto/Ação correspondente. Face ao acima exposto, propõe-se: 1. a inscrição no PPI 2025 do seguinte projeto, com o cronograma financeiro de execução orçamental provisional: Projeto/Ação n.º 19/2025, com a designação “Aquisição de equipamento audiovisual para o TEMA” - Classificação Económica 070115 - Outros Investimentos - 47.500,00€.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

===== Surgiu uma candidatura que nos permitia equipar melhor o nosso Teatro Municipal, nomeadamente o Auditório 2. Essa candidatura, é no valor de 47.500,00€. Foi aprovada. E neste momento, nós temos esta dificuldade que é uma dificuldade que vai ser recorrente de, não tendo, porque não é possível fazer este tipo de previsão, não tendo plasmado no nosso Plano Plurianual de Investimentos candidaturas que não sabemos que vão abrir nem que vão existir, termos de fazer sempre esta modificação orçamental, esta revisão orçamental, para poder incluir a candidatura para que a candidatura aprovada possa ser contemplada. =

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número seis à votação tendo sido aprovado por unanimidade a proposta apresentada.=====

===== O Senhor Presidente da Assembleia interrompeu os trabalhos pelo período de 10 minutos, para descansar um pouco e recuperar energias. =====

===== A Assembleia retomou os trabalhos. =====

===== **Ponto sete: - Aquisição de Imóvel em Travanca para instalação dos Estaleiros Municipais (I/10570/2025) - Aprovação;** =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando; - que o Município não está dotado de armazém/parque de máquinas que dê resposta às solicitações cada vez mais exigentes e prementes, estando as atuais instalações dos estaleiros municipais a tornarem-se exíguas; - que está em causa o bem-estar e as condições de trabalho dos colaboradores do Município que se encontram a trabalhar nos estaleiros; - que está em causa o interesse público, um investimento para o futuro que visa a melhoria da qualidade das condições de trabalho, e na qualidade da prestação dos serviços à população, o que se reflete em melhores condições de vida; - o interesse do Município no imóvel inscrito na matriz sob o artigo predial 2169, sito no lugar da Póvoa, União de Freguesias do Pinheiro da Bemposta, Travanca e Palmaz, descrito na Conservatória do Registo Predial sob o número 529/19951114, da freguesia de Travanca; - que o identificado imóvel esteve em negociação particular no processo executivo n.º 20567/22.IT8PRT, que corre termos pelo Juiz 6 do Tribunal Judicial da Comarca do Porto; - a avaliação global do prédio, a sua localização, a sua potencialidade, a necessidade de investimento neste tipo de equipamento coletivo, assim como a situação económico financeira do município e o interesse público, foi devidamente ponderada a referida aquisição; - que a proposta a apresentar pelo Município na referida negociação particular, aprovada na reunião de Câmara de 17/01/2025 e na Assembleia Municipal de 23/01/2025 (I/2278/2025), foi remetida a visto do Tribunal de Contas; - a pronúncia do Tribunal de Contas, informando que a proposta a apresentar pelo Município na negociação particular “não se encontra sujeita a visto”; - que a negociação particular decorreu até ao passado dia 18 de fevereiro; - que, na sequência do processo de licitação, o imóvel foi adjudicado ao Município, por ter sido a proposta mais alta apresentada, no valor de 2 950 000€ (dois milhões novecentos e cinquenta mil euros); - a Agende de Execução, responsável pela venda, notificou o Município da adjudicação por esse valor, bem como notificou para pagamento do preço, e da necessidade de celebração da escritura; - que face ao valor em causa, a minuta da escritura será submetida a visto prévio do Tribunal de Contas (artigo 46º, nº 1, alínea c) e artigo 45º nº 1 e 4, ambos da LOPTC); - que o Município tem atribuições em matérias de património e promoção do desenvolvimento (artigo 23º, nº 2 alíneas c) e m), do Anexo I à Lei 75/2013 de 12 de setembro); - que compete à Assembleia Municipal autorizar a Câmara Municipal a adquirir bens imóveis de valor superior a 1000 vezes RMMG (al. i), nº 1, do artº 25º do diploma citado); - os encargos resultantes do contrato estão suportados em termos orçamentais, com o compromisso de fundo disponível n.º 1215/2025 , conforme determina a Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro e Decreto-

Lei n.º 127/2012, de 21 de junho e respetivas alterações. Propõe-se: - a aquisição do imóvel inscrito na matriz sob o artigo predial 2169, sito no lugar da Póvoa, União de Freguesias do Pinheiro da Bemposta, Travanca e Palmaz, descrito na Conservatória do Registo Predial sob o número 529/19951114, da freguesia de Travanca, pelo valor de 2 950 000€ (dois milhões novecentos e cinquenta mil euros), para instalar os estaleiros municipais, nos termos da minuta da escritura anexa; - que se submeta à Assembleia Municipal para os efeitos mencionados.” =

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====*

===== Contextualizando, de forma breve, o assunto em apreço: Estamos a falar da aquisição de um imóvel na Freguesia de Travanca, que visa sobretudo criarmos condições para termos uns estaleiros municipais preparados para suprir todas as necessidades que nós temos. Por isso, nós tivemos uma assembleia municipal extraordinária no dia 23 de janeiro, onde submetemos à vossa consideração no pressuposto que esta operação tinha que ser visada pelo Tribunal de Contas e que tinha que necessariamente indicar um valor, esse valor foi o valor mínimo. Aliás, percebemos depois pela proposta de deliberação que foi a reunião de câmara que o valor inicial era um valor de 2.950.000,00€ e que podia ir até 3.000.000,00€. Depois, por sugestão dos serviços, nós passamos esse valor para 2.525.000,00€. Portanto, foi esse valor que foi aqui analisado e até gerou alguma confusão. Objetivamente aquilo que se verificou foi que, no dia 10 de fevereiro, o Tribunal de Contas notifica a Câmara de que, a operação, o processo de intenções não está a sujeito a visto prévio, mas o que está sujeito a visto prévio é depois a formalização do contrato pelo preço que vier a ser o da aquisição. Aquilo que nós fizemos foi: abriu-se a oportunidade de nós podermos licitar um valor superior ao valor mínimo de licitação que tínhamos estipulado, e para o qual tínhamos obtido a vossa autorização, até ao valor base do processo judicial. Como sabem, é uma negociação particular e, portanto, tivemos aí a possibilidade de chegar aos 2.950.000,00€, que foi a licitação mais alta, que foi da autoria da Câmara Municipal. Portanto, estamos aqui agora a submeter à vossa consideração, depois de aprovarmos este valor em reunião de câmara municipal, a aquisição do imóvel pelo valor de 2.950.000,00€. =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de Alcino Martins, Fernando Pais e Bruno Aragão. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **Alcino Martins**, INDP. =====*

===== Boa tarde. Cumprimento todos os presentes e os que nos seguem através da Azeméis TV, na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia - Amaro Simões. Um agradecimento especial a todos os bombeiros aqui presentes e representados, que merecem

todo o apoio da comunidade. E do poder executivo que não sejam apenas palavras para manterem e melhorar a sua capacidade operacional na sua missão de prevenir, proteger e socorrer a população. Muito obrigado. Relativamente ao ponto em questão, e no exercício das minhas funções, que são, entre outras, acompanhar e fiscalizar as ações do executivo, e por ter dúvidas sobre a legalidade de a Câmara Municipal ultrapassar o valor que foi autorizado pela Assembleia Municipal, enquanto órgão deliberativo, e se estamos ou não perante abuso de confiança e/ou abuso de poder, decidi remeter o processo de aquisição ao Senhor Procurador Geral da República. Posto isto, o meu voto é contra a aquisição do imóvel. Tenho dito. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **Fernando Pais**, do PSD. =====*

===== Na pretérita Assembleia Municipal Extraordinária ocorrida em janeiro, expressamente convocada por causa de um alegado visto prévio do Tribunal de Contas, relativamente a uma forma de aquisição de um imóvel, foi proposto à votação o seguinte ponto: Ponto um: - Aquisição de prédio Urbano, sito em Travanca - Autorização. Depois de alguma discussão e de algumas irregularidades suscitadas, constantes dos documentos, mormente quanto ao valor, foi devida e cabalmente esclarecida pelo Senhor Presidente o seguinte: “(...) deixe-me corrigir um valor, porque falou no valor de 3.000.000,00€, nós não estamos a falar de 3.000.000,00€. A nossa proposta, é isso que estamos aqui a submeter aos senhores deputados, é de 2.525.000,00€, portanto, deixar isso de forma clara, para não haver aqui nenhum tipo de dúvidas, porque depois gera-se confusão desnecessariamente.” Nesse seguimento, o Senhor Presidente da Assembleia ainda teve uma intervenção: “Peço desculpa por este compasso, mas acho que isto merece que estejamos completamente esclarecidos. Isto já não vai mudar o sentido de voto ninguém. Mas convém que fiquemos esclarecidos. Isto altera o sentido de voto? Pais Ferreira e bancada do PSD, isto altera o sentido de voto? Se não alterar o sentido de voto, não vale a pena estarmos com discussões sobre isso. Mesmo não alterando o sentido de voto, podia mudar, isto podia ter sido acrescentado na discussão e não foi. Eu queria que isto ficasse esclarecido, independentemente da bondade da proposta, eu queria que isto ficasse bem esclarecido.” «O que o Partido Socialista votou e esta Assembleia aprovou foi uma proposta de licitação 2.525.000,00€. É exatamente isto que o Partido Socialista aprovou. Foi exatamente essa votação que fizemos nesta Assembleia Municipal, como consta, aliás, da proposta que encabeça toda a documentação relativa a este ponto.» - Isto foi o que líder da Bancada do Partido Socialista disse na altura. Voltou a usar da palavra o Senhor Presidente da Câmara, que referiu o seguinte: “Na Reunião de Câmara Municipal tive a oportunidade de corrigir, junto Senhores Vereadores, o valor de licitação para o valor mínimo de 2.525.000,00€. E foi esse o valor que foi aprovado em Reunião de Câmara Municipal. E, mais uma vez, é a terceira vez que eu digo, é esse valor que está a ser submetido à vossa aprovação.” Por último, referiu o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal: “Está clarificado. Fica em ata que é este valor (2.525.000,00€) que vai ser licitado. Eu pergunto: se com este esclarecimento

querem alterar o sentido de voto? Está votado? Pronto, está votado, está votado. Está esclarecido e fica em ata que é este valor (2.525.000,00€) que vai ser licitado.” Agora o que temos para a votação: Ponto sete: - Aquisição de Imóvel em Travanca para instalação dos Estaleiros Municipais - Aprovação. Ou seja, nós estamos a aprovar aquilo que já aprovamos. O ponto é exatamente igual ao anteriormente votado, com algumas nuances, nomeadamente « - que a proposta a apresentar pelo Município na referida negociação particular, aprovada na reunião de Câmara de 17/01/2025 e na Assembleia Municipal de 23/01/2025, foi remetida a visto do Tribunal de Contas.» Havia aquela preocupação de nós aprovarmos rapidamente, porque o Tribunal de Contas tinha que visar este este negócio e teríamos que fazer essa votação. « - a pronúncia do Tribunal de Contas, informando que a proposta a apresentar pelo Município na negociação particular “não se encontra sujeita a visto”». Ou seja, tudo aquilo que nós fizemos, aprovamos aquele valor para que a Câmara Municipal pudesse licitar, o Tribunal de Contas disse que afinal já não era preciso visto. « - que a negociação particular decorreu até ao passado dia 18 de fevereiro; - que, na sequência do processo de licitação, o imóvel foi adjudicado ao Município, por ter sido a proposta mais alta apresentada, no valor de 2.950.000,00€. - a Agende de Execução, responsável pela venda, notificou o Município da adjudicação por esse valor, bem como notificou para pagamento do preço, e da necessidade de celebração da escritura; - que face ao valor em causa, a minuta da escritura será submetida a visto prévio do Tribunal de Contas (artigo 45º da Lei Orgânica Tribunal de Contas); - que o Município tem atribuições em matérias de património e promoção (...).» Na prática, o que fez este município, depois da deliberação de 23 de janeiro? Adjudicou o imóvel, não pelos 2.525.000,00€, mas por 2.950.000,00€. Ora, este ato de adjudicação viola, não é preciso ser jurista, claramente de forma frontal o deliberado em Reunião de Executivo e o deliberado por esta Assembleia. O que valeu a aprovação anterior? Nada. Poderia e deveria, este Executivo, fazer exatamente o seguinte - Eu até estou convencido que o Senhor Presidente não o fez porque não sabia: - Solicitava autorização desta Assembleia para proceder à adjudicação por negociação particular, fixando um intervalo, fixando um valor mínimo e um valor máximo. E isto sabendo ou devendo saber, que a negociação particular se realizaria por licitação, através de uma plataforma existente para o efeito. Ao contrário do que se possa entender, - eu já ouvi o Senhor Presidente da Câmara falar sobre isto, isto não é um cheque em branco. Era, através de um limite máximo e um limite mínimo, estabelecer um intervalo em que essa negociação podia ocorrer. O que estamos aqui a aprovar é os termos de um negocio que já foi objeto de negociação. Esses termos de negociação foram estabelecidos por este Executivo ao arrepio das deliberações tomadas pelos órgãos competentes. Ora, é exatamente este tipo de atuação que a bancada do PSD não se revê e não pode deixar de dirigir um juízo crítico a este tipo de procedimento. Quanto ao mérito da aquisição: E porque a documentação junta é exatamente igual à que presidiu à deliberação anterior, as nossas objeções quanto ao negócio acabam por serem as mesmas. O único documento que está a instruir a proposta de deliberação é um relatório de avaliação do ano de 2021, elaborado pelo engenheiro Paulo Jorge Pinto Lopes e a pedido da Sociedade M-Modelismo, S. A.. Desse relatório consta expressamente que: «a

avaliação é reportada ao mês de outubro de 2021. E que o imóvel foi objeto de uma avaliação anterior, antes das atuais obras de beneficiação/ manutenção, no valor de 1.910.000,00€, que ocorreu já em 28/07/2017.» Consta igualmente que: «a avaliação teve ainda em consideração o uso e estado atual do imóvel, assim como as benfeitorias desde a última avaliação. E que, com a conseqüente alteração da conjuntura económica motivada pela incerteza dos mercados financeiros e da retoma da economia, as avaliações poderão sofrer, a curto prazo, desatualizações/atualizações quanto ao seu atual valor de mercado.» Mais se refere no relatório que: «As condições físicas do imóvel descritas no presente relatório basearam-se numa inspeção visual à data da visita, não sendo por isso assumida qualquer responsabilidade por defeitos latentes de qualquer natureza que possam afetar o seu valor, nem por qualquer inspeção técnica necessária para revelar tais condições.» Do relatório consta, ainda: «A presente avaliação, seu relatório e todo o seu conteúdo, apenas pode ser utilizada pelo seu destinatário e para o fim sobre a qual está baseada a sua elaboração, pelo que não serão aceites quaisquer responsabilidades fora do seu objetivo, quando utilizado por terceiros.» Deste modo, a suportar a deliberação desta Assembleia Municipal, temos um relatório de avaliação elaborado em outubro de 2021, e que o mesmo chama à atenção para que o valor pode oscilar no futuro, para mais ou para menos. Relatório esse que, não foi elaborado a pedido do Executivo, mas por uma entidade externa, e consta do mesmo que apenas pode ser utilizado pelo requerente do pedido. Desse mesmo relatório consta, dentro dos critérios de avaliação, a existência de licenças para o exercício da atividade industrial que, para a Câmara Municipal, não representa qualquer valor adicional. Ao valor adjudicado haverá naturalmente que crescer todos os custos inerentes e relativos à adaptação do imóvel à nova realidade. E não temos qualquer estudo nesse sentido, mormente a nível do custo. Tudo para dizer, Senhor Presidente, que não nos revemos neste tipo de procedimento. A proposta não contém todos os elementos que nós consideramos indispensáveis para uma tomada de posição conscienciosa, pelo que, independentemente de considerar pertinente as razões atinentes à aquisição do equipamento que responda às exigências do Município, nós vamos votar contra. Este voto não é contra a pertinência da aquisição do imóvel, de todo. Não discutimos a importância e a necessidade de uns estaleiros maiores e mais adequados à função. Até reconhecemos que este equipamento em concreto até pode reunir determinados critérios, nomeadamente espaço e condições para a função pretendida. O que não estamos de acordo é a forma como este processo foi conduzido. Eu faço apenas uma única reflexão, para que nós de alguma forma possamos perceber isto: Imagine que o Tribunal de Contas dá o visto a esta aquisição. Pergunto, Senhor Presidente, imagine que o Tribunal de Contas, ao contrário do que o Senhor entendia, dizia assim: Sim senhor, nós visamos esta aquisição pelos 2.525.000,00€. Como é que o senhor Procedia? Pergunto-lhe - como é que o Senhor procedia? Violava o parecer prévio do Tribunal de Contas? Agora, eu também compreendo. Eu também compreendo. É um negócio. E nós não desclassificamos esta oportunidade de compra. Consideramos que objetivamente esta compra é uma compra pertinente para o Município. Mas, o que eu quero dizer é o seguinte: No fundo, o Tribunal de Contas ao não visar esta deliberação tomada em

reunião de câmara e em assembleia extraordinária, acabou por sanar uma deliberação eu no seu conteúdo não ia de acordo aquilo que a Câmara Municipal podia e devia ter feito. Esta é que é a questão. Agora, pode-se dizer: Bom, mas, então, os senhores estão aí a falar ... enfim.... Primeira questão: os senhores são contra ou a favor? Não se põe essa questão. Somos a favor da aquisição. Pode ser este imóvel. Nós estivemos a ver, este imóvel reúne as condições. O que nós queríamos era que isto fosse feito de uma forma absolutamente transparente - não estou aqui a levantar qualquer tipo de suspeição, como é evidente. Era normal, Senhor Presidente. Eu percebo isto. Era normal que o Senhor Presidente aqui, quando fez a sua intervenção, se dirigisse às pessoas e dissesse: Meus amigos, eu tenho aqui uma proposta de 2.525.000,00€. Eu acho.... Eu entendi.... O Tribunal de Contas afinal não precisou de visar previamente esta aquisição. Portanto, eu entendi que podia ir até ao limite máximo estipulado pelo Tribunal para a aquisição - limite máximo, não é limite máximo - até este limite, que funcionaria como limite base que, não seria base, não seria o mínimo, era o valor que estava perfeitamente adjudicado. E é isso que eu espero do Senhor Presidente. Que o Senhor Presidente nos diga a todos que naquela deliberação, que não está sequer revogada... Nós aqui devíamos revogar esta deliberação. Eu sei que não precisa. Era o mais correto. Ponto da ordem de trabalhos, Senhor Presidente da Assembleia: Revogação da deliberação tomada em Assembleia Municipal Extraordinária do dia 23 de janeiro - Revogação. E aprovação. Eu sei, porque sou jurista, que há a figura da revogação tacita. Ou seja, esta aprovação implicitamente revogará a deliberação anterior. Eu não estou a dizer, como o membro Independente (Alcino Martins) aqui disse: possa ter relevância criminal. Não me parece de todo que isto tenha relevância criminal. Senhor Presidente, entenda isto como um ato de pró-atividade pura. Se me pergunta a mim, se o valor é um valor ajustado? Provavelmente, será. São 7.000 metros. Estamos a falar de um edifício de 7.000 metros. Provavelmente, é. Mas, pelo menos fica a lição, da próxima vez não faça assim. Provavelmente, o Senhor Presidente, até nem sabia. Eu acredito, sinceramente, que o Senhor Presidente não sabia que o modo de adjudicação do imóvel fosse por negociação particular. Normalmente por negociação particular é feita uma proposta em carta fechada, dirigida ao solicitador ou ao encarregado da venda. Não foi assim que se fez. Foi através de uma plataforma em que as pessoas iam licitando, dou x, dou x, dou x, até que se chegou aos 2.950.000,00€. Portanto, o nosso voto contra, tem a ver com o facto destas irregularidades. Não queremos ficar ligados a este tipo de irregularidades, que eu entendo que é uma irregularidade. Mas, a aquisição, obviamente, não está em causa. Muito obrigado. ===

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **Bruno Aragão**, do PS. =====

===== Eu começava exatamente por aqui. A aquisição do imóvel está em causa, sim, se a Assembleia votar contra este ponto. Como é evidente, a aquisição deste imóvel está em causa, é isso que nós estamos aqui a deliberar. Se esta Assembleia deliberar em sentido contrário ou, mesmo deliberando favoravelmente e o Tribunal de Contas não o visar, porque no processo

anterior não é o Tribunal de Contas visar ou não visar, é não se pronunciar, que é uma coisa diferente. Eu fui ver a tal ata que foi corrigida há pouco porque, eu fiquei um pouco baralhado, eu tinha a impressão, tinha ficado com essa ideia, que na última Assembleia, mesmo com aquela discussão toda e com as “irregularidades”, até foi a expressão que utilizou, mesmo com irregularidades, falta de documentação, dúvidas e tal, eu tinha ficado com a impressão que se tinham absterido. Mas com isto tudo, disse: não..., se calhar votaram contra. Deixa-me ir verificar. Mas foi uma abstenção. Mesmo achando que é irregular, que levanta dúvidas, que não há documentação suficiente, que não sabemos se é uma boa compra, que não sabemos se é preciso investimentos, ... Mas a gente abstém-se. É uma coisa um pouco estranha. Porque, com tantas dúvidas, digo-lho já, a bancada do Partido Socialista votaria contra, seguramente. Com tantas dúvidas, num ponto destes, nós votaríamos contra. Aliás, nunca votámos nem nunca nos abstermos, quando temos esse processo todo. Deixem-me recuperar aqui essa ideia do ponto de partida: Como há pouco disse: «O nosso ponto de partida é em 2017». O nosso também. É que, o nosso é que é em 2017, curiosamente. Portanto, avaliamos sempre o ponto de partida. Como é que chegámos aqui? Porque é que hoje, 2025, estamos a discutir Estaleiros Municipais? Foi a Autarquia que se lembrou agora de repente: “Bom, vamos arranjar aqui um novo sítio para uns Estaleiros Municipais. Bom, há aqui um edifício interessante, é mais bonito, vamos mudar os Estaleiros Municipais.” A questão é: qual é o ponto de partida? E se, aqui chegados a esse ponto de partida, temos custo oportunidade ou não? Se é o momento certo, se faz sentido ou se não faz? Pedia aos serviços que pudessem, e ao Senhor Presidente que autorizasse a que eu pudesse acompanhar a minha intervenção com algum suporte visual, porque facilita o processo. Até para facilitar, porque já discutimos isto tantas vezes em tantas Assembleias. [A partir deste ponto a intervenção foi acompanhada pela projeção diapositivos.] Não, isto é que é objeto discussão. Aliás, na última Assembleia, disse exatamente isso. Porque, quando discutimos a possibilidade de ser feito o negócio por carta fechada, não sabíamos sequer se tínhamos visto ou não do Tribunal de Contas tal como achávamos para se poder então apresentar uma proposta em carta fechada, nem valeria a pena discutir isto porque, bom, poderia ficar por ali e o assunto estava arrumado, na verdade, estava adiado. Mas é preciso recordar donde é que vimos, porque é que aqui chegámos, e porque é que estamos a discutir isto. Nós, em 2004, tínhamos estes Estaleiros Municipais, que tinham um pouco mais de 11 mil metros quadrados, 11.500 metros quadrados. Eram os Estaleiros Municipais da Câmara. Em 2004, os Estaleiros Municipais da Câmara são vendidos por cerca de 1.000.000,00€. E, em 2004, os mesmos Estaleiros, exatamente no mesmo sítio sem tirar nem pôr, são arrendados por 8.735,00€ por mês. Na altura, quem votou favoravelmente, quem decidiu, entendeu que o custo oportunidade seria interessante. Isto foi que aconteceu em 2004. Em 2013, 9 anos depois, o Executivo de então decide: « Bom, estamos a pagar este valor, se calhar não faz muito sentido, temos que encontrar aqui uma solução, vamos encontrar uma solução». E o que se fez foi: 9 anos depois de ter aqueles Estaleiros arrendados, 103 meses de renda; Nós tínhamos já pago quase 900.000,00€ de uns Estaleiros que eram nossos e que tínhamos vendido há 9 anos atrás por 1.000.000,00€. Nem vale a pena dizer que neste entremeio tivemos o plano de saneamento

financeiro que estava a começar a ser pago, depois do período de carência, em 2011. E o que é que fizemos? Tínhamos aqueles Estaleiros de 11.500 metros. A Autarquia, em 2013, não tinha Estaleiros próprios, não tinha nenhum retorno financeiro daquele negócio. Portanto, se havia algum custo oportunidade nós nunca o percebemos. E em 2013 resolve alugar estes Estaleiros, que tinham menos metade da área dos Estaleiros anteriores. Em princípio, se a Autarquia passa de 11.500 metros para 5.000 metros de Estaleiros; das duas uma, ou os outros eram excessivos e eram grandes demais, ou, não sendo, acreditava que nos próximos anos a sua atividade iria reduzir e, portanto, nem precisava de uns Estaleiros tão grandes. Foi isso que aconteceu. Portanto, reduzimos para 5 mil metros quadrados, para aqueles Estaleiros. Há uma coisa que as pessoas se esquecem: é que houve um motivo para explicar aquele local. Em 2013, quando questionado: “Mas porquê ali junto de habitações, uma área que não era muito grande, que gerava pressão numa área que todos considerávamos interessante, porquê? A explicação que é dada pelo Executivo, que está em ata, e aparece também depois nas notícias, era por causa fibra ótica. Ali havia fibra ótica. E, portanto, havendo fibra ótica ali era o sítio que tinha que ser. Eu já não me recordava disto. Tive de confirmar na ata se estava mesmo assim ou se era só notícia. Dizer: Há explicação para os Estaleiros irem para ali. Era a grande explicação para ser aquele local. Não estava cá. Mas está na ata. É simples. Por isso é que é importante corrigi-las para ter a certeza que, anos depois nós não nos lembramos, as coisas estão lá, estão escritas. É só reler. Aliás, nós arrendámos inicialmente por 2.000,00€. E, aquilo que foi dito à Assembleia quando aquilo foi aprovado, é que teria uma necessidade de investimento, para que aquilo tivesse condições, de 5mil euros, para albergar então os Estaleiros. E, mais uma vez fui buscar a ata, portanto, procurei socorrer-me sempre de documentos oficiais. Na verdade, aquilo que nós fizemos logo a seguir foi um ajuste direto. Este é um exemplo, cerca de 44 mil euros. Não dá para ver ali, mas é do portal base. E os estaleiros de 2013, que nós passamos a alugar por 2.000,00€ e que depois passaram para 3.500,00€, já tinham tido um custo de infraestrutura, para poderem albergar os Estaleiros, de 193.000,00€. Eu digo que, no início foi claro, só precisava de um investimento de 5.000,00€. Foi isto o que aconteceu. Na verdade, se nós quiséssemos fazer as contas, isto agora vale pouco, ou não vale nada, entre o que nós pagamos de renda, entre o que nós infraestruturámos de um espaço que nem era nosso era só arrendado, na verdade, nós tivemos uma renda mensal que em rigor correspondeu a cerca de 5.000,00€. Foi isto que nós andámos a pagar durante vários anos, até 2018. Em 2018, a renda passou a ser 3.500,00€ e em 2019 passaria a ser 6.000,00€. É em 2018, aliás, que o Município decide, votado nesta Assembleia, adquirir aquele terreno por 400.000,00€. Porquê? Porque em 2019 passaria a pagar 6.000,00€ de renda por aqueles Estaleiros de 5.000 metros, metade dos Estaleiros iniciais. Em 2014, há uma aquisição por 400.000,00€, que hoje, não tendo sido feita, com a renda de 6.000,00€, teriam significado até aqui 432.000,00€. Portanto, mais do que nós pagámos pelos Estaleiros que agora são nossos. Nós teríamos pago mais em rendas, por Estaleiros que agora são nossos pela decisão de termos adquirido por 400.000,00€. Temos agora uma alternativa definitiva para eles que é, dizer assim: Bom, nós fomos claros a dizer que íamos adquirir aqueles estaleiros apenas por racionalidade económica,

custo/benefício, mas que assim que aparecesse uma oportunidade de instalar definitivamente e com condições os Estaleiros Municipais, sobretudo porque nos últimos anos a atividade do Município é muito maior e, portanto, a necessidade de espaço é também muito maior, 5000 mil metros não têm condições para albergarmos os Estaleiros, os funcionários, os inertes, as máquinas e a dinâmica própria de uns Estaleiros Municipais, nós faríamos isso. É exatamente aquilo que estamos a discutir neste ponto. Não é outra coisa. É isto. É a aquisição de uns Estaleiros que tem 27 mil metros quadrados, 7 mil de área coberta. Tem mais área coberta do que os Estaleiros que nós temos hoje, tem mais do dobro da área dos primeiros Estaleiros. Estão junto a uma Zona Industrial. Não impactam com habitação. E, portanto, dão condições absolutamente diferentes do que aquelas que nós temos hoje. Na verdade, aquilo que nós estamos a decidir hoje, é a possibilidade de aquisição destes Estaleiros por 2.950.000,00€, se a Assembleia assim o decidir e, se, depois, conseguir no tempo necessário que o Tribunal de Contas vise o processo. Mas há uma coisa que nós nos esquecemos, porque passa muito entre as pingas, isto também só é possível porque o Município tem capacidade para pagar a pronto estes 2.950.000,00€. Coisa que não tinha em 2004, e por isso é que fez aquele negócio que fez. Coisa que não tinha em 2013, e por isso é que fez o negócio que fez. Não sendo a disponibilidade financeira da Autarquia para aproveitar o custo de oportunidade, nós não conseguiríamos fazer isso. Quando falamos muitas vezes, no rigor das contas, na importância de termos capacidade financeira e de aproveitarmos no tempo certo para fazer as coisas certas. Para isso é preciso disponibilidade financeira. Em resumo, aquilo que vai passar a existir, se esta operação se concretizar, primeiro são os Estaleiros definitivos, que é a única área da Câmara Municipal para a qual nós ainda não temos uma resposta também definitiva. Depois de termos requalificado a Casa Sequeira Monterroso, que vai alojar muitos dos serviços que estavam dispersos, depois de termos o Edifício das Finanças requalificado; Falta-nos uma grande área, que é de facto esta, que tem cerca de 100 funcionários que trabalham todos os dias em condições, que já não deviam trabalhar, até bastante perigosas, mas sobretudo, que permita uma dinâmica que o Município precisa e vai precisar nos próximos anos. Repare-se, nós conseguimos uma solução definitiva. Na verdade, dizer que, para os próximos 50 anos ou mais, as grandes estruturas da Câmara, seja o Estaleiro, seja a casa Sequeira Monterroso, sejam os seus grandes equipamentos, ficam resolvidas. Pagamos a pronto sem comprometer um milímetro o investimento municipal, em todas as outras áreas, em todos os outros compromissos que temos com os oliveirenses. Ficamos com condições extraordinárias de instalação. Isso, não há dúvida nenhuma, basta fazer uma visita. Há uma coisa que também não nos podemos esquecer; Como decidimos comprar, e não pagamos os 432.000,00€ de rendas de um terreno que não era nosso, aquele espaço também é do Município. O Município pode rentabilizá-lo, vendê-lo aliená-lo, construir mais habitação ali, dizer a outros que construam habitação, resolver definitivamente o problema do sítio dos Estaleiros ou de outro equipamento que não faça sentido naquela zona. É que, é isto tudo que tem que ser visto. Porque é exatamente isto que nós estamos a deliberar hoje, nestes termos, desta forma. Se a Assembleia assim o entender, votar contra, é sobre isto, é sobre este ponto de partida e sobre

este conjunto de pontos que nós estamos a votar contra. Eu sei que a corrida de fundo é sempre chata, cansativa e maçuda. Mas é isto que nós estamos a discutir nestes anos todos. Obrigado.=

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao deputado **Fernando Pais**, do PSD.=====*

===== Relativamente quanto a isto, tanto quanto eu sei, os números são corretos. Eu acho que se perdeu completamente o sentido deste a votação, perdeu-se completamente. Nem uma palavra sobre a votação anterior, que é o que para nós é muito importante. É óbvio que, nós agora estarmos a classificar um determinado negócio, há muitos anos atrás, sem ver as circunstâncias em que o mesmo foi deliberado, é uma tarefa quase ingrata. É evidente que tudo isto visto nesta realidade e hoje em dia e com a saúde financeira que a Câmara apresenta, já não vou falar no saldo de gerência, é óbvio que esta aquisição do imóvel em Travanca se justifica. Não temos nenhum problema em aceitar isso. Agora, o que nós votamos contra, era contra este tipo de situações. Repare que o interlocutor que me antecedeu, Bruno Aragão, nem uma palavra fez de referência relativamente a uma deliberação que nós já tínhamos votado. Essa é que é a questão. E o que nós pugnamos aqui é que isto devia seguir uma linha lógica, coerente, e juridicamente sustentável. Eu tenho poucas dúvidas que o visto de Tribunal de Contas Nós vemos o Tribunal Contas como um “papão”. O que é que o Tribunal de Contas vai ver? Vai ver a regularidade, segundo o artigo 46º, vai ver a regularidade das deliberações que foram tomadas, há quórum, vai ver a regularidade e vai ver o impacto financeiro que este negócio tem para a Câmara Municipal. Felizmente não tem. Felizmente, este negócio é perfeitamente possível. Agora, o que nós achamos aqui e que chamámos a atenção da última vez, é que, de facto, isto podia ter sido feito de outra maneira. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao deputado **Bruno Aragão**, do PS. =====*

===== Senhor Deputado, eu não sou jurista, mas sei que há uma expressão para quando nós no direito fazemos coisas que são inúteis, que não são necessárias, sei que há uma expressão para isso. Como o Senhor disse, o ponto anterior está revogado tacitamente. Eu até posso discutir esse ponto, chama-se inutilidade superveniente - já não tem assunto, eu posso voltar a esse ponto, não tem problema nenhum. Agora uma coisa que me impressiona. Só que estou preso um compromisso. Isso é uma coisa que eu honro muito. É que, eu, numa Assembleia Municipal, também onde a coisa aqueceu, comprometi-me a não trazer mais atas sobre afirmações suas. É que, ainda por cima, sobre este ponto, sobre esses negócios, noutra momento, o Senhor tem informações sobre eles. No tempo deles. O Senhor, agora diz-me assim: «Epa, falar de negócios feitos atrás». Mas o Senhor tem afirmações feitas desses negócios, em cima do acontecimento. Só que eu estou preso a esse compromisso, porque eu disse: - nunca mais vou trazer atas onde tem... porque.... Não, não trouxe. Eu nem estou a dizer o que diz lá.

Eu acho mesmo extraordinário, que é assim: Quando se discute ou discutiam negócios que nós achávamos mal; Era o PS que é contra. Quando o tempo dá razão ao PS; Agora não se fala, porque já passou muito tempo. Eu tive até o cuidado de nem ajuizar sobre o negócio da altura, fi-lo agora desta forma, tive esse cuidado. O que é mais engraçado é que, depois, quando temos condições que não apareceram do nada para fazer esta aquisição, se trate isto como se fosse uma coisa óbvia: “Agora até temos disponibilidade financeira. Agora a coisa até fácil. Agora até arranjam dinheiro.” Parece que as coisas apareceram assim. Parece que não houve uma estratégia, um conjunto de opções. Que, aliás, o Senhor criticou sistematicamente, nestes últimos oito anos, sistematicamente. Mas depois diz: “ Não, não, até há condições. Isto é importante. Isto é bom”. A questão aqui é muito simples: O Senhor é jurista. Eu não vou, como é evidente, não tenho esse topete de discutir juridicamente se é assim, se é daquela maneira, se é outra, não tenho essa capacidade, não tenho mesmo. Há uma coisa que eu sei: politicamente, e com a informação que nós temos, nós devemos fazer este negócio. Este é um negócio bom para o Município de Oliveira de Azeméis. Este é um negócio bom para a capacidade que o Município precisa. Este é um negócio que não onera o Município de Oliveira de Azeméis. Pelo contrário, reforça a sua capacidade, reforça o seu património, reforça a resposta que pode dar e resolve um problema que tem, como vê, 20 anos. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao deputado **Fernando Pais**, do PSD. =====*

===== Com a autorização do Bruno Aragão, vou pedir que esta minha intervenção seja exatamente para citar a declaração que o mesmo Bruno Aragão fez na Assembleia de 23 de janeiro. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta às intervenções anteriores. =====*

===== Eu não tenho nenhum compromisso com nenhum deputado sobre a particularidade de não me poder referir a excertos de atas e àquilo que aqui é dito, portanto, permitam-me que o faça. Aquilo que eu disse, no dia 23 de janeiro, na Assembleia Municipal Extraordinária, foi que: “a informação que tínhamos era que tínhamos que submeter a nossa intenção de licitação. Tínhamos que adquirir, através de um visto prévio do Tribunal de Contas, a legitimidade para poder licitar.” Como o Senhor sabe, quer na Reunião de Câmara, quer até na própria proposta que foi remetida a esta Assembleia Municipal, o valor que constava, era de 2.950.000,00e a 3.000.000,00€. Era essa a informação que constava, quer na proposta que os seus vereadores analisaram, quer na proposta que foi entregue à Assembleia Municipal. A proposta que foi submetida aos Senhores Vereadores na reunião de Executivo de 16 janeiro, foi exatamente a mesma proposta que chegou à Assembleia Municipal em 23 de janeiro - Com uma particularidade: - a meu pedido, na Reunião pedi para que fosse alterado

o valor de licitação para o valor mínimo de 2.525.000,00€, porque tinha sido essa a informação que eu tinha recebido. Mantinha-se exatamente a mesma necessidade de legitimidade para podermos licitar, fosse qual fosse o valor. Estava lá o tal intervalo de 2.950.000,00€ a 3.000.000,00€. Peço desculpa, mas estava, Senhor Deputado, estava lá sim senhor. Toda a gente aqui sabe que estava, aliás, a proposta existe está aí na Ordem de Trabalhos e, portanto, é fácil de a ver. O que acontece é que, no dia 10 de fevereiro recebemos a informação, não que a operação não é necessária ser visada; o Tribunal de Contas vai ter que visar a operação. O que a Tribunal de Contas, não visa é o processo de intenções de aquisição, visa, como sabe, o negócio. O Tribunal de Contas é a instituição suprema para verificar a legalidade das contas do Município e as despesas do Município e, portanto, vai fazê-lo. Eu não sabia, porque senão não trazia aqui a proposta, de que não era necessário um visto prévio do Tribunal de Contas. E o Senhor também não sabia, sendo jurista também não sabia. Convinha que a confiança se mantivesse até porque, até agora, tudo aquilo que o Senhor vaticinou, nunca se cumpriu. Eu vou citar aqui uma expressão sua na ata, diz assim: «Com esta formulação, eu tenho algumas dúvidas que o Tribunal de Contas vá dar parecer positivo.» Isto foi o final da sua intervenção - “Com esta formulação, (...). Senhor Deputado, aquilo que importa aqui, é que hoje nós estamos confrontados com o seguinte: Temos, embora, nas alegações que foram utilizadas quer pelos Senhores Vereadores do PSD, na Reunião de Câmara, quer as alegações foram utilizadas por si, foram alegações que se contradisseram completamente. Havia aqui preocupações, enfim, “... não se podia votar a favor, nem se podia votar contra, que nos permitam dizer se este é o local indicado, se é local ideal para as instalações dos Estaleiros, isto é uma decisão mais técnica que política, etc.” E o Senhor depois a seguir na sua intervenção, diz que: “... este equipamento tem uma excelente localização e, aparentemente, parece que é uma excelente compra.” Aquilo que importa aqui, e é isso que as pessoas que estão lá em casa devem perceber de forma absolutamente clara - porque é aí que as coisas normalmente criam ruído desnecessário - é sobre a suposta transparência deste negócio. Este negócio foi completamente transparente, em todos os momentos. Nunca foi ocultada rigorosamente nenhuma informação nem aos Senhores Vereadores de Executivo, nem aos Senhores Membros da Assembleia Municipal. Aliás, se o Senhor for consultar a informação que lhes foi facultada, o Senhor tem, inclusive informações de certa forma confidenciais, que foram disponibilizadas pela responsável pelo contrato de venda, foram-lhes facultadas essas informações. Está aí. Eu depois posso mostrar-lhe o e-mail onde vai perceber o que é que eu estou a dizer. Aquilo que importa, é que, pelos vistos, unanimemente é reconhecido que nós precisamos de instalações que reúnam condições de dignidade e, naturalmente, condições de eficiência para os Estaleiros Municipais. Não vamos discutir a atual localização, já aqui foi falado sobre isso. Na Assembleia Municipal anterior isso foi também muito discutido. Está ultrapassada, obviamente, essa questão. Também percebemos que a questão da localização, que foi uma questão que foi equacionada, também está ultrapassada: Em frente à Estrada Nacional 1, a umas centenas de metros do IC2 e da variante de acesso à A29, está ultrapassada a questão. Também está ultrapassada a questão, em relação à não incomodidade que estas instalações

têm para a vizinhança. Ficou completamente ultrapassada, julgo eu, a questão do preço. E não fomos nós que o definimos. Foram os próprios licitantes que mostraram apetência pela compra do bem. E é fácil perceber que quando temos 7 mil metros quadrados de área coberta, com um valor, francamente reduzido, de 500€ por metro quadrado. E hoje não se constrói nada por 500€ o metro quadrado. Estamos a falar só nisso, 3.500.000000€. Ultrapassada a questão, a avaliação de 2017 e falou num 1.900.000,00€; A avaliação de 2021, 4 anos depois, falou no valor de 2.950.000000€. Estou convencido que, uma avaliação em 2025, 4 anos depois, atiraria isto para 4.000.000,00€ ou 5.000.000,00€, com alguma facilidade. Aliás, o próprio mercado pode dizê-lo, objetivamente. Ultrapassados todos estes pressupostos, nós estamos aqui confrontados com a importância do negócio. Este negócio, na nossa opinião, é um bom negócio e é absolutamente estratégico para a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis. O que é que importa aqui? Importa aqui decidir. E depois, obviamente, essa decisão é absolutamente legítima, vamos submeter essa decisão ao escrutínio do Tribunal de Contas. O Tribunal de Contas, não se limita a olhar para isto de forma leviana, vai querer toda a informação, todo o processo que esteve envolvido. E se o processo tiver sido tratado de forma absolutamente correta, eles visam operação, se não tiver sido tratado, eles vão chumbar a operação. Mas isso acontece. Nós quando submetemos à Assembleia Municipal, órgão deliberativo, um conjunto de propostas, nós não sabemos qual é o desfecho da votação. Estamos sempre sujeitos àquilo que assumimos seja impedido pela votação da Assembleia Municipal. É aqui. É na Assembleia da República. É em todo o lado. Eu queria deixar aos oliveirenses esta absoluta tranquilidade, em relação à forma como este processo foi conduzido. Objetivamente, tínhamos condições para licitar aquele valor, porque era essa a informação que tínhamos. A partir do momento da desnecessidade de visto prévio, não é de visto, é de visto prévio, nós temos possibilidade de licitar o valor que nos permita ficar com o imóvel. Foi exatamente isso que aconteceu. Aquilo que nós fizemos foi submeter à Reunião de Câmara a aprovação do novo valor e estamos a submeter à vossa consideração, e vocês têm todo o direito de chumbar, a consideração do novo valor. É esse novo valor que nós vamos submeter depois a visto do Tribunal de Contas. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao deputado **Fernando Pais**, do PSD.=====*

===== Se calhar, isto nem merece uma discussão tão alargada, ou melhor, até merece. O que eu pergunto ao Senhor Presidente da Câmara é: como o Senhor Presidente da Câmara se sentiria.... É óbvio que, se nós tivéssemos deliberado um intervalo mínimo e máximo, relativamente à adjudicação, nós não precisávamos de fazer outra deliberação. Estava dentro do limite máximo, estava perfeitamente claro. O que eu lhe pergunto é: como é que o Senhor se sentiria se, na sua primeira conceção, o Tribunal de Contas teria que visar o negócio e aprovava o negócio pelos 2.525.000,00€? Como é que o Senhor se sentiria? É só isso Senhor Presidente. E esta falta de adequação formal a esta realidade que nós não podemos estar de acordo. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar mais esclarecimentos. =====

===== Apenas para dizer ao Senhor Deputado Fernando Pais: Que o processo foi tratado com toda a lisura. Na altura, eu tive oportunidade de comentar que é um despropósito completo nós sermos obrigados a indicar um valor mínimo de licitação. Achei isso muito estranho. Assim como acho estranho indicarmos um intervalo de licitação. Eu estou a falar, aquilo que foi aprovado na Assembleia Municipal de 23 de janeiro foi um valor objetivo. O que estou a dizer, é que: se nós tivéssemos aprovado um intervalo de licitação para mim é um despropósito completo porque estávamos a dizer aos licitantes, aos concorrentes, o intervalo até onde podíamos ir. -----

===== [Intervenção do Senhor deputado Fernando Pais efetuada de microfone fechado (som ambiente).] =====

===== Senhor **Fernando Pais**: O senhor Presidente só pode efetivar esse negócio perante a indicação de que o Tribunal de Contas de que não precisava de visar este negócio.=

===== Senhor **Presidente da Câmara Municipal**: Claro, verdade absoluta, assumo sem problema nenhum, mas qual a dúvida disso? =====

===== Senhor **Fernando Pais**: O que eu estou a dizer é que, se calhar, isto devia ter sido feito de outra maneira. =====

===== Senhor **Presidente da Câmara Municipal**: Senhor Deputado, pode ler a ata depois, no futuro pode ir ler a ata, é verdade isso, assumo isso sem problema nenhum. É evidente que se nós soubéssemos que não era necessário o visto Tribunal de Contas, nós íamos licitar.=

===== Senhor **Fernando Pais**: Há muitas irregularidades. Esta forma de deliberação foi uma deliberação à posteriori, primeiro foi feita licitação e depois é que foi aprovado. =====

===== Senhor **Presidente da Câmara Municipal**: Os órgãos têm toda a legitimidade para chumbar decisão. Não só o órgão deliberativo, mas o próprio Tribunal de Contas. =====

===== Pelo Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia** foi dito: =====

===== Vamos dar continuidade. A conclusão que se tira daqui: os procedimentos podiam ser outros, mas a conclusão a que se chega é óbvia e é vantajosa para o Município. É a conclusão a que eu chego. Portanto, vamos votar, em consciência. É a democracia a funcionar. Acho que temos a consciência, uns por formalidades que podem ser discutíveis, mas objetivamente o negócio é vantajoso para o Município de Oliveira de Azeméis. Essa é a conclusão que eu tiro. E é nesse pressuposto que eu voto em consciência. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número sete à votação tendo sido deliberado, por maioria, aprovar a proposta apresentada, com a seguinte

votação: **A favor, 25 votos:** vinte e um (21) votos do PS, um (1) voto do CDS/PP, um (1) voto do CH, um (1) voto do Presidente de Junta da Freguesia de Cesar, um (1) voto da Presidente de Junta da União de Freguesias de Pinheiro da Bemposta, Palmaz e Travanca; **Contra, 13 votos:** doze (12) votos do PSD e um (1) voto do Independente. =====

===== **Ponto oito:** - **Desafetação do domínio público para o domínio privado do Município de uma parcela com uma área de aproximadamente 1.700 m2, sita na Avenida Ferreira de Castro, junto ao Hipermercado - Modelo Continente (I/7806/2025) - Autorização;**=====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: Que é competência da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre a desafetação de bens de domínio público municipal, ao abrigo da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33º, conjugado com a alínea q) do n.º 1 do artigo 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação; Que a parcela de terreno constante da planta anexa, com uma área de aproximadamente 1.700 m2, sita na Avenida Ferreira de Castro, junto ao Hipermercado - Modelo Continente, se encontra no domínio público municipal; A manifestação de interesse apresentada pela HPT - Hospital Privado da Trofa, S.A. na abertura de um estabelecimento prestador de cuidados de saúde no concelho de Oliveira de Azeméis (conforme documento anexo); O contacto já estabelecido pela HTP - Hospital Privado da Trofa, S.A. com o proprietário das duas parcelas de terreno confrontantes com a que se pretende desafetar do domínio público, assim como com a Câmara Municipal, para a disponibilidade de eventual alienação das parcelas de terreno necessárias à execução do investimento; Que este projeto é do interesse da Câmara Municipal, uma vez que terá um impacto positivo na diversificação da oferta de cuidados de saúde e na economia local, promovendo a criação de postos de trabalho, direta e indiretamente; O disposto nos artigos 121º e 122º do Código do Procedimento Administrativo, designadamente a consulta prévia, por um período de 10 dias úteis (a partir da data de afixação/divulgação do aviso), durante o qual, qualquer interessado poderá pronunciar-se sobre este assunto, em matéria de facto e de direito, bem como requerer as diligências complementares e juntar os documentos, devendo fazê-lo diretamente no gabinete de atendimento ao munícipe; Propõe-se Que a Câmara delibere, nos termos das disposições conjugadas da alínea qq) do n.º 1 do artigo 33º e da alínea q) do n.º 1 do artigo 25º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, ambos aprovados pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, proceder à audiência prévia sobre a intenção de proceder à desafetação do domínio público da parcela de terreno, com a área aproximada de 1.700 m2, sita na Avenida Ferreira de Castro, junto ao Hipermercado Modelo Continente, que integra o domínio público municipal; Caso não sejam recebidas pronúncias, considerar a proposta definitivamente aprovada para efeitos de submissão à Assembleia Municipal. Não havendo eventuais reclamações, legítimas e devidamente fundamentadas de interessados, deve a mesma ser submetida à Assembleia Municipal para autorização.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

===== O Município foi confrontado pelo Hospital Privado da Trofa, com uma intenção de investimento na construção de uma resposta na área da Saúde na Cidade de Oliveira de Azeméis. Foi confrontado porque o Município é proprietário de uma parcela com 1700 metros quadrados. Estamos a falar de uma localização abaixo do supermercado continente. E essa parcela é fundamental para a realização do investimento. Está no domínio público municipal. Estamos a pedir-vos a autorização para passarmos para o domínio privado municipal, para que seja possível alienar esta resposta e termos a instalação de uma resposta privada na área da saúde que é muito importante para os cuidados de saúde que nós precisamos de assegurar à nossa população. É evidente que depois no clausulado do processo estarão garantidas as condições, caso não se efetive o investimento, exista o retorno da parcela para a Câmara Municipal.=====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número oito à votação tendo sido aprovado por unanimidade a proposta apresentada. =====

===== **Ponto nove: - Remodelação da ETAR do Salgueiro - Necessidade de Reconhecimento de Relevante Interesse Público (RRIP) (I/10686/2025) - Aprovação;** =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: 1. A ETAR do Salgueiro se situa na Rua de Riba-Ul, em Santiago de Riba-Ul, União de Freguesias de Oliveira de Azeméis, Santiago de Riba-Ul, Ul, Macinhata da Seixa e Madail; 2. O documento denominado “Remodelação da ETAR de Salgueiro - Necessidade de Reconhecimento de Relevante Interesse Público (RRIP)” tem por base o “Projeto de execução de remodelação da ETAR de Salgueiro”, integrado na prestação de serviços para a “Elaboração do Projeto de Execução de Reabilitação e Reformulação do STAR”, tendo sido desenvolvido no âmbito do Contrato entre a Remodelação da ETAR de Salgueiro - Necessidade de Reconhecimento de Relevante Interesse Público (RRIP) Hidra - Hidráulica e Ambiente, Lda. e a Associação de Municípios de Terras de Santa Maria, datado de 8 de agosto de 2023; 3. Serve, ainda, de Nota Técnica para apresentação na Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis como justificação da utilidade pública da obra de remodelação da ETAR, assim como da necessidade de execução de um processo de reconhecimento de Relevante Interesse Público (RRIP); 4. Dessa nota técnica resulta que: a. À ETAR afluem contribuições industriais, por vezes com toxicidade elevada, que comprometem o nível de tratamento da ETAR - daí a necessidade de uma bacia de emergência a montante, e de um sistema de tratamento apropriado, não só em termos processuais, mas também com “folga” relativa à capacidade

instalada; b. A obra de entrada não tem capacidade para os caudais de ponta.; c. O perfil hidráulico da ETAR foi mal concebido, entrando em carga para caudais pouco superiores aos médios e afogando os órgãos para montante. d. A reduzida profundidade dos decantadores primários condiciona a gestão das lamas, ocorrendo por vezes a ascensão do manto de lamas e o conseqüente arrastamento de lamas com o efluente decantador; e. Os tanques de arejamento apresentam uma reduzida profundidade e os arejadores param frequentemente, sempre que o nível no tanque aumenta em resultado dos problemas com o perfil hidráulico da ETAR; f. Os decantadores secundários estão a funcionar acima da sua capacidade, em termos de carga hidráulica e de carga de sólidos. Adicionalmente, a reduzida profundidade dos decantadores condiciona significativamente o seu desempenho, resultando com frequência no arrastamento de lamas com o efluente decantado; g. A ETAR não dispõe de espessador e o equipamento de desidratação de lamas está, claramente, subdimensionado; h. O sistema de cogeração não funciona, pois, o equipamento está completamente obsoleto.

5. O projeto de reabilitação e beneficiação da ETAR de Salgueiro foca-se: a. sob as principais ineficiências do tratamento atual, assim como o grau de preservação das infraestruturas existentes; b. melhoraria do ciclo energético no tratamento de água residual, devendo potenciar o aproveitamento energético das lamas, assim como a reutilização da água tratada ao longo da ETAR, para uso na limpeza dos órgãos e equipamentos existentes, assim como para rega dos espaços verdes; c. no cumprimento dos requisitos exigidos pela nova Diretiva Tratamento de Águas Residuais Urbanas, aprovada a 5 de novembro de 2024, incluindo a remoção de nutrientes (necessidade de construção de novos tanques biológicos de maiores dimensões), a monitorização e redução de descargas de excedentes (através da implementação de uma bacia de emergência e medição de caudal em todos os by-pass existentes) e a redução da necessidade de energia proveniente de fontes externas (com a reabilitação do sistema de produção de energia através do biogás e a implementação de um parque solar para consumo interno).

6. Ora, é fundamental a realização da obra de remodelação e ampliação da ETAR de Salgueiro, devido às atuais condições da infraestrutura existente e ao decorrente risco de contaminação do meio recetor, à necessidade de aumento da capacidade de tratamento (devido ao aumento populacional esperado) e à necessidade de melhoria da qualidade do afluente final, como forma de resposta à legislação atualmente em vigor; Considerando ainda que: 1. A prossecução das atribuições e o exercício das competências das autarquias locais e das entidades intermunicipais devem respeitar os princípios da descentralização administrativa, da subsidiariedade, da complementaridade, da prossecução do **interesse público** e da proteção dos direitos e **interesses** dos cidadãos e a intangibilidade das atribuições do Estado (art. 4.º da LAL); 2. Constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos **interesses** próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias (art. 23.º n.º 1 da LAL); 3. Os municípios dispõem de atribuições, designadamente, nos domínios do ambiente e saneamento básico (art. 23.º n.º 2 alínea k) da LAL); 4. Compete à Assembleia Municipal pronunciar-se e deliberar sobre todos os assuntos que visem a prossecução das atribuições do município (art. 25.º n.º 2 alínea k) da LAL); 5. Compete à camara municipal assegurar,

incluindo a possibilidade de constituição de parcerias, o levantamento, classificação, administração, manutenção, recuperação e divulgação do património natural, cultural, paisagístico e urbanístico do município (art. 33.º n.º 1 alínea t) da LAL); Propõe-se: 1. Que seja declarado o Reconhecimento de Relevante interesse Publico do Projeto de execução de remodelação da ETAR de Salgueiro (em anexo) que permita a construção da segunda linha de água de tratamento da ETAR do Salgueiro, em terrenos atualmente classificados como áreas RAN e REN no PDM do município de Oliveira de Azeméis (art. 33.º n.º 1 alínea t) da LAL); 2. Que seja este pedido de reconhecimento remetido à Assembleia Municipal para pronúncia e deliberação, nos termos e para os efeitos do art. 25.º n.º 2 alínea k) da LAL.” =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====*

===== Nós, como sabem, estamos a desenvolver de alguns anos a esta parte o processo de requalificação das nossas duas ETAR. A ETAR de Ossela, não só a ETAR, mas também os emissários, exige um investimento de 11 milhões de euros. A ETAR do Salgueiro um investimento de cerca de 27 milhões de euros, aqui estão incluídos um conjunto de respostas, inclusive o cumprimento do Tagging climático, a instalação de painéis fotovoltaicos, etc... A ETAR de Ossela, que em principio seria a mais problemática, acabou por ser a solução mais simples. Neste momento está aprovada a candidatura de requalificação da ETAR de Ossela. A ETAR do Salgueiro, que para nós parecia mais simples, é a que esta a ter mais dificuldades em termos de legalização e do processo de aprovação da candidatura. Isto, porque, em 2013, na aprovação do PDM em 2013 o solo foi classificado como solo de REN e de RAN e, portanto, não permite a expansão de uma segunda linha de tratamento, que é absolutamente necessária e critica, para além de tudo aquilo que é necessário fazer sob o ponto de vista da requalificação da ETAR. Portanto, aquilo que nós vos estamos a pedir é que seja feito pelo órgão deliberativo o reconhecimento de relevante interesse público do equipamento, para que depois a entidade que faz a gestão do solo (Comissão Coordenadora Desenvolvimento Regional do Norte) possa, com as instituições competentes que gerem estas reservas, suportadas no relevante interesse público deste investimento que já existe há 30 anos e, portanto, o relevante interesse público é obvio. O procedimento é este. A tramitação é esta. Isto é um processo onde está envolvida a Associação Municípios Terras de Santa Maria, que é a entidade gestora em alta destas duas respostas, também a própria tutela, o próprio governo, e também todas as entidades que têm um papel importante a desempenhar neste processo, nomeadamente a APA e a Comissão de Coordenação. Portanto, aquilo que nós estamos a procurar fazer é também encontrar fontes de financiamento para este investimento de 27 milhões de euros que é necessário fazer na ETAR do Salgueiro, estando já assegurado o investimento que é necessário para a ETAR de Ossela. Aquilo que nós esperamos é que, com este reconhecimento que seja dado pelo Órgão Deliberativo, tenhamos condições de permitir que a Comissão de Coordenação olhe para a

nossa candidatura, reavalie a nossa candidatura e, eventualmente, tenhamos possibilidade de avançar com a requalificação também da ETAR do Salgueiro. =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de José Ribeiro e Helga Correia. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **José Ribeiro**, do PS.=====

===== Senhor Presidente, na sua pessoa cumprimento todos os presentes. Um cumprimento especial ao Senhor Comandante e ao Senhor Presidente da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários e às demais corporações presentes. Já por diversas vezes falamos aqui deste tema das ETAR. E nós tínhamos esse conhecimento de que, quer a ETAR do Salgueiro, quer a ETAR de Ossela estariam de certa forma obsoletas, por falta de investimento e manutenção. Com a agravante dos incêndios, que causaram danos na ETAR de Ossela. Além disso, temos também o aumento das descargas, por aumentos da rede. Temos que nos congratular, como é óbvio, pelas duas novas ETAR que já temos no Concelho, derivado do aumento significativo da rede. Mas, Senhor Presidente, a questão que queria colocar - e não querendo fugir ao ponto, mas a questão seria um pouco mais abrangente do que seriam os planos para o concelho: o que é que temos pensado, o que é que estamos a pensar fazer, em termos de expansão da rede? E com essa expansão da rede, forçosamente teremos de avançar para novas ETAR. Queríamos que deixasse aqui claro: quais são os planos? Se já existem planos para as novas ETAR? E para a expansão da rede e para as novas ETAR que terão de estar adjacentes a essa expansão, em que ponto é que estão esses estudos? Se já existem ou não? E, uma provocação: quando é que conseguimos nestas Assembleias deixar de falar em construção infraestruturas básicas? =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à deputada **Helga Correia**, do PSD. =====

===== Naturalmente que as explicações que o Senhor Presidente deu, relativamente a este ponto, não nos levantam questões concretas. De qualquer forma, Senhor Presidente, dizer que ainda bem que há a possibilidade de fazer investimento. Nós entendemos que esta é uma matéria que tem preocupado os vários Executivos Municipais. Mas há aqui uma coisa, que eu acho que temos de nos preocupar, relativamente a esta matéria: O Senhor Presidente falou aqui dos constrangimentos pelo facto da ETAR ter muitos anos e ter muitos anos sem haver beneficiação; Temos emissários que estão completamente obsoletos e têm que ser substituídos, porque o desgaste é muito grande; A ETAR foi construída numa altura em que havia um direcionar de efluentes mais do setor doméstico e neste momento temos aqui a natureza industrial que não tem sido acautelada. Importa aqui dar nota que, isto não é um investimento,

não pode ser e não vai ser um investimento de um só município, uma vez que nós temos estas duas ETAR no nosso concelho que recebem de três concelhos vizinhos (Oliveira de Azeméis, Feira, São João da Madeira e Vale de Cambra). E aqui, Senhor Presidente, pedir ao Executivo Municipal que tente junto das entidades que esta não seja uma matéria se arraste por mais anos. Porque aquilo que nós temos assistido ao longo dos anos é muitas descargas para os rios do nosso concelho. Houve melhorias com os Guardiões do Rio, que vão acompanhado e vão dissuadindo aquilo que tem sido as descargas. Mas se andarmos um bocadinho pelo concelho, independentemente de termos no centro da cidade infraestruturas, em algumas freguesias ainda vemos pessoas a incumprir e a descarregar com mangueiras para a rede pública. A nossa palavra é de sensibilização para todos os oliveirenses, mas também para o Executivo Municipal, no sentido de fazer uma sensibilização maior junto dos municípios que têm encargos ao nível destas duas ETAR. E também - naquilo que foi a pergunta do deputado José Ribeiro, havendo a questão de que é necessário o alargamento - perceber, Senhor Presidente, para quando e onde é que vai ser? Muito obrigado. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta às intervenções anteriores. =====*

===== Nós, nestas duas ETAR temos, para além do problema do esforço financeiro que é necessário fazer para procurar debelar as baixas taxas que temos ainda de cobertura nas redes de água e saneamento em baixa, temos também esforços financeiros substanciais para fazer neste processo de requalificação das ETAR. É evidente que são quatro municípios que drenam para as nossas bacias, que drenam para estas duas ETAR, um deles de forma absolutamente residual, que é o Município de Santa Maria da Feira, e depois de forma expressiva para a ETAR do Sagueiro, O Município de Oliveira de Azeméis e o Município de São João da Madeira, e de forma expressiva também, para a ETAR de Ossela, o Município de Oliveira de Azeméis e de Vale de Cambra. Ou seja, o Município de Oliveira de Azeméis está em todas as frentes a pagar metade do investimento que tem que ser feito em cada uma das ETAR e também depois a ter necessidade de conseguir em simultâneo fazer também o esforço na rede baixa. Mesmo contrariando um bocadinho aquilo que vinha determinado no aviso, Aquilo que o Município de Oliveira de Azeméis fez e também os outros Municípios da Associação de Terras de Santa Maria, embora para o Município de Espinho e de Arouca não lhes diz respeito, procuraram fazer foi: neste Quadro Comunitário, Norte 2030, ou no PT2030, concretamente no Norte 2030 procuramos sensibilizar a Comissão de Coordenação, e também naturalmente o Governo, para que o ciclo urbano da água fossem os primeiros avisos a serem abertos. Isto, porquê? Porque isto traz-nos problemas enormes ao nível da conservação da rede viária. E para que nós não sejamos, nós - gestores públicos, nós - atores políticos, constantemente acusados de irresponsabilidade. Porquê? Porque requalificamos a rede viária e meia dúzia de meses depois aparecem avisos que nos permitem estender a nossa rede de água e saneamento, como aconteceu há uns anos em Ossela. Nós pedimos exatamente isso. Pedimos

à Comissão de Coordenação que, por favor, os primeiros avisos saíssem fossem os avisos do ciclo urbano da água, que permitissem que as verbas que nós alocamos e negociamos com outros municípios no Quadro de Investimento Prioritário pudessem ser alocadas à expansão das redes de água e saneamento. O Município de Oliveira de Azeméis abdicou de verbas em várias áreas, para poder concentra-las neste Quadro de Investimento Prioritário do ciclo urbano da água. Negociou um milhão de euros com a Câmara de Gondomar. Portanto, cedeu dinheiro seu de outras áreas, para poder reforçar ao máximo aquilo que podíamos ter para investir nisto. Portanto, aquilo que neste momento está preconizado, para além destes 38 milhões de euros na requalificação das duas ETAR, onde vamos ser chamados a suportar a parte não financiada, temos também o investimento na rede baixa. Aquilo que está previsto neste momento, em termos de investimento na rede baixa, são, como sabem, as Freguesias de Carregosa e Pindelo. E vamos ter de construir uma ETAR na Freguesia de Pindelo. Estaremos a falar de um investimento muito semelhante ao investimento, que foi feito nos últimos anos de mandato, de 10,7 milhões de euros. Isto vai permitir passar atuais taxas de cobertura de rede de saneamento destas duas freguesias para valores da ordem de, 75%, num caso, e 84%, no outro. E termos taxas de cobertura de rede de água aceitáveis, já muito interessantes. E, portanto, aquilo que temos para fazer de momento, em termos de planos, é isto. Temos os projetos todos preparados. Porque já os candidatamos, portanto, temos condições para avançar rapidamente com a execução das redes de água e saneamento nas Freguesias e Carregosa e Pindelo. Estamos também a trabalhar em simultâneo mais duas freguesias. Mas, aqui, depois teremos oportunidade de falar sobre isto, com a vossa autorização para, eventualmente, termos de contrair um empréstimo para dotar as Freguesias de S. Martinho da Gândara e de Loureiro também de taxas aceitáveis de cobertura de rede de água e saneamento. Portanto, neste momento, é isto que é possível dizer. É evidente que, todos nós, percebemos que os problemas não se esgotam aqui. Há freguesias que continuam a ter fragilidades. Nós, no último mandato, conseguimos chegar a mais 9 mil habitantes. Esperamos agora conseguir fazer também 5, 6, 7 mil. Com este investimento chegaremos a cerca de 5.900. Esperemos depois com o investimento em Loureiro e S. Martinho da Gândara chegemos a mais uns milhares de habitantes. Mas aquilo que nós percebemos é que efetivamente, mesmo com esta intenção, mesmo que com esta concretização destes investimentos, continuamos a ter freguesias que precisam da nossa atenção. Quero deixar aqui que, aos habitantes dessas freguesias, não nos esquecemos deles, não os abandonamos, não os desconsideramos, não optamos por estes em detrimento deles por, enfim, qualquer razão que não aquela do investimento que é necessário fazer para levar estas infraestruturas a casa de cada um nessas freguesias. São efetivamente custos in comportáveis e completamente diferentes destes que estamos aqui a falar. E, portanto, essas freguesias onde o esforço financeiro para cobrir o número de fogos é muito superior, essas freguesias necessariamente ficam para o fim, por questões de racionalidade, inclusive, por questões de saúde pública, questões ambientais, nós se tivermos 10 milhões de euros e com 10 milhões conseguirmos chegar a mais lares na freguesia a e b do que na freguesia c e d, é evidente que toda a gente entende que vamos

procurar responder a esta primeira opção. Portanto, neste momento aquilo que nós estamos a procurar fazer, aquilo que temos previsto, Carregosa e Pindelo. Sul de Fajões também. Fajões já teve um investimento substancial de 4,6 milhões de euros, nos últimos anos. Vamos ter um investimento muito expressivo em Carregosa e em Pindelo, com a construção da ETAR. Vai acontecer ainda este ano. E depois vamos procurar também conseguir garantir que S. Martinho da Gândara e Loureiro tenham também a rede de água e saneamento. Mas aqui, muito dificilmente conseguiremos fazer à custa do orçamento municipal, vamos ter de nos socorrer de um empréstimo bancário que nos permita fazer este investimento nestas duas freguesias. Concluído este ciclo, ficaremos com taxas de cobertura dignas de um concelho com esta importância. E, claro, depois falta o investimento final que é necessário para que pequenos apontamentos de cobertura de água e saneamento sejam também concretizados. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número nove à votação tendo sido aprovado por unanimidade a proposta apresentada. =====

*===== **Ponto dez:** - **Minuta de Contrato Interadministrativo Apoio Financeiro a celebrar com a União de Freguesias de Oliveira de Azeméis, Santiago de Riba-Ul, Ul, Macinhata da Seixa, e Madail - Obras Senhor da Campa (I/4336/2025) - Autorização;** =====*

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que constituem atribuições das autarquias locais a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente nos domínios referidos no n.º1 e alínea a) e i) do n.º 2 do artigo 7.º e na alínea a) e m) do n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual; - Que as Autarquias locais prosseguem as suas atribuições através do exercício pelos respetivos órgãos das competências legalmente previstas; - Que as Juntas / Uniões de Freguesias dispõem de atribuições e competências próprias de gestão nos casos e nos termos previstos na lei; -O teor do ofício da União de Freguesias de Oliveira de Azeméis, Santiago de Riba-Ul, Ul, Macinhata da Seixa, e Madail (E/125/2025), em que solicita apoio financeiro para a requalificação do “Parque Senhor da Campa, em Santiago de Riba-Ul, da autoria do Sr. Arq. Nelson Castro. Trata-se de uma obra que reputamos de muito importante, pois permitirá recuperar um espaço central da freguesia de Santiago de Riba-Ul, promovendo a sua utilização e, em especial, tornando-o acessível a pessoas com mobilidade reduzida, tal como a lei exige. A referida requalificação, como consta da memória descritiva, prevê uma intervenção abrangente que inclui, para além dos espaços de lazer e do auditório ao ar livre, a zona envolvente à entrada principal do Cemitério e estima-se que os custos da sua execução ascendam aos 336.320,51 € (317.283,52 € + IVA a 6%);” - Que conforme despacho em movimentos na Gestão documental e Workflow datado de 10 de janeiro de 2025 do Sr. Presidente da Câmara “A CMOA vem desenvolvendo quer por iniciativa própria quer pelo incentivo que é dado às JF a promover a criação de um conjunto de centros cívicos e de resposta de recreio e lazer que permitam a criação de dinâmicas em várias zonas

do nosso território. Estas respostas são fundamentais para a criação de relação na comunidade e para a manutenção de identidade dos lugares. Proceder a um apoio de 50% do custo total da obra;” - A competência atribuída à Câmara Municipal no que respeita às suas relações com outros órgãos autárquicos; - Que as freguesias, dada a sua maior proximidade aos problemas locais, são agentes com capacidade acrescida para identificar as necessidades das populações resultando daí ganhos de eficiência e de economia; - Que a celebração do presente Contrato contribui para a consolidação da democracia participada e de proximidade e beneficia as populações, bem como reforça os princípios de solidariedade financeira vertical e horizontal entre diferentes níveis da Administração; - A necessidade de tornar mais célere, eficiente e eficaz a operacionalidade e provisão de bens públicos municipais, em resultado do acréscimo de novas competências decorrente do novo Regime Jurídico das Autarquias Locais, e não obstante o reforço de meios financeiros não permitir acompanhar estas novas responsabilidades, justifica que o município estabelece formas de apoio financeiro para o pleno exercício das competências das freguesias; - Compete à Assembleia Municipal “Deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações; - O cumprimento das regras quanto ao cabimento e compromisso orçamental da despesa, no respeito pelo estabelecido na Lei 8/2012, de 21 de Fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho e posteriores alterações; - Que se trata de contratação excluída, ao abrigo do artigo 5.º números 1 e 4 (alínea c) e do artigo 5.º B número 1 do referido do Código da Contratação Pública, aprovado pelo DL n.º18/2008 de 29 de janeiro, na redação atual; - A designação do trabalhador Dr. Fernando Cunha como Gestor do Contrato; Ao abrigo dos artigos 2 e 4, n.º 1, e alíneas a), e), e m) do n.º 2 do art.º 23º ; alínea j), do n.º 1, do art.º 25º e alínea o) do n.º 1 do art.º 33º do anexo I, da citada Lei n.º 75/2013, e posteriores alterações, conjugado com os Art.º 1º-A, n.º 1, alínea c) do n.º 4, do art.º 5º, 5º-B, 278º, 290º-A, e 338º do CCP, e ainda nos termos do n.º 3, do art.º 2º, 3º a 9º, e 200º do CPA. Propõe-se: - A aprovação da minuta do Contrato Interadministrativo de apoio financeiro a celebrar com a União de Freguesias de Oliveira de Azeméis, Santiago de Riba-Ul, Ul, Macinhata da Seixa, e Madail, obras Parque Senhor da Campa em Santiago de Riba-Ul,, com o compromisso de fundo disponível número 303/2025, conforme estabelece a Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho e respetivas alterações; - Que se remeta à Assembleia Municipal nos termos e fins atrás citadas.” =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====*

===== Nós estamos a pedir autorização aos senhores deputados municipais para apoiarmos as obras no Senhor da Campa que a União de Freguesias de Oliveira de Azeméis, Santiago de Riba-Ul, Ul, Macinhata da Seixa e Madail pretende realizar e levar a cabo. Estamos a falar de um investimento, que é um investimento expressivo, de cerca de 336 mil euros. E a Câmara Municipal apoia 50% desse montante, 168 mil euros. Estamos a falar de

uma obra que se enquadra na estratégia que nós temos vindo a seguir de dotar as nossas freguesias de, respostas na área do recreio e lazer, respostas que nós achamos que são absolutamente críticas para criar relação entre a comunidade, respostas públicas em freguesias onde muitas vezes não existem grande equipamentos públicos. Portanto, estamos, obviamente, sempre disponíveis para tentar fazer este tipo de investimentos que criam este tipo de respostas. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número dez à votação tendo sido aprovado por unanimidade a proposta apresentada. =====

*===== **Ponto onze: - Minuta do Contrato Interadministrativo de apoio financeiro a celebrar com a Freguesia de S. Roque - obras no Polidesportivo de S. Roque (I/8092/2025) - Autorização;** =====*

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que constituem atribuições das autarquias locais a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente nos domínios referidos no n.º1 e alínea a) e i) do n.º 2 do artigo 7.º e na alínea a) e m) do n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual; - Que as Autarquias locais prosseguem as suas atribuições através do exercício pelos respetivos órgãos das competências legalmente previstas; - Que as Juntas de Freguesia dispõem de atribuições e competências próprias de gestão nos casos e nos termos previstos na lei; - O teor do ofício da Freguesia de São Roque (E/1366/2025), em que solicita apoio financeiro para a realização de obras no Polidesportivo e aquisição de material; - Conforme despacho do Sr. Presidente da Câmara de 23 de janeiro de 2025, Para apoio integral solicitado, que se insere na nossa estratégia atual de cobertura dos polidesportivos existentes no concelho. - A competência atribuída à Câmara Municipal no que respeita às suas relações com outros órgãos autárquicos; - Que as freguesias, dada a sua maior proximidade aos problemas locais, são agentes com capacidade acrescida para identificar as necessidades das populações resultando daí ganhos de eficiência e de economia; - Que a celebração do presente Contrato contribui para a consolidação da democracia participada e de proximidade e beneficia as populações, bem como reforça os princípios de solidariedade financeira vertical e horizontal entre diferentes níveis da Administração; - A necessidade de tornar mais célere, eficiente e eficaz a operacionalidade e provisão de bens públicos municipais, em resultado do acréscimo de novas competências decorrente do novo Regime Jurídico das Autarquias Locais, e não obstante o reforço de meios financeiros não permitir acompanhar estas novas responsabilidades, justifica que o município estabelece formas de apoio financeiro para o pleno exercício das competências das freguesias; - Compete à Assembleia Municipal “Deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da

promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações; - O cumprimento das regras quanto ao cabimento e compromisso orçamental da despesa, no respeito pelo estabelecido na Lei 8/2012, de 21 de Fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho e posteriores alterações; - Que se trata de contratação excluída, ao abrigo do artigo 5.º números 1 e 4 (alínea c) e do artigo 5.º B número 1 do referido do Código da Contratação Pública, aprovado pelo DL n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na redação atual; - A designação de Elizária Bastos como Gestora do Contrato; Ao abrigo dos artigos 2 e 4, nº 1, e alíneas a), e), e m) do nº 2 do art.º 23º ; alínea j), do nº 1, do art.º 25º e alínea o) do nº 1 do art.º 33º do anexo I, da citada Lei nº 75/2013, de 12.09 e posteriores alterações, conjugado com os Artºs 1º-A, nº 1, alínea c) do nº 4, do art.º 5º, 5º-B, 278º, 290º-A, e 338º do CCP, e ainda nos termos do nº 3, do art.º 2º, 3º a 9º, e 200º do CPA; Propõe-se: - A aprovação da minuta do Contrato Interadministrativo de apoio financeiro a celebrar com a Freguesia de S. Roque, obras no Polidesportivo de S. Roque com o compromisso de fundo disponível número 375/2025, conforme estabelece a Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho e respetivas alterações; Submeter a Assembleia Municipal, para os devidos efeitos.” ==

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====*

===== É uma minuta de contrato interadministrativo de apoio financeiro a celebrar com a Freguesia de S. Roque para as obras no Polidesportivo de S. Roque. Neste momento, estamos a apoiar a Junta de Freguesia com 86.164,55€ para a colocação de piso, tabelas e mais algumas necessidades, para que o Polidesportivo fique completamente pronto, preparado para dar resposta à comunidade de S. Roque e não só. Portanto, temos aqui um movimento associativo dinâmico. Temos aqui também equipas que precisam deste espaço. Portanto, vamos apoiar com este valor esta obra. Tenho aqui uma bicada para dar ao senhor deputado Fernando Pais: O Senhor vai ter oportunidade de ver hoje, já viu no ponto anterior, está a ver neste, algo que contraria aquilo que vem dizendo repetidamente nestas Assembleias - que só se investe na cidade. Não é verdade. Tem tido vários exemplos. E hoje temos aqui felizmente vários exemplos que demonstram precisamente o contrário. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número onze à votação tendo sido aprovado por unanimidade a proposta apresentada. =====

*===== **Ponto doze:** - Minuta do Contrato Interadministrativo de apoio financeiro a celebrar com a Freguesia de Loureiro - obras no Cemitério de Loureiro (I/8061/2025) - Autorização; =====*

=====
Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Contrato - Interadministrativo de Apoio Financeiro - para obras no Cemitério de Loureiro - com a Junta de Freguesia de Loureiro Considerando: - Que constituem atribuições das autarquias locais a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente nos domínios referidos no n.º 1 e alínea a) e i) do n.º 2 do artigo 7.º e na alínea a) e m) do n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual; - Que as Autarquias locais prosseguem as suas atribuições através do exercício pelos respetivos órgãos das competências legalmente previstas; - Que as Juntas de Freguesia dispõem de atribuições e competências próprias de gestão nos casos e nos termos previstos na lei; - O teor do ofício da Freguesia de Loureiro (E/3003/2025), em que solicita apoio financeiro para a realização de obras no Cemitério de Loureiro; - Conforme despacho do Sr. Presidente da Câmara de 07 de fevereiro de 2025, “Enquadrado no apoio que temos vindo a promover às nossas JF e às respetivas populações, vamos apoiar com 50% do custo total da obra”. - A competência atribuída à Câmara Municipal no que respeita às suas relações com outros órgãos autárquicos; - Que as freguesias, dada a sua maior proximidade aos problemas locais, são agentes com capacidade acrescida para identificar as necessidades das populações resultando daí ganhos de eficiência e de economia; - Que a celebração do presente Contrato contribui para a consolidação da democracia participada e de proximidade e beneficia as populações, bem como reforça os princípios de solidariedade financeira vertical e horizontal entre diferentes níveis da Administração; - A necessidade de tornar mais célere, eficiente e eficaz a operacionalidade e provisão de bens públicos municipais, em resultado do acréscimo de novas competências decorrente do novo Regime Jurídico das Autarquias Locais, e não obstante o reforço de meios financeiros não permitir acompanhar estas novas responsabilidades, justifica que o município estabelece formas de apoio financeiro para o pleno exercício das competências das freguesias; - Compete à Assembleia Municipal “Deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações; - O cumprimento das regras quanto ao cabimento e compromisso orçamental da despesa, no respeito pelo estabelecido na Lei 8/2012, de 21 de Fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho e posteriores alterações; - Que se trata de contratação excluída, ao abrigo do artigo 5.º números 1 e 4 (alínea c) e do artigo 5.º B número 1 do referido do Código da Contratação Pública, aprovado pelo DL n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na redação atual; - A designação de Arq. Rui Carinha como Gestor do Contrato; Ao abrigo dos artigos 2 e 4, n.º 1, e alíneas a), e), e m) do n.º 2 do art.º 23º ; alínea j), do n.º 1, do art.º 25º e alínea o) do n.º 1 do art.º 33º do anexo I, da citada Lei n.º 75/2013, de 12.09 e posteriores alterações, conjugado com os Artºs 1º-A, n.º 1, alínea c) do n.º 4, do art.º 5º, 5º-B, 278º, 290º-A, e 338º do CCP, e ainda nos termos do n.º 3, do art.º 2º, 3º a 9º, e 200º do CPA; Propõe-se: - A aprovação da minuta do Contrato Interadministrativo de apoio financeiro a celebrar com a Freguesia de Loureiro, obras Cemitério de Loureiro, com o compromisso de fundo disponível número 373/2025, conforme estabelece a Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho e respetivas alterações; Submeter a Assembleia Municipal, para os devidos efeitos.” ==

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

===== A Junta de Freguesia de Loureiro está a promover obras de requalificação no seu cemitério. Pediu um apoio à Câmara Municipal. Nós estamos a pedir autorização para disponibilizarmos um apoio de 17.337,60€, que corresponde a 50% do valor das obras que estão a ser levadas a cabo. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número doze à votação tendo sido aprovado por unanimidade a proposta apresentada. =====

===== **Ponto treze: - Contrato Interadministrativo de Apoio Financeiro a celebrar com a União de Freguesias de Nogueira do Cravo e Pindelo - para a realização de Obras de requalificação das Margens do Rio Antuã - Passadiços (I/10582/2025) - Autorização;** =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: ““Considerando: - Que constituem atribuições das autarquias locais a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente nos domínios referidos no n.º 1 e alínea a) e i) do n.º 2 do artigo 7.º e na alínea a) e m) do n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual; - Que as Autarquias locais prosseguem as suas atribuições através do exercício pelos respetivos órgãos das competências legalmente previstas; - Que as Juntas de Freguesia dispõem de atribuições e competências próprias de gestão nos casos e nos termos previstos na lei; - O pedido da União de Freguesias de Nogueira do Cravo e Pindelo de 27.11.2024 (E/1219/2025), pelo qual solicita apoio financeiro, no âmbito da candidatura “PDR2020-10.2.2.6 - FEADER-091287 - Requalificação das Margens do Rio Antuã - Passadiços, caminhos pedestres”, sendo o investimento total de 211.926,33€, o investimento elegível de 199.930,50€, o incentivo do IFAP/ADRITEM de 159.944,40€ (80% do elegível), e a participação do beneficiário de 51.981,93€; - Que as obras de requalificação iniciaram em abril de 2024, prevendo-se a sua conclusão em dezembro de 2025; - A informação do Serviço Administrativo e Financeiro de 05.02.2025,: “... leva-se á consideração superior, que nesta atribuição seja aplicado o mesmo critério na definição do valor atribuir (comparticipar a parte não financiada), como já foi efetuado às Freguesias e Uniões de Freguesia do concelho de Oliveira de Azeméis, com candidaturas IFAP nesta mesma mediada de intervenção/Renovação de Aldeias.”; - O despacho do Sr. Presidente da Câmara de 05.02.2025, que determina a atribuição do apoio (“Vamos manter o critério e o compromisso assumido com as Juntas de Freguesia nestas candidaturas”); - A competência atribuída à Câmara Municipal no que respeita às suas relações com outros órgãos autárquicos; - Que as freguesias, dada a sua maior proximidade aos problemas locais, são agentes com capacidade

acrescida para identificar as necessidades das populações resultando daí ganhos de eficiência e de economia; - Compete à Assembleia Municipal “Deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações; - O cumprimento das regras quanto ao cabimento e compromisso orçamental da despesa, no respeito pelo estabelecido na Lei 8/2012, de 21 de Fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho e posteriores alterações; - Que se trata de contratação excluída, ao abrigo do artigo 5.º números 1 e 4 (alínea c) e do artigo 5.º B número 1 do referido do Código da Contratação Pública, aprovado pelo DL n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na redação atual; - A designação do Técnico Superior David Malva, como Gestor do Contrato; - O disposto nos artigos 2 e 4, n.º 1, e alíneas a), e), e m) do n.º 2 do art.º 23º; alínea j), do n.º 1, do art.º 25º e alínea o) do n.º 1 do art.º 33º do anexo I, da citada Lei n.º 75/2013, de 12.09 e posteriores alterações, conjugado com os Art.ºs 1º-A, n.º 1, alínea c) do n.º 4, do art.º 5º, 5º-B, 278º, 290º-A, e 338º do CCP, e ainda nos termos do n.º 3, do art.º 2º, 3º a 9º, e 200º do CPA; Propõe-se: - A aprovação da minuta do Contrato Interadministrativo de apoio financeiro, a celebrar com a União de Freguesias de Nogueira do Cavo e Pindelo, para requalificação das Margens do Rio Antuã - Passadiços, com o compromisso de fundo disponível número 455/2025, conforme estabelece a Lei n.º 8/2012, de 21.02 e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21.06 e respetivas alterações; - Que se remeta à Assembleia Municipal nos termos e fins citados.” =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====*

===== É um contrato interadministrativo de apoio financeiro a celebrar com a União de Freguesias de Nogueira do Cravo e Pindelo para a realização de obras de requalificação das Margens do Rio Antuã. Estamos a falar dos passadiços que estão a ser ultimados na Freguesia de Pindelo. Mesmo antes de serem inaugurados já estão a ter uma grande procura. Estão a ter um grande sucesso. Estamos a falar de um investimento de 211.000,00€. E a Câmara Municipal vai participar a parte não ilegível do investimento. Foi uma candidatura ADRITEM. Assumimos com todas as juntas de freguesia, que candidataram obras através da ADRITEM, que assumíamos a parte não elegível. É isso que estamos a fazer. Neste caso, com uma verba de 51.981,93€. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número treze à votação tendo sido aprovado por unanimidade a proposta apresentada. =====

*===== **Ponto catorze: - Pedidos de cedência, aprovação dos projetos, instalação de equipamentos nos terrenos cedidos - Centros Cívicos e de Lazer; Minuta dos Autos de Cedência de Utilização e de Aceitação, a celebrar com a Freguesia de Carregosa; Freguesia***

de Cesar; União de Freguesias Nogueira do Cravo e Pindelo e Freguesia de São Martinho da Gândara, respetivamente (I/10702/2025) - Autorização / Aprovação; =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando - Que os municípios possuem como atribuições a promoção e salvaguarda dos interesses próprios da respetiva população, designadamente, nos domínios do equipamento rural e urbano, património, cultura, ciência, tempos livres, desporto, saúde, ambiente, promoção do desenvolvimento e cooperação externa, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12.09, na redação atual; - O Município de Oliveira de Azeméis pretende investir nas suas freguesias, através da execução de parques infantis, equipamentos desportivos (relvado sintético) e centros cívicos de lazer; - O interesse público de satisfazer, promover e valorizar o conforto publico, em âmbito urbano e responder, às necessidades de, valorização das áreas publicas e promover melhores condições das atividades da comunidade e seus utilizadores, implantando equipamentos em espaços de lazer e equipamentos de suporte, a praticas desportivas ao ar livre; - O parecer de 4 de dezembro de 2024, do Gabinete Jurídico, pelo qual: “...Quer os imoveis do domínio público quer privado das Freguesia podem ser cedidos na sua utilização, nos termos e para os efeitos do art.º 23.º e 53.º a 58.º do DL n.º 280/2007, de 07 de Agosto e posteriores alterações;” Propõe-se: - Que a Câmara Municipal delibere, nos termos e fins citados, solicitar à cedência de utilização (art.º 23.º e 53.º a 58.º do DL n.º 280/2007, de 07.08 e posteriores alterações, e alínea ii) do n.º 1 do art.º 16.º do RJAL), aprovar os projetos e respetiva formalização mediante “Autos de Cedência de Utilização e de Aceitação” (conforme minutas e anexos), a celebrar com: a Freguesia de Carregosa; Freguesia de Cesar; União de Freguesias de Nogueira do Cravo e Pindelo e Freguesia de São Martinho da Gândara respetivamente, e respetiva instalação dos equipamentos nos espaços cedidos (centros cívicos e de lazer); com o compromisso de fundo disponível número ~~XXX~~/2025, conforme estabelece a Lei n.º 8/2012, de 21.02 e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21.06 e respetivas alterações.” =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====*

===== Estamos a pedir autorização para formularmos pedidos de cedência, aprovação de projetos, instalação de equipamentos em terrenos das freguesias. Nós queremos construir pequenos centros cívicos, pequenos centros de lazer, neste caso concreto, nas Freguesia de Carregosa, União de Freguesias de Nogueira do Cravo e Pindelo e Freguesia de São Martinho da Gândara. Na Freguesia de Cesar é extemporâneo, não devia estar aqui. Aquilo que pretendemos é que as Juntas de Freguesia nos autorizem a instalação desses equipamentos. É essa formalidade que estamos aqui a cumprir. =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de Fernando Pais. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **Fernando Pais**, do PSD. =====

===== Senhor Presidente, fruto da bicada que me deu há bocadinho, eu só queria - e voltando ao ponto de partida: uma das promessas eleitorais do Partido Socialista era fazer um centro cívico e de lazer em todas as freguesias. E eu agora verifico que estes contratos, no fundo são cedências de espaço para que a Câmara Municipal possa lá instalar o equipamento, surgem apenas nas freguesias que têm disponibilidade de imóvel para isso. Era isso que eu queria que esclarecesse. Se, eventualmente, outras freguesias que não têm disponibilidade de património ou de espaço para ceder a utilização se se verifica ou então se a Câmara Municipal tem outro tipo de procedimento? =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta à intervenção anterior. =====

===== Bem, os compromissos eleitorais são conhecidos de todos e esse não constava nos compromissos eleitorais. Mas, isso não é relevante. O que interessa efetivamente é que se criem essas respostas nas nossas freguesias, porque elas são bem necessárias. É evidente que estamos disponíveis, foi isso que eu acabei de dizer. A Junta de Freguesia de Macieira de Sarnes está neste momento a promover um investimento fortíssimo na criação de um centro cívico e de lazer. Claro que, se nós tivermos oportunidade de aproveitar candidaturas ADRITEM para promovermos essas instalações, o vamos fazer. Portanto, já estamos também a desenhar um novo pacote para logo que o PDR 2030 abra, se é que vai abrir, espero bem que sim, nós termos a possibilidade de termos algumas candidaturas para competirem com os outros municípios que vão seguramente apresentar também a s suas candidaturas. Junta de Freguesia de Loureiro também teríamos muito gosto, já falei com o Senhor Presidente sobre isso, de podermos fazer também um investimento nesse domínio, no centro da Freguesia. Também já foi desafiado o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ossela para dinamizarmos a Quinta de Ferreira de Castro, criarmos aí também um centro cívico e de lazer. Uma resposta importante que aproveitasse os investimentos que estão a serem feitos, quer na requalificação da Casa Museu, quer na requalificação da Biblioteca, quer na construção do Centro Interpretativo Ferreira de Castro. Há total disponibilidade, porque achamos que estes equipamentos são muito importantes para a população e ajudam claramente a fixar as pessoas nos territórios e ajudam, naturalmente, também a criar condições e qualidade de vida para as pessoas. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número catorze à votação tendo sido aprovado por unanimidade a proposta apresentada. =====

===== **Ponto quinze:** -*Serviços de higiene e limpeza em Unidades Locais de Saúde, em eventos municipais (bolsa de horas) e de limpeza de vidros em edifícios municipais (Proc. 158/24 - PI/6932/2024) (I/7974/2025) - Autorização do compromisso plurianual, bem como a repartição de encargos em mais do que um ano económico;* =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: 1. Que, conforme apresentado na RQI n.º 4910, torna-se necessário proceder à abertura de procedimento para a aquisição de serviços de higiene e limpeza em Unidades Locais de Saúde, em eventos municipais (bolsa de horas) e serviços de limpeza de vidros em edifícios municipais, para um período de 36 (trinta e seis) meses; 2. Que o valor estimado, fixado tendo por base os valores de contratos vigentes e o agravamento dos custos provocados pelos últimos e próximos aumentos do salário mínimo nacional e outras responsabilidades sociais, para a celebração do referido contrato é de: 1. lote 1 (Serviços de higiene e limpeza em Unidades Locais de Saúde): **€698.796,00** (seiscentos e noventa e oito mil, setecentos e noventa e seis euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor; 2. lote 2 (Bolsa de horas de serviços de higiene e limpeza em eventos municipais): **€66.000,00** (sessenta e seis mil euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor; 3. lote 3 (Serviços de limpeza de vidros em edifícios municipais): **€15.300,00** (quinze mil e trezentos euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor. Perfazendo o montante global de **€780.096,00** (setecentos e oitenta mil e noventa e seis euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor. 3. que se prevê a distribuição dos montantes do seguinte modo:

Lote	Designação	2025	2026	2027	2028
		Preço Total (S/IVA)	Preço Total (S/IVA)	Preço Total (S/IVA)	Preço Total (S/IVA)
1	Serviços de higiene e limpeza em Unidades Locais de Saúde (36 meses)	145.582,50€	232 932,00€	232 932,00€	87 349,50€
2	Bolsa de horas de serviços de higiene e limpeza em eventos municipais (3.000 horas)	22 000,00€	22 000,00€	22 000,00€	0,00€
3	Serviços de limpeza de vidros em edifícios municipais (anual)	5 100,00€	5 100,00€	5 100,00€	0,00€

172 682,50€ 260 032,00€ 260 032,00€ 87 349,50€

4. Que, os valores encontram-se previstos na rubrica 02020201, através da Proposta de Cabimento n.º 215; 5. Que se trata de um encargo orçamental em mais de um ano económico, que nos termos da alínea a), do n.º 1, do artigo 22º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho, resulta de planos ou programas plurianuais aprovados, não ultrapassa o prazo de execução de três anos, mas o valor excede o limite previsto na alínea b), do n.º 1, do artigo 22º, do

referido diploma legal, de 99.759,58€ (noventa e nove mil, setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos), no ano seguinte ao da sua contratação; 6. Que nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do CCP) e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, de acordo com os limites ao valor do contrato constantes na alínea a), do número 1, do artigo 20.º do CCP, propõe-se a adoção de um concurso público com publicidade internacional. **Submete-se ao Órgão Executivo:** 1) Que aprove o pedido de aquisição - RQI n.º 4910, em anexo; 2) Que, para efeitos do n.º 2, do artigo 46º-A, do CCP, autorize a não divisão em lotes, dado que, apesar do valor estimado para o lote 1 (Serviços de higiene e limpeza em Unidades Locais de Saúde) ser de montante superior a 135.000,00€ (cento e trinta e cinco mil euros), o mesmo não será dividido em lotes, dado que a sua separação causaria graves inconvenientes para a entidade adjudicante, em matéria de gestão de mais do que um contrato e de recursos a afetar à sua gestão. 3) Que, em cumprimento do estipulado no n.º 1, do art.º 67.º do C.C.P., sejam nomeados os elementos constitutivos do júri, sendo proposto, para o efeito, as seguintes pessoas: Presidente - Coordenadora Técnica, EMÍLIA ALBINA BORGES BAPTISTA MARQUES; 1º Vogal - Técnico Superior, MÁRIO JORGE ALMEIDA SOUSA; 2ª Vogal - Técnica Superior, ELSA SUSANA DA COSTA FÉLIX; 1º Suplente - Assistente Técnico, JORGE LOUREIRO FERREIRA; 2ª Suplente - Assistente Técnica, CRISTINA MARIA SOARES SILVA; 3ª Suplente - Assistente Técnica, SANDRA RAQUEL GONÇALVES FERNANDES. 4) Que autorize a delegação de competências para a realização de todas as formalidades procedimentais, no júri do concurso, em respeito pelo estipulado no art.º 109.º do CCP, com exceção, de acordo com o previsto no n.º 2 do art.º 69.º do C.C.P, da competência para a retificação das peças do procedimento, a decisão sobre erros ou omissões identificados pelos interessados e a decisão de adjudicação. 5) Que seja designado, nos termos previstos no n.º 1, do artigo 290.º-A do C.C.P., como gestora do contrato a Coordenadora Técnica - Rosa Brandão, com colaboração do serviço local da Saúde, para o lote 1 (Serviços de higiene e limpeza em Unidades Locais de Saúde) e a Encarregada Operacional - Sandra Cunha, para o lote 2 (Bolsa de horas de serviços de higiene e limpeza em eventos municipais) e lote 3 (Serviços de limpeza de vidros em edifícios municipais; 6) Que determine que se proceda à dispensa da realização do leilão eletrónico; 7) Que aprove o Programa do Concurso e Caderno de Encargos (em anexo) **Propõe-se ainda que o Órgão Executivo submeta à autorização do Órgão Deliberativo:** 1. **o compromisso plurianual**, de acordo com o valor indicado supra, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, conjugada com a alínea b), do artigo 3.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e posteriores alterações, podendo ocorrer variações de acréscimo e/ou de redução ao valor referido em função do início da vigência do procedimento, o que implicará os ajustamentos respetivos na repartição de encargos no primeiro e último ano de vigência do contrato, sem que ultrapasse o limite total máximo previsto do encargo plurianual global. 2. **a repartição de encargos orçamentais em mais do que um ano económico**, de acordo com o valor estimado acima indicado, nos termos do previsto no n.º 1, conjugado com o seu n.º 6, do artigo 22.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho, podendo ocorrer variações de acréscimo

e/ou de redução ao valor referido em função do início da vigência do procedimento, o que implicará os ajustamentos respetivos na repartição de encargos no primeiro e último ano de vigência do contrato, sem que ultrapasse o limite total máximo previsto do encargo plurianual global.”=====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Estamos a pedir a vossa autorização para um compromisso plurianual, bem como a repartição de encargos para mais de um ano económico, para os serviços de higiene e limpeza em Unidades Locais de saúde, em eventos municipais e também a limpeza de vidros em edifícios municipais. Estamos a falar de 172.682,50€, para 2025, 260 032,00€, para 2026, a mesma quantia, para 2027 e 87 349,50€, para 2028. No total, estamos a falar de 780.096,00€.*

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número quinze à votação tendo sido aprovado por unanimidade a proposta apresentada.* =====

===== **Ponto dezasseis:** - *Aquisição de serviços de confeção e fornecimento de refeições, de fornecimento de fruta e de fornecimento de leite escolar aos alunos do concelho de Oliveira de Azeméis (Proc. 25/25 - PI/894/25) (I/10451/2025) - Autorização da assunção dos compromissos plurianuais, bem como a repartição de encargos em mais do que um ano económico;*=====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: 1. Que se torna necessário proceder à contratação de serviços para confeção e fornecimento de refeições escolares, de fornecimento de fruta escolar e de fornecimento de leite escolar, para os anos letivos 2025/2026 e 2026/2027, nos termos da solicitação apresentada no pedido de aquisição - RQI n.º 697 (I/9214/2025). 2. Que o referido pedido de aquisição visa assegurar não só as necessidades dos jardins-de-infância e escolas do 1º ciclo, mas também as necessidades para as escolas do 2º, 3º ciclos e secundárias, dada a delegação de competências do Estado que transfere esta obrigação para o domínio da Câmara Municipal, conforme previsto no Decreto-Lei n.º 56/2020, de 12 de agosto (procede à última alteração do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro), conforme já está a decorrer no presente ano letivo. 3. Que, à semelhança do contrato vigente relativo aos serviços para confeção e fornecimento de refeições escolares (Proc. 8/23), pretende-se englobar num único procedimento a contratação das refeições para todas as escolas (JI, EB1, 2º, 3º ciclos e secundária), cuja confeção ocorrerá em unidades de produção, sitas nas sedes dos agrupamentos, em que as refeições a transportar para as escolas de cada agrupamento terão origem nas referidas unidades de produção de*

cada agrupamento. 4. Que, decorrente de um eventual retrocesso na pandemia Covid 19, irá manter-se, no presente procedimento, e no que respeita às refeições para o pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico, o modelo de fornecimento de refeições em regime normal e regime de take-away, tendo em conta o previsto nas **Orientações da DGEstE e da DGS para o ano letivo 2020/2021** - “(...) 10. Definir procedimentos para utilização dos refeitórios, designadamente com as seguintes normas de funcionamento: a. (...) b. Prever a possibilidade de recurso a refeição na modalidade de take-away; (...)” 5. As orientações definidas pela Direção-Geral da Educação (DGE) para os refeitórios escolares, designadamente as **Orientações sobre Ementas e Refeitórios Escolares, de julho de 2018, ISBN 978-972742-415-3**. Propõe-se a abertura de procedimento para contratação das seguintes necessidades: - **Lote 1 - Serviços de confeção e distribuição/entrega de refeições, nos refeitórios escolares, devendo assegurar-se o estrito e rigoroso cumprimento da legislação aplicável em vigor, com vista a garantir uma alimentação completa, equilibrada e adequada às necessidades de toda a população escolar.** - **Lote 2 - Fornecimento de fruta escolar, tendo por base o Regime Escolar (Fruta e leite), com vista a promover hábitos de consumo de alimentos benéficos para a saúde das populações mais jovens e para a redução dos custos sociais e económicos associados a regimes alimentares menos saudáveis.** - **Lote 3 - Fornecimento de leite escolar (leite simples, leite sem lactose e bebida de soja original), tendo por base o Regime Escolar (Fruta e leite), com vista a promover hábitos de consumo de alimentos benéficos para a saúde das populações mais jovens e para a redução dos custos sociais e económicos associados a regimes alimentares menos saudáveis.** Assim, e considerando: **a. que, para efeitos de determinação do preço base do presente procedimento foi efetuada uma consulta preliminar nos termos do previsto no artigo 35.º-A, do CCP, tendo sido determinado pela unidade orgânica requisitante, a fixação do preço base com base na média dos preços, resultando assim:**

Serviço de confeção e fornecimento de refeições	QT estimadas	Entidades			Média	Preço global (S/IVA)
		1	2	3		
Número (estimado) de refeições transportadas JI+EB	593456	2,95€	2,98€	3,05€	2,99€	1 776 411,63€
Número (estimado) de refeições transportadas take-away	46800	3,40€	3,50€	3,71€	3,54€	165 516,00€
Número (estimado) de refeições normais EBS	958432	3,10€	3,08€	3,11€	3,10€	2 967 944,43€
Número (estimado) de reforços da manhã	1800	1,95€	1,66€	2,01€	1,87€	3 372,00€
Número (estimado) de pequenos-almoços	1800	1,95€	1,50€	2,01€	1,82€	3 276,00€
Número (estimado) de jantares	1800	6,50€	3,20€	6,60€	5,43€	9 780,00€

Número (estimado) de reforços da noite	1800	1,95€	0,70€	0,99€	1,21€	2 184,00€
	1605888					4 928 484,05€

Fornecimento de fruta escolar	QT estimadas	Entidades			Média	Preço global (S/IVA)
		1	2	3		
Número (estimado) de peças de fruta a entregar JI e EB	543136	0,55€	0,45€	0,37€	0,46€	248 032,11€

Fornecimento de leite escolar	QT estimadas	Entidades			Média	Preço global (S/IVA)
		1	2	3		
Leite Simples	1266840	0,28€	0,23€	0,25€	0,25€	320 932,80€
Leite sem lactose	32200	0,29€	0,40€	0,39€	0,36€	11 592,00€
Bebida de soja original	2300	0,46€	0,75€	0,70€	0,64€	1 464,33€
	1301340					333 989,13€

b. que se prevê a distribuição do referido montante global do seguinte modo:

serviços de confeção e distribuição/entrega de refeições							
	Ano letivo	regime	N.º	Preço unitário	Valor	Total	
							fornecimento
pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico	2025-2026	2025	“normal”	104832	2,99€	313 797,12€	342 090,45€
			“take-away”	8000	3,54€	28 293,33€	
		2026	“normal”	190884	2,99€	571 379,44€	624 783,11€
			“take-away”	15100	3,54€	53 403,67€	
	2026/2024	2026	“normal”	108268	2,99€	324 082,21€	354 143,88€
			“take-away”	8500	3,54€	30 061,67€	
		2027	“normal”	189472	2,99€	567 152,85€	620 910,19€
			“take-away”	15200	3,54€	53 757,33€	
2º, 3º ciclos e secundária	2025-2026	2025	“normal”	168904	3,10€	523 039,39€	526 141,39€
			Reforço da manhã	300	1,87€	562,00€	
			Pequeno-almoço	300	1,82€	546,00€	
			Jantar	300	5,43€	1 630,00€	
		2026	Reforço da noite	300	1,21€	364,00€	961 054,97€
			“normal”	308348	3,10€	954 850,97€	
			Reforço da manhã	600	1,87€	1 124,00€	
			Pequeno-almoço	600	1,82€	1 092,00€	
Jantar	600	5,43€	3 260,00€				

2026-2027	2026	Reforço da noite	600	1,21€	728,00€	544 386,95€
		“normal”	174796	3,10€	541 284,95€	
		Reforço da manhã	300	1,87€	562,00€	
		Pequeno-almoço	300	1,82€	546,00€	
		Jantar	300	5,43€	1 630,00€	
	Reforço da noite	300	1,21€	364,00€	954 973,12€	
	“normal”	306384	3,10€	948 769,12€		
	Reforço da manhã	600	1,87€	1 124,00€		
	Pequeno-almoço	600	1,82€	1 092,00€		
	Jantar	600	5,43€	3 260,00€		
Reforço da noite	600	1,21€	728,00€			
			1605888			4 928 484,05€

fornecimento de fruta escolar						
		Ano letivo	N.º peças de fruta	Preço unitário (s/ IVA)	Valor (s/ IVA)	
pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico	2025-2026	2025	98752	0,46€	45 096,75€	
		2026	172816	0,46€	78 919,31€	
	2026-2027	2026	98752	0,46€	45 096,75€	
		2027	172816	0,46€	78 919,31€	
			543 136			248 032,11€

fornecimento de leite escolar						
Ano letivo		Tipologia	Qts	Preço unitário	Valor	Total
			estimadas	(s/ IVA)	(s/ IVA)	(s/ IVA)
2026-2026	2025	leite simples	230346	0,25€	58 354,32€	60 738,57€
		Leite sem lactose	5866	0,36€	2 111,76€	
		bebida soja original	428	0,64€	272,49 €	
2026-2026	2026	leite simples	403081	0,25€	102 113,85€	106 264,11€
		Leite sem lactose	10241	0,36€	3 686,76€	
		bebida soja original	728	0,64€	463,49€	
2026-2027	2026	leite simples	230332	0,25€	58 350,77€	60 722,35€
		Leite sem lactose	5852	0,36€	2 106,72€	
		bebida soja original	416	0,64€	264,85€	
	2027	leite simples	403081	0,25€	102 113,85€	106 264,11€

		Leite sem lactose	10241	0,36€	3 686,76€	
		bebida soja original	728	0,64€	463,49€	
			1301340			333 989,13€

*c. que, o valor referente ao ano 2025 encontra-se cabimentado na rubrica 020105, pela Proposta de Cabimento n.º 483. d. que se trata de um encargo orçamental em mais de um ano económico, que não resulta, nos termos da alínea a), do n.º 1, do artigo 22º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho, de planos ou programas plurianuais aprovados, que não ultrapassa o prazo de execução de três anos, mas cujo valor excede o limite previsto na alínea b), do n.º 1, do artigo 22º, do referido diploma legal, de 99.759,58€ (noventa e nove mil, setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos), no ano seguinte ao da sua contração. e. que nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do CCP) e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, de acordo com os limites ao valor do contrato constantes na alínea b), do número 1, do artigo 20.º do CCP, propõe-se a adoção de um concurso público com publicidade internacional. **Submete-se ao Órgão Executivo: 1) Que aprove o pedido de aquisição - RQI n.º 697 (I/9214/2025), em anexo, para as quantidades e valores estimados apresentados pelo serviço requisitante; 2) Que, para efeitos do n.º 2, do artigo 46º-A, do CCP, autorize a não subdivisão em lotes, dado que apesar dos valores estimados, dos lotes 1- Serviços de confeção e distribuição/entrega de refeições, 2- **Fornecimento de fruta escolar** e 3 - **Fornecimento de leite escolar** (leite simples, leite sem lactose e bebida de soja original), serem de montante superior a 135.000,00€ (cento e trinta e cinco mil euros), a sua separação causaria graves inconvenientes para a entidade adjudicante pelas razões abaixo descritas, e ainda porque se poderão perder os efeitos da economia de escala. - necessidade de afetação de um maior número de recursos para efeitos de gestão de mais do que um contrato, ou seja, em termos operacionais, de controlo e fiscalização, a necessidade de coordenar diferentes adjudicatários, exigiria um maior número de recursos no terreno para acompanhar e supervisionar a execução dos serviços, tornando-se, por isso, mais oneroso para o Município. - a grande probabilidade de gerar descontentamento entre a comunidade escolar, nomeadamente entre os encarregados de educação, que inevitavelmente procederiam a juízos comparativos, podendo alegar até eventuais desigualdades entre as refeições, frutas e leite fornecidos aos alunos decorrente dos diferentes modos de preparação e confeção, produção e distribuição. 3) Que, em cumprimento do estipulado no n.º 1, do art.º 67.º do C.C.P., sejam nomeados os elementos constitutivos do júri, sendo proposto, para o efeito, as seguintes pessoas: Presidente - Técnica Superior, TELMA CASTRO ALVES RIBEIRO 1ª Vogal - Assistente Técnica, MARIA DA FÁTIMA SOARES PEREIRA HENRIQUES 2ª Vogal - Técnica Superior, ELSA SUSANA DA COSTA FÉLIX 1º Suplente - Técnico Superior, NUNO MIGUEL SILVA TAVARES 2ª Suplente - Assistente Operacional, ANA RAQUEL ANDRADE PINTO 3ª Suplente - Assistente Técnica, SANDRA RAQUEL GONÇALVES FERNANDES; 4) Que***

autorize a delegação de competências para a realização de todas as formalidades procedimentais, no júri do concurso, em respeito pelo estipulado no art.º 109.º do CCP, com exceção, de acordo com o previsto no n.º 2 do art.º 69.º do C.C.P, da competência para a retificação das peças do procedimento, a decisão sobre erros ou omissões identificados pelos interessados e a decisão de adjudicação. 5) Que seja designado, nos termos previstos no n.º 1, do artigo 290.º-A do C.C.P., como gestora do contrato a Técnica Superior - Telma Ribeiro no que respeita às refeições e fruta escolar e a Assistente Técnica - Fátima Henriques no que concerne ao leite escolar, na ausência das pessoas indicadas, assumirá as funções de gestor dos contratos o Técnico Superior - Nuno Tavares. 6) Que determine que se proceda à dispensa da realização do leilão eletrónico; 7) Que aprove o Programa do Concurso e Caderno de Encargos (em anexo) **Propõe-se ainda que** o Órgão Executivo submeta à autorização do Órgão Deliberativo: 1. **os compromissos plurianuais**, de acordo com os valores estimados acima indicados, nos termos e para os efeitos estatuídos no artigo 12º, do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho e posteriores alterações. 2. **a repartição de encargos orçamentais em mais do que um ano económico**, de acordo com os valores estimados acima indicados, nos termos do previsto no n.º 1, conjugado com o seu n.º 6, do artigo 22.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

===== Estamos a pedir à Assembleia a aprovação das peças, a repartição de encargos em mais do que um ano económico e encargos plurianuais, par a aquisição de serviços de confeção e fornecimento de refeições, de fornecimento de fruta e de fornecimento de leite escolar aos alunos do concelho de Oliveira de Azeméis. Estamos a falar de, para dois anos letivos:2025/2026 e 2026/2027, 1.6 milhões de refeições no valor de 4.92 milhões de euros. Estamos a falar de 543136 peças de fruta no valor de 248.032,11€. Estamos a falar de 1,3 milhões de pacotes de leite no valor de 333.989,13€. O valor global do procedimento são cerca de 5,5 milhões de euros. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número dezasseis à votação tendo sido aprovado por unanimidade a proposta apresentada. =====

===== **Ponto dezassete: - Candidaturas ao Prémio Municipal de Cidadania - Conhecimento e Validação;** =====

===== Pelo Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** foi dito: =====

===== *O júri recebeu duas candidaturas. Uma relacionada com o trabalho dos Vicentinos na Freguesia de Oliveira de Azeméis, Conferencia S. Miguel. E do Senhor Vaz, funcionário do Agrupamento de Escolas Ferreira de Castro. Foram acolhidas estas duas candidaturas. Foram aprovadas por unanimidade. É este o conhecimento que queremos dar a esta Assembleia Municipal.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de Bruno Aragão.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **Bruno Aragão**, do PS.* =====

===== *Peço desculpa. É uma questão pessoal. Também acho que, depois de muitas Assembleias e de alguns anos, posso usar esse crédito. Sem demérito por todos os prémios que nós já aqui atribuímos, há um que vamos atribuir aqui que é um exemplo para mim para a vida toda, que é o Senhor Vaz. O Senhor Vaz marcou gerações e gerações de alunos. E deve ser muito difícil encontrar no País, passados muitos anos, adultos, pessoas que se lembrem de um funcionário de uma escola mais do que muitos professores. Estou a ser franco. O Senhor Vaz marcou profundamente muitos alunos da Escola Ferreira de Castro. Aquilo que eu peço, o esforço que eu também vou fazer, que eu peço a outras pessoas que conviveram com o Senhor Vaz, no dia que entregarmos este prémio possamos ter muitos alunos, muitas pessoas que foram alunos da Ferreira de Castro e que viram um Senhor, que ficou com uma imagem para sempre na nossa memória (com o cigarro na ponta do lábio), muitas vezes em julho ou agosto a pincelar os parapeitos das janelas, o ano todo às 7 da manhã a abrir a escola e o último a fechar. Deixem-me só contar uma estória, porque mostra como é que o Senhor Vaz encarava e ainda encara, porque continua a ir à escola, estas coisas: Uma vez, quando era um rapaz mais novo, andávamos a fazer uma tómbola para juntar dinheiro, para ir aos Açores num projeto engraçado, portanto, aproveitávamos tudo para fazer dinheiro, basicamente. Tivemos a oportunidade ir para a Festa das Fogaças com a nossa tómbola, que, basicamente, eram coisa que as empresas oliveirenses nos davam, e nós íamos para lá o dia todo tentar fazer algum dinheiro, que fizemos. Sexta-feira à noite, 11:30 da noite, - Temos que ir amanhã à escola buscar para estar às 6 e tal da manhã em Santa Maria da Feira para ocupar o espaço, porque depois há a procissão e não nos deixam passar, essas coisas.... E agora? Liguei para casa do Senhor Vaz, telefone fixo, não tinha telemóvel. Liguei para casa do Senhor Vaz às 11:30 da noite e foi a esposa que atendeu, que também é funcionária da escola, que me disse muito abertamente: «Mas isto são horas de ligar para casa de alguém?» Peço muita desculpa, mas é isto e tal Eu disse: - Quería falar com o Senhor Vaz. O Senhor Vaz atendeu e só disse: - A que horas é? Eu disse: Senhor Vaz, é às 6 da manhã. Ele disse: Às 5:45 estou lá. Às 6 horas, quando eu cheguei, estava o Senhor Vaz tranquilo, pacífico. Abriu a escola. Tiramos o que tínhamos a tirar. E mais, ao final do dia, quando tivemos de ir levar as sobras, lá estava o Senhor Vaz, um sábado, a abrir a porta. Individualmente é mais difícil a cada um de nós ficar em história*

coletiva. O Senhor Vaz ficou na história coletiva de muitas pessoas, portanto, eu queria mesmo ter dito isto aqui. Obrigado. =====

===== A Assembleia Municipal tomou conhecimento. =====

== **2º PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (ARTIGO 23º DO REGIMENTO)** ==

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos. =====

===== Antes de terminar, o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, propôs a aprovação por minuta da ata relativa à presente Sessão, sendo a mesma aprovada por unanimidade. =====

===== Para terminar a Sessão o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** disse: =

===== Eu tenho de agradecer aos deputados municipais, porque pela primeira vez cumprimos os tempos. Ainda não anunciei os tempos do período de antes da ordem do dia porque ficou um minuto abaixo do tempo que tinham de usar. Portanto, muito obrigado. O agradecimento maior, não para vocês, é para os Bombeiros que nos aqui acolheram de uma forma tão nobre, tão digna, tão elevada que já me pediram para fazer aqui mais vezes. Isso já era abuso. Agradeço ao Corpo dos Bombeiros, aos funcionários dos Bombeiros, aos nossos funcionários. Muito obrigado. =====

===== E não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarou encerrada a Sessão, eram 21 horas e 50 minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos elementos da Mesa. =====

Presidente

Primeiro Secretário

Segundo Secretário